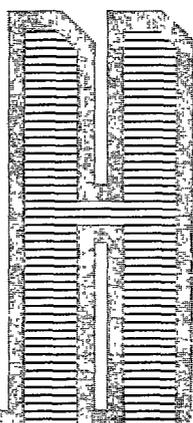




DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 077

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 1984

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 55, DE 1984 - CN

Da Comissão Mista, incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 59, de 1984-CN (nº 101/84, na origem), do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.110, de 3 de abril de 1984, que “concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados nos casos que especifica”.

Relator: Deputado Adhemar Ghisi

Nos termos do artigo 55, § 1º da Constituição, o Senhor Presidente da República encaminha à consideração do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.110, de 3 de abril de 1984, o qual concede isenção dos Impostos de Importação e sobre Produtos Industrializados, nos casos que especifica.

A não incidência dos referidos tributos prevista no diploma em questão diz respeito às importações de equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos, peças, acessórios e sobressalentes destinados à exclusiva utilização na produção de carvão.

Condiciona-se a medida, entretanto, à taxação, por parte do Presidente da República, do orçamento especí-

fico dos bens supra referidos, os quais serão relacionados pelo Ministro da Fazenda, por proposta do Ministro das Minas e Energia.

Tal procedimento tem por objetivo evitar que importação de bens diversos daqueles utilizáveis, com exclusividade, na produção do minério de carvão venham a ser beneficiados pela isenção.

A medida se justifica em razão da crescente necessidade de se expandir a produção de carvão, em face dos altos preços do petróleo no mercado internacional, fato que tem influenciado de maneira significativa nos resultados de nossa balança comercial.

Cabe ressaltar, que idêntica providência já beneficia a produção de petróleo e que inúmeros instrumentos legais têm autorizado amplo incentivo creditício às atividades relacionadas com o Programa Nacional do Álcool-PROÁLCOOL.

Evitando eventuais dificuldades na aplicação da isenção em apreço, dispõe o art. 3º do ato normativo ora apreciado, que o benefício fiscal alcançará os bens embarcados a partir de 30 de março de 1984.

Tratando-se de matéria que se inclui no item II do art. 55 da Constituição e atendidos os demais pressupostos contidos naquele dispositivo, a par de sua inegável con-

veniência para o desenvolvimento do setor energético nacional, opinamos pela aprovação do texto em exame, na forma do seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 40, DE 1984-CN

Approva o texto do Decreto-lei nº 2.110, de 3 de abril de 1984, que “concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados nos casos que especifica”.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 2.110, de 3 de abril de 1984, que “concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados nos casos que especifica”.

Sala das Comissões, 14 de junho de 1984. — Senador Pedro Simon, Presidente — Deputado Adhemar Ghisi, Relator — Senador Virgílio Távora — Deputado Antônio Gomes — Deputado Francisco Amaral — Senador Passos Pôrto — Senador Jorge Kalume — Deputado Fernando Magalhães — Senador José Lins — Deputado Horácio Matos — Senador Cid Sampaio — Senador Jutahy Magalhães.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 178ª SESSÃO CONJUNTA, EM 27 DE JUNHO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Espediente

DEPUTADO JACKSON BARRETO — Considerações sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 1984, que altera, acrescenta e suprime dispositivos da Constituição Federal.

DEPUTADO GENEBALDO CORREIA — Observações sobre a matéria constante da Ordem do Dia da presente sessão.

DEPUTADO ABDIAS NASCIMENTO — Entrevista concedida pelo cientista político Clóvis Brigagão à revista *Isto É*, intitulada *Um progresso perigoso*.

DEPUTADO MANSUETO DE LAVOR — Eleições diretas já.

DEPUTADO LUIZ HENRIQUE — Possibilidade da retirada por parte do Governo da PEC nº 11/84, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

DEPUTADO JORGE UEQUED — Análise à matéria constante da Ordem do Dia da presente sessão.

DEPUTADO OSVALDO MELLO — Documento encaminhado pela Federação da Agricultura do Estado do Pará ao Governador Jader Barbalho, de solicitação de empréstimo para aquela entidade.

1.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 1984, que altera, acrescenta e suprime dispositivos da Constituição Federal. *Discursão adiada* em virtude do término do prazo regimental da sessão, após usarem da palavra os Srs. Farabulini Júnior, Arthur Virgílio Neto, Arlindo Porto, Paulo Lustosa, Valmor Giavarina, Domingos Leonelli, Antônio Câmara, Wilmar Palis e Lélío Souza.

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

1.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 15 horas, com ordem do Dia que designa.

1.5 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 179ª SESSÃO CONJUNTA, EM 27 DE JUNHO DE 1984

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Requerimento

Nº 11/84-CN, de presidente de comissão mista, solicitando prorrogação do prazo para apresentação de parecer. **Aprovado.**

2.2.2 — Discursos do Expediente

DEPUTADO JUAREZ BERNARDES — Defesa da eleição direta para o sucessor do Presidente Figueiredo.

DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN — Considerações sobre a matéria constante do primeiro item da Ordem do Dia da presente sessão.

DEPUTADO JOSÉ GENOÏNO — Considerações sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 11/84, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

DEPUTADO SIMÃO SESSIM — Moção da Câmara Municipal de Nilópolis-RJ, de autoria do Sr. Milton Barros, apelando às autoridades governamentais no sentido do congelamento dos preços dos gêneros essenciais e dos aluguéis.

DEPUTADO DIRCEU CARNEIRO — Proposta de Emenda à Constituição nº 11/84, de iniciativa do Presidente João Figueiredo, objeto da Ordem do Dia da presente sessão.

DEPUTADO JORGE ARBAGE — Inauguração da sede regional da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira — CEPLAC, em Belém.

DEPUTADO RAUL, BERNARDO — Manifesto da Cafeicultura Sul Mineira, sintetizando as reivindicações do setor

DEPUTADO FRANCISCO ROLLEMBERG — XVIII Congresso Ordinário da Organização Ibero-Americana de Cooperação Intermunicipal, realizado em Aracaju.

DEPUTADO MARCONDES PEREIRA — Resolução aprovada pela Câmara Municipal de São José dos Campos-SP, considerando "persona non grata"

DEPUTADO DJALMA FALCÃO — Apreciação da matéria da Ordem do Dia da presente sessão

2.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 1984, que altera, acrescenta e suprime dispositivos da Constituição Federal. **Discussão encerrada**, em virtude do término do prazo regimental da sessão, após usarem da palavra os Srs. Marcondes Pereira, Irma Passoni, Nilson Gibson, Tobias Alves, Manoel Gonçalves, João Divino, Heráclito Fortes, Genebaldo Correia, Denisar Arneiro, Cristina Tavares e Ademir Andrade.

2.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 10 horas, para a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 1984.

2.5 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 180ª SESSÃO CONJUNTA, EM 27 DE JUNHO DE 1984

3.1 — ABERTURA

3.2 — EXPEDIENTE

3.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO HERMES ZANETTI — Considerações sobre os movimentos grevistas encetados pelos professores universitários autárquicos, servidores públicos e médicos residentes. Apelo às lideranças partidárias em favor da aprovação de subemenda oferecida a Proposta de Emenda à Constituição nº 11/84, dispondo sobre a concessão do 13º salário e do reajuste semestral aos servidores públicos

DEPUTADO FRANCISCO DIAS — Programa de supermutirão de limpeza e serviços, instituído pela

Prefeitura Municipal de São Paulo, supervisionado diretamente pelo Prefeito Mário Covas.

DEPUTADO NELSON DO CARMO — Defesa da aprovação de dispositivos inseridos na Proposta de Emenda à Constituição nº 11/84, essenciais ao fortalecimento do Poder Legislativo.

DEPUTADO HERÁCLITO FORTES — Observações sobre o discurso de seu antecessor na tribuna.

DEPUTADO NELSON DO CARMO, em explicação pessoal — Esclarecimentos sobre o discurso proferido por S. Exª na presente sessão, tendo em vista observações formuladas pelo Deputado Heráclito Fortes

DEPUTADO HERÁCLITO FORTES, em explicação pessoal — Réplica ao pronunciamento do Sr. Nelson do Carmo

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Subsídios que foram fornecidos a S. Exª a propósito do contencioso administrativo contido na Proposta de Emenda à Constituição nº 11/84.

DEPUTADO JOÃO DIVINO — Tratamento dispensado pelo Governo nos últimos anos à classe dos funcionários públicos.

3.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 19/84-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 2 089, de 27 de dezembro de 1983, que prorroga a vigência de incentivos fiscais. **Aprovado.** À promulgação.

Projeto de Decreto Legislativo nº 22/84-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 2.090, de 27 de dezembro de 1983, que reajusta os atuais valores de vencimentos e proventos dos funcionários da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, e dá outras providências. **Aprovado.** À promulgação.

3.4 — QUESTÃO DE ORDEM

Suscitada pelo Sr. Sival Guazzelli e acolhida pela Presidência atinente a inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

3.5 — ENCERRAMENTO

Ata da 178ª Sessão Conjunta, em 27 de junho de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência dos Srs. Moacyr Dalla, Lomanto Júnior e Lenoir Vargas

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignacio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluízio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arlindo Pôrto — PMDB; Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PDS; Epitácio Cafe-

teira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Tomaz Coelho — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluízio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Burity — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Alvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Ruben Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Car-

los Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oscar Corrêa Júnior — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Roseburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doretto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Cheidde — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Gióia Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novae — PMDB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoino — PT; Maluly Neto — PDS; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goias

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Loures Bueno — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Viana — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugoardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélho Souza — PMDB; Matheus Schimidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Prati de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 68 Srs. Senadores e 141 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Jackson Barreto.

O SR. JACKSON BARRETO (PMDB — SE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Congresso Nacional se reúne numa data histórica para novamente votar e atender aos anseios do povo brasileiro, que exige as eleições diretas já.

A luta que este povo sustentou, nos últimos meses, até a fase da votação da Emenda Danta de Oliveira e, a partir daí, a luta que se desenrolou até o presente momento mostra para toda a Nação o que está muito claro: de um lado, estão aqueles que querem a democracia, querem fazer com que o Brasil seja inserido no rol dos países democráticos; e de outro, aqueles que desejam a manutenção do *status quo*, do autoritarismo, da ditadura, do atraso, da subserviência e da corrupção.

Mas temos certeza de que o Congresso brasileiro, através dos seus representantes, estejam eles na Oposição ou mesmo no PDS, aqueles comprometidos com a democracia, haverá de restaurar a dignidade do nosso País e a cidadania do nosso povo. As eleições direta-já simbolizam, acima de tudo, a esperança de mudança que este País tanto anseia.

Estamos hoje, Sr. Presidente, não mais votando a Emenda Dante de Oliveira, o marco maior da luta pela reconstrução democrática do País. Estamos aqui reunidos para discutir a Emenda Figueiredo. E sabemos que o verdadeiro propósito da Emenda Figueiredo tranparece em seu próprio texto: ao alterar mais de três dezenas de artigos da Constituição em temas variados, que vão desde a inviolabilidade das comunicações até a questão indígena, revela que a intenção real é confundir o jogo político e não atender ao apelo irresistível da Nação em torno das diretas já.

Na verdade, o nosso País já se habituou aos cassuismos governamentais, ditados ao sabor das conveniências. Revela-se aí a personalidade autoritária do regime político que, sempre preocupado em revestir seus atos arbitrários com uma capa de legalidade e demagogia, revela-se cada vez mais interessado em permanecer no jogo, ainda que para isso seja necessário trapacear, mudando as regras no fim da partida.

Manter o Colégio Eleitoral a qualquer preço é a verdadeira proposta dessa Emenda à Constituição, num desrespeito à vontade do povo brasileiro, claramente expressa nas praças públicas nos últimos meses e particularmente nesses últimos dias.

Torna-se cada vez maior o hiato entre a Nação e o Palácio do Planalto — hoje pode-se dizer que o povo participa do Governo apenas como contribuinte, tal a forma como está distanciado do processo de tomada de decisões.

E quando a Nação reage batendo panelas, tocando buzinas e reclamando eleições diretas-já, o Governo, visivelmente contrariado com essa manifestação espontânea, reage acusando o eleitor: nas últimas eleições, ao depositar o seu voto na urna, ele teria não só concordado com o sistema vigente de sufrágio indireto, como também escolhido expressamente aquele que votaria por ele no candidato à Presidência da República.

Pesquisas de opinião demonstram claramente que isso não ocorreu com a esmagadora maioria dos votantes. Mas ainda que a premissa fosse verdadeira, a vontade das urnas não seria respeitada: a composição do Colégio Eleitoral não expressa o desejo da Nação, na medida em que não respeita o princípio da proporcionalidade.

Na verdade, a composição desse Colégio já foi alterada três vezes, e pela Constituição de 1967 sabe-se que o PDS seria minoria nele.

Pelas normas vigentes em 67, os partidos opositores teriam maioria de, no mínimo, 18 votos, sendo composto por todos os membros do Congresso Nacional e três delegados de cada Assembléia Legislativa Estadual e mais um para cada 500 mil eleitores. Cada unidade da Federação seria representada por, no mínimo, quatro membros.

Pelas novas e últimas regras, os delegados de cada Assembléia estadual passam de um mínimo de quatro para um fixo de seis, e são indicados pela bancada do respectivo partido majoritário, escolhidos entre seus membros. Assim sendo, o voto da bancada do Piauí, governista, representando 778 mil eleitores, tem o mesmo peso de seis votos da bancada de São Paulo, do Rio de Janeiro ou de Minas Gerais, que têm, todas, mais de 6 milhões de eleitores.

Vale ainda dizer que esses seis delegados na verdade não representam o conjunto do eleitorado ou sequer as Assembléias — trata-se apenas de delegados nomeados pelas bancadas majoritárias. Ou seja, no Rio Grande do Sul, onde há uma Assembléia com 56 cadeiras, apenas o PDS indicará entre seus Deputados os seis representantes que escolherão o Presidente da República.

A própria conformação do Colégio Eleitoral atesta a sua pouca expressão em termos de representatividade para uma eleição indireta. Na eleição passada, o PDS somou um total de 17 milhões de votos para a Câmara dos Deputados, dos 48 milhões de votos apurados. E, no entanto, dispõe de maioria do Colégio.

Isso graças ao conjunto de providências recentemente adotado para assegurar a maioria governista: o PDS conta com 358 votos — 280 Deputados e Senadores e mais 78 de representantes das doze Assembléias Legislativas onde possui maior bancada do que os partidos opositoristas. Os outros partidos, reunidos, possuem um total de 328 votos.

O Brasil tem 69 milhões de eleitores ávidos para chegar às urnas, mas o Governo pretende que esse criticado Colégio Eleitoral, que reúne 686 membros, sem qualquer compromisso com a proporcionalidade da representação política, escolha o próximo Presidente da República do Brasil.

Nós temos apenas uma saída. Só um Governo respaldado pelo apoio popular conferido pelo voto direto do cidadão será capaz de mudar o destino deste País. Negar essa evidência é um insulto ao povo brasileiro, que corajosamente arrancou a mordada imposta há 20 anos e gritou nas ruas, em alto e bom som, seu desejo de eleições diretas, e já.

Vou encerrar, Sr. Presidente, conclamando o Congresso Nacional, nesta data histórica em que a Nação inteira está com os olhos voltados para Brasília e para este Parlamento, a que seja digno da vontade nacional a favor das eleições diretas já, pois só com elas haveremos de reconstruir a democracia arrancada do nosso País nestes últimos vinte anos de corrupção, de autoritarismo e de ditadura.

Temos de dar um basta no avanço do fascismo. É necessário convocar todos os democratas do Congresso brasileiro para cerrarem fileiras nesta luta que é comum a todos para deter o avanço do fascismo — fascismo esse representado pela candidatura anti-povo, anti-história e anti-Brasil do Sr. Paulo Salim Maluf.

As eleições diretas haverão de fazer este País voltar ao seu caminho, ao caminho da liberdade, da democracia. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Genebaldo Correia.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esta Casa hoje tem uma grande responsabilidade perante a Nação brasileira.

Quando, em abril passado, o povo foi às ruas pedir eleições diretas como um caminho pacífico de transição entre o autoritarismo e a democracia que se deseja, o Sr. Presidente da República ocupou os canais de televisão deste País para comunicar o envio ao Congresso Nacional de uma proposta de emenda que, no seu entender, seria o instrumento pelo qual este Congresso, através de suas lideranças, haveria de encontrar o caminho do entendimento.

Convocou, portanto, a Nação para o entendimento; convocou esta Casa para o entendimento; convocou os partidos para encontrar a fórmula política de viabilizar a conciliação nacional. Mas o que se viu aqui, Sr. Presidente e Srs. Congressistas? Viu-se que as palavras do Presidente ficaram apenas no campo das intenções, porque as suas lideranças e seus representantes na Comissão Mista que se criou para discutir a emenda não refletiram, em nenhum momento, o propósito do entendimento ou da negociação.

Mais que isso, Sr. Presidente. No instante em que os partidos de Oposição, inteiramente dentro da norma regimental, buscaram o caminho para fazer prevalecer as suas idéias, as suas propostas, que são as propostas e as idéias do povo brasileiro, o Governo modificou as regras do comportamento assumido anteriormente e o Relator mudou o seu procedimento, que era no sentido da apresentação de um substitutivo, para impedir que as eleições diretas fossem aprovadas. Mais adiante, quando a Oposição concordou com esta nova postura do Relator, porque deseja avançar no processo democrático, mais uma vez vem a ameaça, agora da retirada da Emenda, dando uma demonstração da falta de seriedade existente neste País...

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nobre orador, o tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. GENEBALDO CORREIA — ...dando uma demonstração da falta de responsabilidade do Chefe da Nação, que não aceita o jogo democrático, que não aceita a soberania desta Casa, que quer fazer prevalecer o seu pensamento autoritário, que todos vêem que desemboca num único propósito, o de permanecer à frente da Presidência da República.

Por isso, Sr. Presidente, ainda maior é a responsabilidade de V. Ex^a e desta Casa no sentido de que a dignidade nacional seja mantida. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Abdias Nascimento.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não falarei sobre a guerra da Emenda Figueiredo; falarei de outra guerra.

É profunda e tragicamente lamentável que o Brasil escolha o caminho da indústria da morte para ultrapassar sua condição de país subdesenvolvido ou em desenvolvimento.

Ao invés da filosofia humorística que informava nossa doutrina de convivência pacífica entre os povos e nações até bem pouco tempo, estamos assumindo rapidamente os riscos antívida proporcionados por nossa florescente indústria bélica.

Já tivemos ocasião de repudiar, da tribuna da Câmara, a venda de aviões "Tucano" ao governo de Honduras, os quais, sem dúvida, servirão para reforçar a agressão colonialista dos Estados Unidos à Nicarágua. Sabemos, apesar das escassas notícias que nos chegam deste triste comércio, que nosso país negociou carros de combate "Cascavel" e "Urutu" com o Iraque, em guerra contra o Irã.

Obviamente, à medida que os milhões ou bilhões de dólares oriundos deste comércio exterior supostamente vêm aliviar nossa angústia com as dívidas externa e interna, o Brasil vai-se atolando em guerras alheias, vai-se comprometendo com o extermínio de seres humanos, vai contribuindo para a expansão das guerras e a expulsão dos ideais, da paz entre os homens e as nações de boa vontade.

A respeito desse seríssimo problema, a revista *Isto É* — de 27-6-84 publica uma oportuna entrevista como cientista político Clóvis Brigagão. As palavras desse competente estudioso de nossa indústria da morte merecem ser ouvidas e meditadas por todos os brasileiros,

mas, principalmente, ouvidas e cuidadosamente meditadas por este Congresso, que deveria urgentemente chamar a si o controle e a fiscalização desse perigoso ramo de nossa indústria "desenvolvimentista".

Felicitando a revista e o Sr. Clóvis Brigagão pela importante contribuição à causa do desarmamento e da paz, solicito, na forma regimental, a transcrição no *Diário do Congresso* desta esclarecedora entrevista desse brilhante cientista, que por sinal já nos deu dois livros básicos para quem deseja aprofundar-se no assunto: "O Mercado da Segurança" e "A Corrida para a Morte."

UM PROGRESSO PERIGOSO

Um estudioso assusta-se com a produção de armamentos do país

Trabalhando em Oslo, Noruega, para um dos mais respeitados centros de pesquisa sobre armas de todo o mundo, o Instituto Internacional para a Pesquisa da Paz, o cientista político mineiro Clóvis Brigagão espantou-se, já em 1978, ao ler uma extensa lista de armamentos que o Brasil estava vendendo a outros países. "Eu tinha aquela visão romântica de que só exportávamos café, futebol e mulatas", brinca ele. Foi então que Brigagão decidiu empregar seu instrumental teórico, adquirido no curso de mestrado da Universidade de Chicago, ao estudo das implicações políticas e sociais da indústria bélica.

O noticiário recente mostra que se trata, sem dúvida, de uma tarefa atualíssima. O Brasil acaba de vender trezentos carros de combate Cascavel e Urutu ao Iraque — mais 180 milhões de dólares numa receita que, no ano passado, já havia alcançado a cifra dos 2,2 bilhões de dólares, 10% do total das exportações brasileiras. Também neste momento a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) exporta aviões Tucano, de treinamento militar, e o governo de Honduras os utiliza diretamente no combate à guerrilha interna. Na Itália, um consórcio da mesma Embraer com a Aeritalia e a Aermacchi leva adiante o projeto do caça AMX, talvez um dos mais importantes aparelhos de sua classe nesta década.

"Esse crescimento traz profunda implicações para o futuro de uma sociedade democrática", adverte Brigagão, 42 anos, hoje assessor do governo Leonel Brizola, no Rio de Janeiro. Requisitado cada vez mais para conferências e preparando-se para lançar no próximo dia 9, em São Paulo, seu livro *O Mercado da Segurança* — ele havia escrito antes um outro sobre o mesmo tema, *A Corrida para a Morte* —, Brigagão vem-se empenhando em debater o custo real dessa opção do Governo, a começar pela alta soma de dinheiro utilizada em pesquisa de modernos armamentos, em detrimento de outras necessárias ao desenvolvimento mais ordenado do País. Nesta entrevista a *ISTO É*, ele adverte também para o crescimento independente e descontrolado do setor, um problema que muitas nações já experimentaram e ainda não resolveram.

ISTO É. Em que medida a instalação de um poderoso parque produtor de armas, com peso para competir no mercado internacional, pode alterar a economia brasileira?

Brigagão. Nos países adiantados, a história da indústria bélica passa por uma base industrial manufatureira "primária", isto é, pela siderurgia e pelo automóvel. A particularidade do caso brasileiro é que, embora a indústria bélica já existisse no país ao tempo da guerra com o Paraguai, o parque de armas ganhou uma dinâmica própria há pouco tempo, num intervalo dez anos. A exemplo do que ocorre em outros países, essa indústria caminha com suas próprias pernas e se torna independente dos regimes políticos e sociais que a geraram. Ela tem inclusive a característica de disseminar nos outros

setores industriais seu próprio estilo, que inclui, por exemplo, uma certa tecnologia. Ora, não se pode dizer que a implantação da indústria bélica no Brasil traga apenas desdobramentos negativos. Mas, dado o perfil de uma sociedade que ainda apresenta carências enormes, essa implantação poderá ser acompanhada de um agravamento das lacunas que já existem.

ISTO É. Esse crescimento poderá criar obstáculos à democratização do país?

Brigação. Essa é uma questão complexa. No mundo ocidental, as maiores democracias são as que mais gastam em armas e as que mais vendem armamentos. Portanto não parece haver incompatibilidade entre democracia, ou mesmo socialismo, e a corrida armamentista. Mas no Brasil as Forças Armadas sempre exerceram papel de interventoras na ordem institucional política, além de se terem transformado, nos últimos anos, em uma grande empresa econômica. Por outro lado, elas conquistaram uma autonomia dentro do quadro institucional que as tornou quase um partido político. Isso é novo, porque no passado as Forças Armadas não chegaram a ser uma grande empresa. O quadro atual acentua ainda mais a autonomia das Forças Armadas em relação ao Congresso, à sociedade e em relação à própria organização industrial do resto da economia.

ISTO É. Quer dizer que, no Brasil, democracia não rima com expansão da indústria bélica?

Brigação. Não quero dizer que a economia bélica seja um impedimento definitivo e determinista à liberalização política. Mas o fenômeno da produção de armas ganhou uma dimensão muito grande, alcançando o mercado internacional. O Brasil hoje é o quinto ou sexto maior exportador mundial de armas. E, como esse setor vai ter sempre um grande peso no processo de industrialização, em algum momento — reconheço que não é o atual — a negociação política terá de passar pela questão da sua autonomia dentro da sociedade. Temos de levantar o problema para os próprios militares, porque a falta de controle desse parque industrial por parte da sociedade colocará em risco, mais cedo ou mais tarde, a cultura e o padrão de desenvolvimento brasileiros. Há hoje uma separação muito grande entre o Estado e a sociedade. Como existem no interior do Estado forças econômicas muito autônomas, a tendência é aumentar o fosso entre esses setores de tecnologia altamente sofisticadas e a economia civil.

ISTO É. A informática é uma dessas indústrias autônomas?

Brigação. Sem dúvida, embora eu não conheça detalhadamente a política da informática. O certo é que a expansão da indústria de computadores foi impulsionada pelo desenvolvimento da indústria bélica. Há três vetores que atuam no crescimento da indústria militar brasileira: o da produção de armas mais convencionais e que são exportadas; a eletrônica e informática; e o vetor nuclear. Esses três vetores levam o país a ter um *status* de potência, mas também colocam em risco a sociedade.

ISTO É. No passado os países que dinamizaram sua economia bélica estavam próximos de uma guerra. Por que o Brasil dinamizava essa indústria sem ter conflitos armados em perspectiva?

Brigação. A partir dos anos 70, com o crescimento do arsenal nuclear, houve uma super-hierarquização do poder mundial. Sobraram então não apenas armas convencionais, mas também fábricas inteiras de armamentos para serem transferidas por multinacionais para países que começavam a se industrializar. Mas no Brasil, ao contrário do que aconteceu com a indústria automobilística, que veio de fora, a militar teve também raízes internas. Lembro, por exemplo, que em 1967 o então Chanceler José de Magalhães Pinto não assinou o tratado de não proliferação de armas nucleares. Já naquela época os militares começavam a se preocupar com a vulnerabilidade da defesa do País do ponto de vista geopolítico.

Isso coincidiu com o aparecimento da problemática do conflito Norte — Sul.

ISTO É. Mas a razão de ser dessa indústria é a guerra.

Brigação. Certo. Mas, na ótica brasileira da época, o País era um continente que estava relativamente desocupado, em termos geopolíticos. Por isso era necessário um exército moderno para preencher os vazios. Como os Estados Unidos se encontravam envolvidos na Guerra do Vietnã — seu programa de assistência militar a outros países estava-se esgotando — e o parque industrial bélico europeu ainda não se achava completamente desenvolvido, o Brasil chegou à conclusão de que precisava expandir-se nesse setor. Note-se também que o tipo de armamento produzido no Brasil é contra-insurrecional. Ou seja, é para ser empregado também internamente. O que quer dizer que aqueles que elaboraram a política de produção de armas tinham uma visão estratégica baseada na guerra fria.

ISTO É. Eles pensavam na guerra interna?

Brigação. Exato. Eles tinham em mente a possibilidade de uma guerra interna. Mas nunca houve um precedente, na história, de indústria militar que se tenha desenvolvido voltada apenas para o mercado interno. Ora, na medida em que os Estados Unidos, a União Soviética e as outras potências nucleares se voltaram para a perspectiva do confronto nuclear, restaram para os países industrializados algumas franjas no mercado do Terceiro Mundo. Por aí entraria a indústria bélica brasileira. Os responsáveis pela política de reequipamento das Forças Armadas brasileiras procuraram estabelecer associações na indústria entre governo e governo e entre governo e multinacionais, com os objetivos de trazer capital e tecnologia, mas, principalmente de atrair clientes do exterior. E, através de uma política comercial agressiva, com o apoio do Itamaraty, iriam terminar alcançando mercados no Oriente Médio, na costa ocidental da África e na América Latina.

ISTO É. Qual a dimensão do subsídio dado a essa indústria?

Brigação. Calculo que, na indústria, seja esse o setor mais subsidiado. A indústria de armas é altamente lucrativa em todos os países, nos seus primeiros estágios de expansão. Até hoje ela ainda é muito lucrativa. Depois é que começam a surgir problemas, como já indicaram pesquisas realizadas nos Estados Unidos, França, Alemanha, Inglaterra e Suécia. Essas pesquisas mostraram que, segundo vão-se sucedendo as gerações de armamentos, a indústria entra em desgaste e surgem problemas de produtividade, desemprego e inflação. É porque a rotatividade da tecnologia se torna muito grande. Os custos de reposição ficam muito elevados e a tecnologia se sofisticada a tal ponto que, se não houver uma certa estrutura de resguarda de pesquisa e desenvolvimento, a indústria não pode continuar em expansão.

ISTO É. Em que estágio se encontra o Brasil?

Brigação. O Brasil começa a entrar nessa fase. Isso explica, em parte, a ansiedade com que se defende a atração de dólares do exterior para a indústria e a ampliação do seu espaço dentro da economia.

ISTO É. Qual o peso da recessão da economia nos planos dessa indústria?

Brigação. Em função da crise econômica, algumas indústrias importantes, como Vigorelli e Singer, entre dezenas de outras, converteram-se em produtoras de armas. Mas essa indústria de guerra, que ainda é um oásis dentro da economia, empregando quase 200 mil pessoas, também enfrentará problemas. Do ponto de vista econômico, o Brasil ainda continuará ganhando com essa indústria durante mais uns cinco anos e isso a tornará o setor líder do processo de industrialização. Não se pode esquecer que cerca de 10% das exportações brasileira são de armas (21,4 bilhões de dólares este ano). Portanto, os únicos produtos que competem com os armamentos na pauta de exportações são o café e os itens do complexo soja.

ISTO É. Existe alguma relação direta entre uma indústria bélica forte e a soberania nacional?

Brigação. A questão da soberania tem sido colocada de maneira falsa. A verdadeira soberania de um povo não é dada pelo seu patrimônio de força, mas por um patrimônio cultural cujas raízes impulsionam as técnicas na direção do desenvolvimento social e econômico, com mais justiça, democracia e liberdade — valores que foram reprimidos no Brasil. Assim, parece que a soberania é conseguida pela capacidade bélica. Não acredito na idéia que se quer difundir de que o fato de o Brasil fazer parte do mercado internacional de armas torna o País mais soberano. Basta raciocinar com o que aconteceu nas Malvinas. Se formos entrar em guerra com algum país central, o nosso equipamento militar convencional não dará conta. Mesmo existindo — como existe — um programa pelo qual, em caso de guerra, 85% do nosso parque industrial seria convertido para produzir armas, a soberania nacional não estaria garantida.

ISTO É. Haveria a chance da utilização de armas não-convencionais?

Brigação. Não poderíamos dar nenhuma reposta nuclear, por mais bombas que pudessem ser fabricadas nos próximos dez anos. Vamos lutar então contra quem? O Paraguai, o Chade? Resta outra coisa, que é a pior e constitui uma perspectiva terrível diante do quadro social que o País apresenta: o risco de utilização dessas armas numa guerra interna.

ISTO É. Qual é o reflexo cultural dessa indústria?

Brigação. Hoje o conforto e o bem-estar são medidos pela expansão do mercado da segurança. Há revistas especializadas no assunto, e a cada dia um número maior de pessoas compra armas. Seria loucura dizer que esse quadro é determinado pelo aumento da capacidade da economia bélica. Apenas quero dizer que, quando não há mercado para a indústria militar, cria-se um. Quando não há guerras, fazem-se.

ISTO É. Mas há também um clima de violência fluindo nesse processo.

Brigação. Sim, mas entendo que esse clima decorre da estrutura mundial de confrontação, vem desse privilégio dado internamente à indústria militar, e tudo isso termina passando para a sociedade. Ora, numa conjuntura de crise e empobrecimento, articulada com a violência estrutural da sociedade brasileira, e ainda por cima depois de vinte anos de autoritarismo, o comércio da segurança tem campo livre para crescer. Até pequenas indústrias mecânicas do interior começam a fabricar armas. Assim como butiques de Ipanema, em vez de expor colares, que podem ser roubados, ofertam revólveres com mira de diamante. Mais: em São Paulo, Rio e Minas Gerais, o número de agentes de segurança de empresas privadas já é maior que o contingente das polícias militares.

ISTO É. Qual a parcela dos orçamentos familiares que está sendo gasta com a segurança?

Brigação. Hoje de 15 a 20% da renda das famílias de classes média-alta e alta estão sendo gastos em itens de segurança. Há outros indicadores desse clima de violência. Por exemplo, algumas estatísticas mostram que estão sendo roubadas muitas armas de brinquedo nas grandes lojas de departamentos.

ISTO É. O desenvolvimento do parque industrial militar pode levar ao surgimento de grandes mobilizações políticas pacifistas?

Brigação. Acho que sim. No final dos anos 60 e no início dos 70 vivemos a fase de expansão dos movimentos ecológicos. Na década de 70 apareceram as associações de bairro e agora vamos começar a ver o aparecimento de movimentos pacifistas. Por sinal, no dia 9 de julho será lançado em São Paulo um movimento pacifista brasileiro. Como ainda em outubro, na cidade de Piracicaba, haverá eventos pacifistas coincidindo com a Semana do Desarmamento, patrocinada, em todo o mundo, pela Organização das Nações Unidas. Eu próprio re-

cebi, neste semestre, três vezes mais convites que no mesmo período do ano passado para dar palestras sobre o problema da indústria bélica. O Congresso também já se sensibiliza, pois há pouco tempo parlamentares se pronunciaram contra a venda de aviões Tucano a Honduras, numa zona de guerra. Isto é muito importante, já que cabe ao Congresso regulamentar e traçar normas para essa indústria.

ISTO É. A indústria bélica é um desafio para os sindicatos dos trabalhadores?

Brigação. O salário e as condições de vida da mão-de-obra brasileira têm sido aviltados. Mas dentro do conjunto do operariado surge, na indústria bélica e na da informática, uma espécie de realza, uma mão-de-obra quase imperial. Enfim, uma superclasse com enormes privilégios e que está sob a égide da segurança nacional. Essa mão-de-obra poderá trazer muitos problemas para o movimento sindical. Os sindicatos que se alinham à solidariedade internacional e sigam princípios de justiça, certamente encontrarão muita dificuldade para defender a máquina de guerra. Devido a questões como essa, o PT e outros partidos trabalhistas deveriam começar a discutir o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mansueto de Lavor.

O SR. MANSUETO DE LAVOR (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esta Casa, que tem por praxe salutar iniciar os seus trabalhos invocando a proteção de Deus, carece hoje, mais do que nunca, dessa proteção divina. Os olhos da Nação inteira se voltam, mais uma vez, para este recinto. Nossa responsabilidade cresce, na medida em que hoje é colocado mais uma vez em discussão e à deliberação aquilo que se constitui a vontade inequívoca a vontade que deveria ser soberana — do povo brasileiro. E essa vontade se expressa numa palavra que tomou conta de todos os cantos do País: eleições diretas já.

Eleições diretas, como primeiro passo, Sr. Presidente, para superação dessa crise, ética, econômica e social. Veja, Sr. Presidente, o que está ocorrendo com os servidores públicos das universidades federais, o que está ocorrendo com os servidores docentes universitários. Ontem mesmo, a Sra. Ministra da Educação dizia-lhes que para eles havia chegado o fim da linha, isto é, não havia mais condições de avançar no atendimento dos seus direitos legítimos, para consecução dos quais se fez a greve. Essa greve, que se prolonga por quarenta e seis dias, atingindo a quase totalidade das universidades do País, encontra um Governo de portas fechadas, insensível às legítimas aspirações dos docentes e dos servidores universitários. O mesmo está ocorrendo com os médicos residentes e com os servidores da Previdência Social.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, essa crise se alastra no campo econômico, em virtude da dívida que aumenta a cada dia, com o alto percentual das taxas de juros dos banqueiros agiotas internacionais, e o Sr. Ministro da Fazenda, na última reunião dos chanceleres e ministros da fazenda da América Latina, exatamente para fazer face ao problema gravíssimo da dependência e da dívida externa, teve o acinte de tripudiar sobre a consciência nacional, declarando que a dívida externa brasileira ainda é muito pouca.

Pois bem, Sr. Presidente, acreditamos que hoje este Congresso dará uma resposta definitiva aos problemas sociais, econômicos, políticos e morais, que tanto infelicitam, neste momento e nesta encruzilhada, a Nação brasileira. E o primeiro passo será o destaque do art. 183 da proposta governamental: rejeitarmos a escolha, "biônica", a indicação indireta de Presidente da República...

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O tempo de V. Ex^{as}, nobre Deputado Mansueto de Lavor, está encerrado.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Já concluo meu pronunciamento, Sr. Presidente. Essa medida está repudiada pela Nação brasileira. Colocaremos o que prevelece no art. 74: eleições diretas já, que é o anseio de todo o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, já se está caracterizando como uma monótona repetição a prática de ameaças, de pressões por parte do Governo às vésperas de decisões importantes deste Congresso. Por duas vezes, já, este Congresso votou matéria sob ameaça das medidas de emergência. Na votação do Decreto nº 2.045 e da Emenda Dante de Oliveira este Congresso exerceu os seus poderes sitiado, sem poder, ameaçado.

Hoje os jornais estampam que não poderemos nem mesmo chegar ao fim desta sessão memorável, porque mais uma vez o Governo assesta contra o Parlamento as suas ameaças. Agora não mais com medidas de emergência, agora com a proposição de retirar a emenda antes que ela seja votada, caso verifique que o destaque das Oposições possa vir a ser aprovado.

Que País é este, Sr. Presidente e Srs. Congressistas? Que Congresso é este? Que País é este em que o povo nas ruas, em multidão, deixa inequívoco o seu desejo de restabelecer a soberania popular do voto direto, livre e secreto e o Governo, isolado, ainda faz valer as suas atitudes arbitrárias, autoritárias e ditatoriais? É o País que agoniza na angústia do desempregado, do bóia-fria, do pequeno e médio empresários desesperados, diante da inevitabilidade da concordata e da falência. É o País do trabalhador massacrado pelo arrocho salarial. É o País do presidiário morrendo de fome, obrigado a fazer greve. É o País do professor universitário paralisando as nossas escolas superiores por não poder mais viver com os níveis salariais. É o País dos médicos-residentes implorando uma remuneração mínima, porque o mínimo que se lhes pode estabelecer hoje é uma remuneração inaceitável e incompatível com o nível superior que possuem. Este País está nas ruas conclamando por diretas. Esteve ontem, em São Paulo, anteontem em Curitiba, e este Congresso tem a responsabilidade grave de transformar o anseio nacional em letra constitucional. É para isso que estamos reunidos e assim vamos deliberar, apesar das ameaças do Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Srs. Congressistas, o art. 31 do Regimento Comum diz o seguinte: "A primeira meia hora da sessão será destinada aos oradores inscritos, que poderão usar da palavra pelo prazo de cinco minutos prorrogáveis."

Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Uequet

O SR. JORGE UEQUET (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores eleitos pelo povo e demais funcionários da Casa, sempre que a Nação tenta manifestar-se a repressão sai às ruas. Durante a votação do Decreto nº 2.065, o País queria a manifestação de um Congresso livre, e o estado de emergência, as violências militares saíram às ruas de Brasília e do País. Durante a votação da Emenda Dante

de Oliveira, quando o Congresso ia manifestar-se livremente, aceitando a vontade da Nação e apoiando as eleições diretas, a repressão saiu às ruas, e o Gen. Newton Cruz, representante lídimo do movimento revolucionário de 64, fez as suas vítimas.

Hoje, a repressão não foge à regra. O Governo — temendo que o Congresso aja como instituição representativa do povo — ameaça retirar a emenda do Congresso. E que emenda, Sr. Presidente? A emenda produto do casuismo e da irresponsabilidade deste Governo, que não tem compromisso com o Brasil, que não tem compromisso com a Constituição, que não tem compromisso com a ordem legal. Nunca se pode admitir que uma reforma constitucional seja votada aos pacotes, sem a discussão atenta de item por item.

O que o General Figueiredo, último Presidente da República, General de plantão na Presidência, quer é que o Congresso se submeta e aprove uma emenda constitucional que é quase meia Constituição, que não atende aos lídimos interesses do povo, e que se veja obrigado a votar alguns artigos apenas por imposição de algumas concessões.

Ontem o porta-voz do Palácio disse que tem acordo com a Oposição. Nós não temos acordo nenhum com esse Governo incompetente e despreparado, não há nenhum compromisso de votar esta proposta, que não atende aos interesses populares e foge à realidade do Brasil. O nosso acordo e o nosso compromisso é com o povo brasileiro e com as eleições diretas já. Queremos eleições diretas para tirar o Brasil do caos em que a irresponsabilidade dos governos revolucionários o lançou. A incompreensão e a incompetência, a omissão e o despreparo fizeram com que este País, possível e viável, fosse entregue à ruína, à dívida externa, à corrupção interna, à falta de respeito e à falta de credibilidade.

Hoje, Sr. Presidente, a concessão que vamos fazer é ao povo brasileiro, votando pelas eleições diretas, seja substitutivo, seja no destaque, promovendo a vontade popular, porque 110 milhões de brasileiros não podem ficar cercados pelo grupo palaciano, que pensa nas suas mordomias, nas suas benesses, e se esquece de que o Brasil está quebrado, está falido, mais pela incompetência do Governo do que pela falta de condições, mais pela irresponsabilidade dos governantes do que pela ação operosa do seu povo. Não adianta o povo economizar, não adianta o povo trabalhar, se um Governo incompetente e despreparado joga tudo fora durante o período de trabalho. Votar nas diretas é mudar, é dizer não à incompetência, é dizer não à omissão, é dizer não à irresponsabilidade, é preparar o Brasil para sair da crise, pelas mãos dos brasileiros, e não pelas mãos irresponsáveis daqueles que estão no Palácio do Planalto.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Melo.

O SR. OSVALDO MELO (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Governo do Estado do Pará está tentando o empréstimo de 60 milhões de dólares para diversos projetos.

A matéria já foi aprovada a nível de autorização do Senado, porém o plano de aplicação está sofrendo contestação de vários segmentos da economia, agricultura, saúde e outros aspectos sociais.

Pedimos a inserção nos Anais do Congresso Nacional do questionamento apresentado pela Federação de Agricultura do Pará, conforme a exposição que se segue, feita em expediente oficial dirigido ao Exm^o Sr. Governador Jader Barbalho.

Por se tratar de um documento de alta indagação, ele vai a seguir transcrito:

**FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA
DO ESTADO DO PARÁ**

**Órgão Representativo da
Classe Empresarial Rural**

Av. Conselheiro Furtado, 3.374 — Fones: 226-1575
e 226-9011
CEP 66.000 — Belém — Pará

Ofício nº 108/84.

Belém, 5 de junho de 1984.

A
Sua Excelência
Dr. Jader Fontenelle Barbalho
DD. Governador do Estado do Pará
Nesta

Senhor Governador:

Expondo à classe empresarial a Programação do Governo do Estado do Pará a ser financiada com recursos externos, na ordem de Sessenta Milhões de Dólares, por certo que V. Ex^a o fez aguardando pronunciamentos e sugestões.

A classe empresarial rural, através da Federação da Agricultura do Estado do Pará-FAEPA, deseja, de imediato, reiterar a V. Ex^a o apoio à solicitação do empréstimo, que bem utilizado trará benefícios ao Estado e a sua comunidade. O Estado do Pará tem capacidade muito grande de endividamento e não nos assusta, apesar do preço caro do dinheiro externo, a liquidação de nossa dívida.

É certo que para isso muito têm a contribuir os setores de produção, dos quais o primário destaca-se como principal responsável.

Por isso mesmo a Federação da Agricultura estudou, cuidadosamente, a Programação apresentada por V. Ex^a e no documento anexo, que pedimos seja tomado como colaboração, expomos com clareza nosso apoio e nossa crítica, dentro de discordâncias, que compreendemos podem não ser expostos por V. Ex^a mas o fazemos na certeza que não nos omitindo estamos atendendo vosso desejo.

Respeitosamente, — **Clodomir de Lima Begot**,
Presidente.

A posição da Federação da Agricultura do Estado do Pará-FAEPA com relação aos Projetos do Governo do Estado para aplicação de recursos externos (US\$ 60,000,00) na Agricultura Paraense.

Em primeiro lugar cabe-nos destacar a reduzida parcela de apenas 5,45% do total do empréstimo que será aplicada na agricultura, isto é, apenas (US\$ 3,267,608)

Desse montante, US\$ 1,053,605, cerca de 32%, será aplicada em "infra-estrutura para comercialização agrícola"; US\$ 330,467 ou 10%, em implantação de "infra-estrutura botânica"; US\$ 1,438,500, cerca de 44% em "regularização fundiária" e US\$ 445,036 ou seja, 14% em "programa integrado de infra-estrutura rural de distribuição de sementes selecionadas, armazenamento e abastecimento de alimentos básicos".

Com relação ao Projeto "infra-estrutura para comercialização agrícola" acreditamos que benefícios maiores e mais duradouros seriam obtidos através de uma ação conjugada junto aos moradores das zonas periféricas de Belém e habitantes nos Municípios vizinhos pertencentes a grande Belém com o objetivo de estimular a formação de hortas comuni-

tárias, garantindo-lhes assistência técnica operacional e gerencial.

Assim procedendo estariam sendo propiciadas condições para o aumento da oferta desses alimentos básicos à população urbana bem como a redução da nossa dependência com relação a outros Estados da Federação, de onde importamos mais de 100 toneladas mensais dos hortigranjeiros que consumimos.

Está claro que o Governo não está pensando trazer da Zona Bragantina Arroz, Feijão e Milho que representa muito pouco da produção paraense e não atende a necessidade da população belemense.

Agricultores organizados na produção e na comercialização é a certeza da continuidade do fluxo produtivo.

Incerto porém, é o resultado de qualquer ação de cunho paternalista que não promova despertar de consciência e por conseguinte pela falta de motivação e de estímulos duradouros, venha a se traduzir em mais uma iniciativa fadada ao fracasso.

O Projeto "Implantação de Infra-Estrutura Botânica" previsto para consumir apenas 10% do total destinado à agricultura nos parece o mais coerente de todos. Somos sabedores da enorme escassez de sementes e mudas selecionadas em nosso Estado, pois o pouco que existe é avidamente disputado. A demanda é seguramente insatisfeita, e na quase totalidade dos casos é necessário recorrer às importações de outros Estados.

Seria de bom alvitre que produtores fossem credenciados e estimulados à produzir sementes e mudas selecionadas, uma vez que o espírito da livre iniciativa, certamente, garantiria não só melhores níveis de qualidade como também assegurariam uma melhor regularidade no suprimento desses insumos.

Cabe-nos lamentar os poucos recursos previstos face a grande necessidade em se dotar o nosso Estado de uma infra-estrutura botânica capaz de atender, a contento, a crescente demanda de mudas e sementes selecionadas.

Não podemos aceitar que esse Projeto resume-se em 200 hectares de viveiros e campos de matrizes quando muito mais importante é estabelecer, com as empresas privadas produção satisfatória de sementes.

No Projeto "Regularização Fundiária" serão envolvidos US\$ 1,438,500, ou seja 44% do total dos recursos a serem destinados à agricultura.

A previsão é entregar 10.000 títulos definidos de propriedade rural em todo o Estado do Pará.

O Projeto não especifica quais serão os beneficiários entretanto, se forem as pequenas posses o objetivo maior e prioritário, louve-se o mérito e rogue-se para que não ocorra o que historicamente vem acontecendo em nosso Estado

Na grande maioria, o pequeno rurícola só é produtor até quando o título definitivo lhe é expedido. A partir daí ele vende a sua propriedade. E, numa primeira instância, torna-se assalariado rural, para em seguida migrar em direção aos centros urbanos, em busca de um "emprego" no farto subemprego.

Acreditamos que para ocorrer fixação do homem do campo é necessário que este homem sinta amparado econômica e socialmente.

Não é lícito motivá-lo a produzir se não se pode assegurar-lhe o melhor e o mais importante dos adubos que é o preço.

Igualmente, não deve ser lícito persistir em erro, tão evidente, pois a história da nossa agricultura está aí para testemunhar o fracasso de inúmeras iniciativas no gênero.

Talvez o título apropriado para o aludido projeto não fosse "regularização fundiária", mas sim "acomodação fundiária".

Está na hora dos Governos Federal e Estadual, sair da rotina nada benéfica de distribuição de títulos.

Deve o Poder público adotar a "cessão do uso do solo agrícola" com sentido muito mais voltado ao bem social e, acima de tudo, a produção.

O caminho é fácil se o desejo não é de simples efeito político

O Projeto intitulado "Programa Integrado de Infra-Estrutura Rural de Distribuição de Sementes Seleccionadas, Armazenamento e Abastecimento de Alimentos Básicos" prevê a aplicação de US\$ 445,036, aproximadamente 14% do montante a ser destinado à agricultura.

O Projeto prevê a seleção de 1.275 famílias de pequenos produtores rurais, com tradição no cultivo de Arroz, Milho e Feijão nas microrregiões homogêneas Marabá, Araguaia Paraense e Médio Amazonas Paraense, as quais serão distribuídas sementes selecionadas de modo que cada produtor trabalhe 03 hectares, sendo 0,5 de Feijão, 1,0 de Milho e 1,5 de Arroz.

Serão adquiridos e implantados 13 (treze) armazéns estruturais medindo 15m x 15m (450 t de grãos) equipados de conjuntos secador, de pré-limpeza e gerador.

Estão previstas também a aquisição e armazenagem e a comercialização de 40% da produção esperada ou seja 2.116 t de grãos.

Diferença, ou seja 60% da produção, deverá ser comercializada via política de preços mínimos do Governo Federal

A iniciativa é louvável, entretanto, temos a lembrar que se as sementes não forem de boa qualidade e adequadas à região, se elas não chegarem às áreas em tempo oportuno, isto é, na época do plantio, se as condições das estradas vicinais comprometerem o escoamento da produção em direção aos armazéns de coleta, em nada adiantará o esforço

Recomenda-se uma ação integrada de modo a garantir que a produção seja garantida física e economicamente, isto é, que não falem os meios necessários tanto ao nível da produção como ao nível da comercialização e que esses grãos possam contribuir para a redução das nossas deficiências internas.

É estranhável que o Município de Tucuruí, na microrregião homogênea Marabá não tenha sido incluído no Projeto. Duas de suas colônias, a do Repartimento e a Rio Moju são grandes produtoras de grãos

Cabe ressaltar que a luz das estatísticas da produção agrícola municipal, Tucuruí vem logo após Marabá e São João do Araguaia, na produção de arroz e milho

O mesmo para a não inclusão dos Municípios de Redenção e Rio Maria, ambos grandes produtores de Arroz e Milho, na microrregião Araguaia Paraense.

Como o Projeto prevê o envolvimento da Comissão de Financiamento da Produção-CFP, na comercialização de 60% da produção prevista, torna-se imperativo ações no sentido de superar deficiências na área de classificação pois, muitas operações deixam de ser realizadas por falta de classificadores no Estado

Há que se criar mecanismos que promovam a fixação de classificadores nas áreas de grande produção agrícola, além da superação dos atuais entraves, inclusive de natureza salarial, responsáveis pelo reduzido efetivo hoje disponível na CLAVEPA—

Serviço de Classificação de Produtos Vegetais do Estado do Pará.

Ressalte-se ainda que pela semente que será distribuída, em dois anos, não haverá repercussão nenhuma na economia do Estado. Muito mais acertadamente seria produzir sementes, em vez de grãos, na busca da independência desse segmento na agricultura paraense ou aumentar aquele quantitativo.

Cabe ao finalizar as linhas que tomou a FAEPA em relação dos Projetos Agrícolas do Programa de Empréstimo do Estado do Pará, destacar o espírito de colaboração da classe empresarial rural pronta a discutir, com detalhes, o documento, que se foi oferecido.

Reafirmamos que o empréstimo, bem aplicado, trará resultados benéficos para o Estado do Pará.

Belém, 5 de maio de 1984. — **Clodomir de Lima Begot**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 1984, que altera, acrescenta e suprime dispositivos da Constituição Federal.

À Proposta foi apresentada, no prazo regimental, 205 emendas.

A Comissão Mista, em seu Parecer, sob nº 53, de 1984-CN, apreciando a matéria e as emendas oferecidas pelo Relator, de nºs 206-R a 242-R, concluiu:

a) favoravelmente à Proposta e às Emendas nºs 70; 100, quanto às alterações propostas aos arts. 94, "caput", 95, "caput", e 96, parágrafo único; 108; 141; 195, quanto ao art. 148 constante de seu item 24; 206-R a 216-R; 217-R, salvo quanto ao § 3º do art. 51; 218-R; 219-R, salvo quanto ao § 1º do art. 74; 220-R a 225-R., 226-R, salvo quanto ao § 1º do art. 153; 227-R a 241-R;

b) contrariamente às Emendas nºs 1 a 69; 71 a 99; 100, quanto ao parágrafo único do art. 94, ao § 1º do art. 95 e ao § 4º do art. 119; 101 a 107; 109 a 140; 142 a 194; 195, quanto aos itens 1 a 23 e 25 a 31; 196 a 205 e 242-R;

c) oferecendo as Emendas de nºs 243 a 250.

A Presidência esclarece que, nos termos do nº 1 do art. 143 do Regimento Interno do Senado Federal, a Emenda nº 242-R e as partes rejeitadas pela Comissão Mista das Emendas nºs 217-R, 219-R e 226-R. São consideradas inexistentes.

Passa-se à discussão da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Farabulini Júnior, primeiro orador inscrito, e que é contrário à Emenda.

Srs. Congressistas, o art. 38, do Regimento Comum diz o seguinte:

.. "Na discussão, os oradores falarão na ordem de inscrição, pelo prazo máximo de 20 minutos, concedendo-se a palavra, de preferência, alternadamente, a Congressistas favoráveis e contrários à matéria."

Como não foi registrado, na hora da inscrição, se o orador é favorável ou contrário à proposição, à medida que for chamando os oradores inscritos pela ordem, a Presidência solicita a gentileza de, ao ocuparem a tribuna, declinarem antes se são favoráveis ou contrários à Emenda.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nobres Srs. Congressistas, este segundo de atraso deveu-se à minha presença não dispensável na CPI-CAPEMI, onde se lê hoje o Re-

latório Final, relatório que conclui por ter havido verdadeiro assalto aos cofres públicos por governantes que ocupam o pod.

Mas vamos ao projeto de emenda constitucional objeto de discussão nesta sessão plenária do Congresso, da mais alta significação histórica. Se formos, Srs. Congressistas, Srs. Deputados — essencialmente a estes me dirijo — se formos pesquisar na história do Governo Figueiredo, vamos encontrar, nas suas primeiras páginas, a expressão mais cândida que, na verdade, engrandecia a Nação. E a expressão era que deveria devolver à República brasileira — e jurava isso — a democracia plena e indubitável, capaz de restituir aos brasileiros o direito de votar para Presidência da República. E S. Exª, ao ensejo da apreciação da emenda do jovem Deputado Dante de Oliveira, emenda que empolgou a Nação inteira, e só para o fim especial, acredito eu, de menos gabar-lhe a essência e menos recomendar-lhe a iniciativa, encaminhou, já na discussão, quase votação da emenda memorável, o seu projeto de emenda constitucional, anunciando à Nação que desejava restituir plena democracia a este País. Este foi o enfoque principal pretendido.

S. Exª, ouvindo o seu grupo político, ele próprio encaminhou a emenda e conseguiu, por assim dizer, que alguns próceres do Partido Democrático Social deixassem de acompanhar a Emenda Dante de Oliveira, certos de que o novo modelo jurídico os atenderia e também à sociedade brasileira. E, se V. Exªs bem analisarem, tendo urdido o Governo o modelo de comportamento para encaminhar a emenda — e o Presidente da República concorda que jurou devolver ao Brasil a democracia — ele mesmo admite, na sua justificativa, que é indispensável ouvir a sociedade brasileira. Mas S. Exª não concorda com a Constituinte — e aqui está escrito às escâncaras. E não concorda porque, em verdade, traz no bojo da sua Emenda que restabelece as eleições diretas uma série de proposituras capazes de levar à conclusão de que S. Exª não deseja que cada um dos Srs. Deputados se transforme em constituinte, para bem representar a opinião pública, para bem representar o povo brasileiro. S. Exª tergiversa, ilaqueia, ilude — esta é a verdade.

Quem perquire e estuda a justificativa fica até eufórico, no início, ao ver que a emenda constitucional devolveria para já as eleições diretas para Presidente da República. No entanto, vê-se, logo embaixo, que ele pretende a eleição direta, mas em 1988. E mais: assegura que o Colégio Eleitoral é a estrutura que pretende fazer prevalecer, que não pretende fazer sucumbir. Portanto, prestigia o Colégio Eleitoral que ele mesmo, Presidente da República, urdiu como bem entendeu, através daquela maioria ocasional, que na Legislatura passada estabeleceu os casuísmos de um modelo que levaria à vitória o Partido Democrático Social no Colégio Eleitoral, que por si só, é espúrio e não pode absolutamente, ser aceito por esta Casa de leis.

Em verdade, S. Exª, o Sr. Presidente da República, não abre mão de duas posições que considera intangíveis, inabaláveis e absolutamente seguras: o Colégio Eleitoral e a oportunidade das eleições diretas. Então, na sua justificativa, estabelece critérios que vão desde o juízo de valor à oportunidade. Juízo de valor e oportunidade são os dois critérios nos quais se assenta a sua mensagem. Entende S. Exª que não é oportuno e que o juízo de valor remete para 1988 as eleições presidenciais como boas, firmes e valiosas.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a grande realidade é que, em se analisando o juízo de valor, vamos ver que as praças públicas brasileiras já o estabeleceram, e o seu reflexo há de vir para esta Casa e conduzir os Srs. Parlamentares a que votem com a consciência, não esta emenda, mas a subemenda do "Pró-Diretas", porque a opinião pública brasileira pretende, isto sim, votar imediatamente para Presidente da República. S. Exª mesmo,

enquanto assina a sua mensagem, assegura que se deveria ouvir a sociedade brasileira, a recomendação popular. Isso é que daria o substrato legal, o substrato popular, o substrato da legitimidade às eleições diretas para Presidente da República. Então, por aí vê o Presidente da República o clamor das praças... Ainda ontem, em São Paulo, 150 mil pessoas compareceram à Praça da Sé. Nos Estados do Sul, aos milhões, os brasileiros ocuparam as praças e clamaram pelas eleições diretas já. E não há de ser através desta emenda que será atendida a opinião pública brasileira. Queremos, sim, atender à vocação popular. Queremos estabelecer o juízo de valor e os critérios de oportunidade. Diz mais o Sr. Presidente da República: que tinha certeza absoluta — está escrito na mensagem que o Congresso Nacional dispunha de poderes para decidir.

O Sr. João Gilberto — Permita-me, nobre Deputado. Em primeiro lugar, queremos registrar a nossa solidariedade a V. Exª pela sua postura sempre em favor das eleições diretas e pela sua veemência em criticar o sistema atual. Em segundo lugar, nobre Deputado, desejamos rebater, neste aparte, o argumento, que está hoje na palavra de porta-vozes oficiais, de que a Oposição quer aprovar as eleições diretas por uma manobra regimental, por um golpe regimental. Não, nobre Deputado. A Oposição quer aprovar as eleições diretas através da lei interna do Congresso, que é pública e conhecida de todos, através de destaques, que acontecem em quase todas as votações nesta Casa. E, mais: esse destaque não inverte o sentido da mensagem presidencial, porque ela própria transforma em regra permanente da Constituição, na sua regra principal, no coração da Constituição, a eleição direta, nos arts. 74/75. A única coisa que a Oposição postula é que a regra provisória, isto é, temporária, passageira, contida no art. 183, que vai impedir a imediata aplicação da regra permanente dos arts. 74/75, seja extirpada do corpo da emenda, para possibilitar, sim, a aplicação, já, imediata, do novo princípio que a mensagem consagra.

Então, não há inversão da parte formal da proposta, mas há um destaque, recurso regimental, constitucional, jurídico e legal, para que a aplicação do princípio geral da eleição direta para Presidente seja já, como bem o quer V. Exª e como bem o querem todos os brasileiros.

O SR. FARABULINI JÚNIOR — Muito obrigado, Deputado João Gilberto. V. Exª analisa muito bem, como sempre o faz, que agora os bastidores do Governo, âmbito da corrupção, ali naquele Palácio onde está o Sr. Antônio Delfim Netto, onde esteve Langoni, onde está Galvêas, agora estão preocupados em terem mandado para cá esta emenda que permite ao Congresso Nacional, como muito bem salientou o regimentalista João Gilberto, não através de manobras, mas da aplicação das normas do Regimento Comum, votar os pedidos de destaque e de preferência.

Mas quero adiantar-me um pouco. V. Exªs verificam que no âmbito do Partido Democrático Social, mesmo lá, há grande fissura, porque, indubitavelmente, Governadores e Deputados do Partido Democrático Social, ilustres por todos os títulos, como os demais, pretendem as prévias eleitorais, o que levaria os milhões de brasileiros pedessistas a dizerem quem deveriam ser candidato do partido a Presidente da República.

Ora, verifica-se, argumentando, que se mesmo do lado de lá pretendem, num primeiro tempo, ouvir a opinião pública, num segundo tempo, no âmbito competitivo, deveriam exigir também que se ouça a opinião pública brasileira por inteiro para a escolha do Presidente, — e no partido Democrático Social, há excelentes cidadãos; e dou como exemplo Aureliano Chaves. Ainda há outros ilustres valores que poderíamos aqui nomear e que são, na verdade, pelas eleições diretas já, associando-se ao partido do Movimento Democrático Brasileiro, ao Partido Democrático Trabalhista, ao Partido dos Trabalha-

dores e ao Partido Trabalhista Brasileiro. Assim, estamos unidos, as Oposições brasileiras. Mas os homens do Partido Democrático Social, que também desfraldaram a bandeira em nome do povo, podem perfeitamente dar não a maioria simples, porque esta nós temos aqui, nas Oposições, mas os dois terços de que precisamos para derrotar a pretensão de permanência no poder, de continuar por mais vinte anos, porque o que está escrito — 1988 — não constitui o propósito daqueles que prepararam esta emenda. Ao contrário, Srs. Congressistas, eles pretendem, isso sim, perpetuar-se no poder, porque nele encontraram, nestes vinte anos, o maior e mais alto repositório para praticarem as grandes corrupções que as Comissões Parlamentares de Inquérito anunciaram e já promoveram à sociedade.

Concedo aparte ao nobre Deputado Hermes Zaneti.

O Sr. Hermes Zaneti — Eminentíssimo Deputado Farbulini Júnior, quero cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento que faz e gostaria, neste aparte, de trazer a minha opinião sobre esta questão de o Governo anunciar que pretende, uma vez mais, subjugar o Congresso Nacional. A isto nós já estamos acostumados. O que não podemos é ceder, hoje, a mais essa pressão do Poder Executivo. Gostaria de alertar a Liderança de todos os partidos e meus colegas de Congresso: este Congresso não pode ceder mais uma vez, este Congresso não pode ser esmagado pelos próprios membros que constituem. Se o Poder Executivo, de forma covarde, pretende retirar essa Emenda, que o faça, porque aqui não podemos embrulhar a Nação, não podemos recuar. Temos um mandato para defender os interesses do povo brasileiro. E a emenda que o Presidente mandou para esta Casa terá de ser aprovada com os destaques que queremos. Juntos poderemos aprovar as eleições diretas já, que é o que a Nação brasileira quer. Do contrário, assistiremos ao rasgar do Regimento desta Casa, ao abdicar das prerrogativas minguadas que ainda temos, porque não tenho dúvida alguma de que, ao abdicarmos do direito que temos de aprovar o destaque, estaremos subjugando o Poder Legislativo, ainda nas suas mínimas prerrogativas, à vontade imperial do Sr. Presidente da República. Quero reiterar a minha posição: este Congresso não pode recuar, Sr. Presidente. Está sendo desafiado por um homem. Aqui está representado o povo brasileiro. Temos de ficar firmes, temos de ter a coragem de interpretar o pensamento do povo e manter a nossa posição.

O SR. FARABULINI JÚNIOR — Agradeço a V. Ex.^a o aparte, nobre Deputado. V. Ex.^a estabelece, com critério, o modelo de ação política, e o modelo é exatamente o que preconiza.

V. Ex.^a anunciou bem e agora declaro: pode retirar a Emenda, Sr. Presidente da República, e a História debitará na conta de V. Ex.^a, mais esta inconsistência política, que deslustra a figura de alguém que pretende governar uma Nação e que pensa poder governá-la livre. Pode retirar a emenda, Sr. Presidente da República, mas a História registrará a grande nódoa da sua inconsistência.

Por outro lado, se o Sr. Presidente da República e as autoridades do Governo entendem que as Oposições não estão vigilantes, também se enganam, porque há outras emendas sobre a matéria, como a do Deputado Theodoro Mendes. Há suporte nesta Casa para que venham a ser elas votadas, na hipótese da retirada da Emenda.

Mas, Sr. Presidente, asseguro-lhe que não acredito que o Presidente, que se abalança a mandar ao Congresso Nacional a Mensagem nº 35/84, e a encaminha jurando fazer cumprir as leis, jurando fazer cumprir a Constituição, jurando que deseja a democracia para o povo brasileiro pretenda agora, descer a rampa do Planalto para cair no vale da imundície, no vale de toda essa lama, como na verdade cairá se decidir retirar a Emenda.

Esta, Srs. Deputados, a palavra de um representante do povo, que, deseja votar para Presidente da República.

Quem, como eu, tem mais de 58 anos de idade, na realidade votou muito pouco neste País.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — V. Ex.^a tem 2 minutos para encerrar.

O SR. FARABULINI JÚNIOR — Sr. Presidente Moacyr Dalla, V. Ex.^a tem sido Presidente do Congresso Nacional e é a grande expectativa do povo brasileiro, que sabe perfeitamente que V. Ex.^a há de fazer e cumprir a lei, o Regimento do Congresso Nacional.

O povo aí fora comenta, Sr. Presidente, porque agora aqui não se trata do Partido Democrático Social, nem dos partidos de Oposição. V. Ex.^a não é o Presidente do Partido Democrático Social, V. Ex.^a é o Presidente do Congresso Nacional. Não precisaria, neste instante, exaltar o nome de V. Ex.^a e o seu comportamento, porque sei perfeitamente que é até desnecessário, mas o faço para que conste dos Anais aquilo que penso de V. Ex.^a, e isso é bom está a serviço da opinião pública brasileira.

Concluo exortando os ilustres Deputados do Partido Democrático Social, que levantaram esta bandeira no próprio partido, que pretendem perquerir nas suas bases o nome do candidato, e agora têm a possibilidade não de auscultar apenas as próprias bases, mas cada um dos habitantes deste País, independentemente de ser ou não filiado a partido político, a permitirem que esta Casa vote sim ao destaque, vote sim às eleições diretas-já, para que se atenda plenamente à comunidade, à aspiração e à sociedade brasileira por inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Arthur Virgílio Neto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO (PMDB — AM. Sem revisão do orador.) — Falo a favor do Substitutivo apoiado pelo meu partido, do anseio nacional por liberdade e eleição direta e contra a Emenda do Governo.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, todo grupo social, imagino eu, deve ter um compromisso, um projeto. Aqui, no Brasil, creio que mesmo as gananciosas e famintas empresas transnacionais possuem o seu projeto, a sua proposta política. Tenho a certeza de que os empresários nacionais têm seu projeto, a sua proposta política. E, sem nenhuma dúvida, vislumbro que a classe trabalhadora, com muita percuciência, com muita sensibilidade, é capaz de desenhar o seu projeto e a sua proposta para o futuro desta Nação, que haverá de ser livre e independente. Há, porém, um segmento da Nação que não tem projeto algum, não tem proposta de cor nenhuma e que, por infelicidade nossa, para desgraça do povo brasileiro, está incrustado nas paredes do Palácio do Planalto há vinte anos, ocupando há duas décadas os postos de comando deste País.

Trata-se de uma falsa elite dirigente que não se comunica sequer com a elite dominante deste País, ela que não é capaz de coordenar nem de falar para a classe trabalhadora. E aí está, em meu entender, uma das razões dos males por que passa a Nação brasileira: uma falsa elite dirigente que não se comunica com a Nação, sob nenhuma hipótese, tripudiando sobre milhões de brasileiros — 130 milhões! — espezinhados nos seus direitos mais comezinhos, espezinhados nas suas aspirações maiores e até mesmo nas menores, porque o grupo do Palácio outra coisa não fez e não faz a não ser patrocinar, sistematicamente, a entrega das riquezas brasileiras ao capital estrangeiro; não fez e não faz outra coisa a não ser fechar os olhos de maneira criminosamente conivente com a corrupção mais deslavada que já varreu esta República — corrupção que, inclusive, ameaça degenerar os próprios níveis da convivência social futura do Brasil. E o grupo que aí está e não tem projeto, que não se destina a classe alguma, que não enuncia postulado algum, esse grupo não quer que a Nação se pronuncie.

Eleição direta não significa socialismo, Sr. Presente. Eleição direta não significa comunismo; eleição direta não significa capitalismo; eleição direta não significa imperialismo; eleição direta não significa nada, hoje, a não ser termos a oportunidade, a ocasião, a vez e a hora de estabelecer regras fixas para o combate político. Aos que pretendem o desenvolvimento capitalista do País, deve interessar o estabelecimento de regras fixas para o jogo político; aos que querem o socialismo e aos que pregam o comunismo, também interessa o estabelecimento dessas regras. Apenas o Governo que aí está tem interesse na manutenção de sua pequena equipe no poder, a se misturar com negociatas do tipo Coroa-Brastel, Delfim-BNH e uma infinidade de outras que o tempo não me permite citar, até porque não sou dono do tempo nem do Congresso. Se fosse dono do tempo e do Congresso, passaria dois anos aqui, falando, diuturnamente, para poder arrolar as imoralidades administrativas que têm denegrido a tradição deste País.

O Sr. Aldo Arantes — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO — Ouço o nobre Deputado Aldo Arantes.

O Sr. Aldo Arantes — Companheiro Arthur Virgílio Neto, todos sabemos que a Constituição brasileira é outorgada. Mas, mesmo assim, o art. 1.^o desta Constituição diz que o Poder emana do povo e em seu nome deverá ser exercido. No entanto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no Brasil, o Poder não emana do povo e, portanto, em seu nome não é exercido. Hoje o povo vai às praças, no maior movimento de opinião pública, e, no dia 25 do mês de abril, tentou-se aprovar a Emenda Dante de Oliveira, que restabelecia as eleições diretas, para abrir caminho para a saída da crise pela via mais indolor, porque o País não vai aceitar de braços cruzados, de cócoras, a fome, a miséria e a repressão se abatendo sobre seu povo. Ontem, estivemos juntos com a comunidade universitária, que protestava pela morte, praticamente, da Universidade brasileira. E o argumento que se deu para a comunidade universitária foi o de que o Governo não tinha recursos para atender às reivindicações dos professores. No entanto, somente o aumento de 0,5% dos juros da dívida externa representou um acréscimo de 350 milhões de dólares. Nos últimos dois meses, houve um acréscimo de quase um bilhão e meio de dólares. E o Governo brasileiro não tem autoridade política para tomar uma decisão fundamental para o País: a suspensão do pagamento da dívida externa. Sabemos hoje que a crise econômica e a crise política passam necessariamente pelo restabelecimento de um Governo que atenda às reivindicações do povo. Daí por que, nobre Deputado, eu queria manifestar o meu repúdio às manifestações veiculadas ontem neste Congresso, e hoje refletidas nas primeiras páginas dos jornais, de que o Governo pretende retirar sua emenda, para com isso impedir que este Congresso exerça a sua soberania, restabelecendo as eleições diretas para a Presidência da República. Engana-se o Governo se imagina que, ao retirar a emenda, estará retirando da Ordem do Dia a luta do povo brasileiro pelo fim do regime militar, pela conquista das liberdades políticas e pelas eleições diretas já, porque essa luta vai continuar dentro do Congresso e fora dele, até que conquistemos a liberdade, a democracia e uma nova política econômica voltada para os interesses do povo e da Nação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO — Deputado Aldo Arantes, V. Ex.^a nos lembra uma coincidência entre as oposições e o Governo, entre os patriotas do pró-diretas do PDS e o Governo: todos queremos retirar alguma coisa. O Governo talvez vá retirar a sua Emenda, chantageando a Nação, como a tem chantageado em vinte anos de desmandos. Os democratas queremos retirar também, mas retirar o Governo e derrubar o regime que tem infelicitado a Nação brasileira por longo período, e vencer, portanto, a crise que tem sido gerada, esti-

mulada e adubada pelo regime e pelo Governo que aí estão. Essa crise aponta o acúmulo de 6.000% de inflação apenas no Governo das viagens de "Alice no País das Maravilhas" do Presidente João Figueiredo. Aponta a presença incômoda de uma inflação líquida de 235% anuais. Aponta o endividamento externo em níveis intoleráveis por qualquer nação que aspire ao desenvolvimento econômico e social. Aponta essa crise a descaracterização do Congresso Nacional, mutilado que tem sido nos seus poderes por um Executivo que tudo pode e nada faz, a não ser quando se trata de favorecer pessoas envolvidas em corrupção e em casos do vende-Brasil, de vende-Pátria.

E que nos propõe o Governo, em vez de permitir que a Nação chegue ao livre jogo da fixação das regras para o processo brasileiro? Ele, o Governo, ao invés de ouvir a Nação, nega, não afirma, e impede que a Nação vote em quem bem queira para Presidente da República, ela que pode votar para Vereador, para Prefeito, para Deputado Estadual, para Deputado Federal, para Senador e para Governador. O regime não admite que a Nação escolha a cabeça do próprio País, a cabeça do próprio Estado, e nos propõe um horrendo dilema: ou a prorrogação dos desmandos e das viagens do Sr. João Figueiredo, ou uma alternativa conspirada, comprometida, uma alternativa arrolada até mesmo em CPIs da Câmara dos Deputados, que seria a "candidatura" do Sr. Mário Andreazza para a Presidência de uma República também entre aspas. O Governo ainda nos proporia uma saída militar que não interessa a nós, nem à Nação, mas que interessa, talvez, ao espírito golpista dos que têm pavor do pronunciamento popular. Propor-nos-ia, em outra análise, o Governo uma via semelhante àquela da ascensão do III Reich, que é a candidatura de um pianista frustrado, corrupto, incapaz administrativamente e avesso a assimilar o anseio do seu povo. Vem esse pianista frustrado repetindo os passos de Hitler, na Alemanha, tentando, no Brasil, ascender ao poder estribado na propina, na corrupção e no engodo. Esse "candidato" "brasileiro", Paulo Salim Maluf, não chegará à Presidência sem que esboçemos toda a resistência de que nos possamos armar, para que o Brasil não seja obrigado, depois de 20 anos de ditadura, a aturar mais seis, mais quatro anos, ou mais um dia sequer, o flagelo da corrupção, o flagelo do suborno e da prepotência.

Concedo o aparte ao nobre Deputado José Maria Magalhães.

O Sr. José Maria Magalhães — Deputado Arthur Virgílio Neto, quero apenas, emocionado com as palavras de V. Ex^a nesta hora histórica que o País vive, prestar uma homenagem aos jovens da sua geração que, por este País afora, estão lutando em favor da restauração do regime democrático. A minha geração já foi apunhalada várias vezes e se constituiu numa geração sofrida pelas frustrações, pelas violências, pelas torturas, pelo exílio e pelas cassações, porque isso eles sabem fazer muito bem. Não é justo, agora que o povo foi às ruas e se manifestou, que a geração que vem aí, de que V. Ex^a é um lúcido representante,...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO — Muito obrigado pela generosidade de V. Ex^a

O Sr. José Maria de Magalhães — ... seja também apunhalada pelas costas pelo Governo que aí está, Governo da corrupção, da tortura, das cassações, dos exílios, das prisões, dos assassinatos, e que agora quer retirar a Emenda. Por que querem retirá-la? Porque nós, que compomos as oposições, queremos apenas a liberdade através da eleição direta já.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO — V. Ex^a me enseja um mote: o Governo pode retirar ou não a sua emenda — isto depende da sua vontade imperial — mas V. Ex^a, que representa uma geração que foi cassada, mas se manteve de pé, conhece muito bem — e eu o admiro

por isso — o valor da própria resistência, o valor da própria luta que temos encetado para que o Brasil não afunde, cada vez mais, no obscurantismo das decisões ditatoriais.

Já o ouvirei, nobre Deputado Mário Juruna, com muito apreço. O Governo e o regime deste País são antibrasileiros, antinacionais e antipopulares. Este regime há vinte anos paira sobre nossas cabeças, sem que o queiramos e sem que o suportemos; há vinte anos tenta fazer desta Nação uma penitenciária; há vinte anos tenta fazer deste País um presidio; há vinte anos tenta fazer de todos nós reféns dos seus designios malditos; E nós? Nós, no passo a passo da luta, no passo a passo do nosso avanço, no passo a passo de nossa fé, temos feito ver ao Governo o que é o presidio que conseguiram construir na Pátria brasileira. Hoje, eles, que ainda podem pensar em retirar emendas, e em decretar emergências, eles, que ainda podem corromper e ameaçar, saibam que o grande presidário da Nação é o regime autoritário, isolado, perdido, batido, historicamente falido e prestes a ruir, prestes a cair.

Ouço o Deputado Mário Juruna.

O Sr. Mário Juruna — Eu, porque a minha promessa é luta, não posso faltar. Como eu já tenho conseguido a mudança na FUNAI, agora também quero ajudar o branco, quero ajudar todo Deputado. Quero apoiar o povo brasileiro. Não pode continuar o Brasil como está. O Brasil tem que mudar. Não é esse projeto que vai ser retirado: é o Presidente da República que precisa ser retirado junto com o projeto. Não adianta retirar o projeto. Ele também tem que ser retirado. Ele está afundando o Brasil, ele está matando o povo brasileiro. Esse companheiro Deputado, todo o mundo da equipe dele é bajulador do Presidente da República. Esse pessoal...

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Peço ao Sr. Deputado que mantenha os termos regimentais.

O Sr. Mário Juruna — Se V. Ex^a não aceita essa minha reclamação, esse pessoal é comprometido...

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — V. Ex^a terá liberdade de fazê-lo em termos regimentais.

O Sr. Mário Juruna — Esse pessoal, o grupo que sempre apoiou o Palácio do Presidente da República, e por isso V. Ex^a não admite que a gente acha, cancela minha palavra. E eu não aceito. Eu sou homem de consciência limpa. Ninguém pode dizer isto à frente da tribuna. Ninguém aqui vai tirar minha palavra, ninguém vai tirar minha cabeça. Eu posso parar, e quem quiser me mata no Palácio e quem quiser me mata no plenário. E eu falo a minha palavra. Não cancelo a minha palavra. Enquanto eu estiver vivo como Juruna, fico falando em nome do povo. É a palavra do povo e a consciência do povo. Não sou comprometido que representa empresário do estrangeiro, brasileiro comprometido e entregando o nosso Brasil. Eu sou comprometido com miha terra, defendo minha terra, defendo minha Pátria, o Brasil. A Pátria, o Brasil, está aí. O Brasil está afundando e ninguém defende. O brasileiro já entregou a nossa Pátria. E aqui eu peço a V. Ex^a mais uma vez: ninguém vai cancelar minha palavra, ninguém vai tirar minha cabeça. Continuo falando em nome do povo, em nome da Nação, da consciência da Nação. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nobre Deputado Arthur Virgílio, V. Ex^a tem um minuto para encerrar seu discurso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO — Encerrei, abusando da benevolência de V. Ex^a, Sr. Presidente. A Taquígrafia talvez não registre *in totum* a expressão de um Deputado bilíngüe, grande orador na sua língua xavante e, ainda assim, certamente não afeito às peculiaridades do nosso vernáculo. Mas a Taquígrafia, Deputado

Mário Juruna, haverá de registrar que V. Ex^a se referiu — e eu agora o faço pela minha palavra — aos serviços do regime, aos que venderam sua alma e sua consciência para que esta Nação padecesse na ditadura mais infame, mais traiçoeira aos destinos de um povo. E faço questão de que isto fique consignado nos Anais da Casa como homenagem à bravura cívica, à bravura moral de V. Ex^a

Encerro, Sr. Presidente, focalizando a última iniquitação que me traz a esta tribuna. Não há, sob nenhum aspecto, sob nenhum título, sob nenhuma hipótese, a possibilidade de que cessemos a luta democrática pelo simples retirar de emenda, uma simples manobra de fuga, de batida em retirada daqueles que têm batido em retirada do encontro com a Pátria há vinte anos. Não há hipótese, não há possibilidade; não existe hipótese nem essa possibilidade de cessarmos uma batalha, da qual um dos instrumentos — e quão importante! — é a eleição direta. Nossa linha, acima da eleição direta e acima de tudo, significa o esforço para aparmos — e ouçam o PDS ortodoxo, ouçam os homens do Planalto para aparmos do poder, aparmos do trono, aparmos do Planalto a minoria que lá está, sem que o povo lhe tenha outorgado tal direito. (Palmas.)

Queremos, em suma, Sr. Presidente, com a eleição direta, com o avanço das correntes democráticas, com o avanço do pensamento popular, derrubar o regime militar que há vinte anos amesquinha as possibilidades de realização deste País.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO (PMDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, este dia tem um significado todo especial, particularmente para mim. Neste dia, precisamente, há vinte anos, eu estava recolhido a uma enxovia militar, sendo torturado pelo crime de manter acesas as minhas convicções nacionalistas em defesa de minha Pátria. Precisamente nesse dia, naquela mesma enxovia a que, naquele instante, recolhiam o nobre Senador Fábio Lucena, eu passava pelos dissabores, pelas amarguras e pelo sofrimento impostos pela ação arbitrária de uma ditadura que se instalava para semear neste País, ao longo de duas dezenas de anos, sofrimentos, angústias e torturas morais.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, tive a oportunidade, durante a minha permanência nesta Casa, que já termina, porque ocupo a cadeira de um Deputado, na condição de Suplente, de aprender lições de civismo com homens que representam o que há de melhor no pensamento político desta Nação.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esta data tem um significado todo especial para mim. Assim quisera os fatos, transportados pela roda da História, que não pára nunca, que, depois de vinte anos em que aprendi a sofrer com a prisão, com a cassação do meu mandato político, com a suspensão dos meus direitos por dez anos de votar e ser votado e sem que até mesmo a minha mulher tivesse direito a retirar um empréstimo na Caixa Econômica para construir minha casa; depois de todos esses anos, voltei a esta Casa, precisamente naquele momento histórico que precedia a discussão e votação da emenda do nosso bravo companheiro Dante de Oliveira. Tive a honra, então, e a satisfação de poder inscrever no meu *curriculum vitae* para poder um dia encher de orgulho os meus filhos ao lerem um retrospecto da vida de seu pai, que me coloquei ao lado da consciência cívica nacional, que, nas praças públicas, repudiara, através manifestações de massas como jamais se viu neste País, esse sistema iníquo que consiste em entregar a uma parcela ínfima de cidadãos o direito de escolher o homem que nem sempre governa bem esta Nação de cento e vinte milhões de habitantes.

Estive entre aqueles que propugnaram pela Emenda Dante de Oliveira. Apesar de se dizer que naquele instante o Congresso derrotou a emenda, eu diria: não, o Congresso não derrotou a emenda, porque o que havia de mais representativo, de mais autêntico e de mais presente na consciência cívica da Nação se encontrava naquele instante neste plenário — braços erguidos, com as consciências em fogo, com suas mentes voltadas para as cores de nossa bandeira, a lutar, incessantemente, para que se devolvesse ao povo, à nossa gente o direito de escolher, pela via direta, o Presidente da República, com isto colocando à frente dos destinos da Pátria um homem capaz de poder, com o apoio da maioria da Nação, dos seus concidadãos e dos seus eleitores, enfrentar de cabeça erguida o desafio a que está submetido este País humilhado e ofendido diante dos credores internacionais.

Esta Nação permanece ajoelhada, face aos problemas cruciais e angustiantes, que vão desde a questão do índio, que tão bem é defendido pelo nosso companheiro Mário Juruna, até ao negro, nesta Casa defendido pelo nosso companheiro Abdias Nascimento, e até ao branco flagelado no Nordeste e na Amazônia, homem que não tem sequer o direito de ver os seus filhos crescerem para ajudá-lo na velhice, porque estas crianças perecem de fome e inanição antes de completar um ano de idade.

Estou deixando esta Casa porque cessa o meu mandato, face ao término da licença do meu companheiro Carlos Alberto de Carli. Mas vou voltar para minha terra, o longínquo Amazonas, levando comigo um somatório de lições de bravura e de civismo. Não digo reaprendidas, porque não as desaprendi, mas lembradas pelo convívio com V. Ex^{ts}, sobretudo aqueles que se alinham, com coragem cívica, com um destemor patriótico, ao lado desta medida que toda Nação brasileira espera e aspira, que é a devolução do seu direito inalienável de, com voto direto, livre, soberano do eleitor brasileiro, levar à Presidência da República não um cidadão bionicamente selecionado entre a casta que dirige e envidêce este País há vinte anos, mas um cidadão que saia das camadas do povo e que seja testado na dura luta da experiência da vida e possa levar a experiência, a honestidade, a honradez até ao Palácio do Planalto, e dali comandar os destinos da Nação, transmitindo ao povo lições que possa seguir, até mesmo de sacrifícios, de resignação e de mais sofrimento, contanto que possamos sair das malhas dessa situação triste, dessa situação humilhante em que a Nação brasileira se encontra.

Hoje, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, renova-se diante deste Parlamento a oportunidade de ele levantar os joelhos do chão e se colocar de pé, ombro a ombro com aqueles milhões de brasileiros que se manifestaram durante horas e horas, nas praças públicas de Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Florianópolis, Fortaleza, Recife, Manaus, do Rio de Janeiro, de todas as cidades do Brasil. Milhões de cidadãos durante horas e horas se postaram de pé, sofredamente, enfrentando as agruras do cansaço, para ouvir os oradores que pregavam a necessidade das eleições diretas. Esta oportunidade neste instante se renova para o Congresso Nacional, para que levante os joelhos do solo, se ponha de pé, erga a cabeça e corresponda aos interesses daquela gente, comunicando de público a esta Nação que, apoiando as eleições diretas, coloca-se ao lado do povo, em defesa da nossa Pátria.

Ouçoo o nobre Deputado Arthur Virgílio Neto.

O Sr. Arthur Virgílio Neto — Nobre Deputado Arlindo Porto, a Casa já o conhece, o Congresso já o conhece, mas eu gostaria de dar um depoimento de um admirador seu, de alguém que provavelmente teria votado em V. Ex^a, se candidato a Deputado Federal não tivesse sido. Foi V. Ex^a — e é preciso que a Nação saiba disso — o Deputado Estadual das grandes lutas nacionalistas e democráticas de antes de 1964, companheiro de chapa de Almino Alfonso, no Amazonas, e cassado pela As-

sembléia, numa demonstração que aquele Legislativo conseguiu dar de despreço pelo próprio Poder que deveria encarnar. Foi V. Ex^a cassado pela Assembléia Legislativa, que recebeu, dias depois, um telegrama do Comando Militar dizendo que não era preciso cassá-lo, porque o Ato nº I já cumprira aquele ignominioso papel. Mas, mesmo assim, a Assembléia Legislativa, e até mesmo com a anuência de antigos companheiros de V. Ex^a, escreveu essa página negra, vergonhosa do Legislativo amazonense. V. Ex^a volta à tribuna numa hora em que se trata de reerguermos o prestígio do Congresso Nacional. É o Deputado que, cassado pela covardia de uma Assembléia, vem hoje à tribuna exigir que o Congresso se ponha de pé e decreta, ele, a liberdade, a alforria e as eleições diretas. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. ARLINDO PORTO — Agradeço o aparte ao nobre Deputado Arthur Virgílio, cujo pai, o honrado Senador Arthur Virgílio, enobreceu a tribuna do Senado Federal de maneira tão condigna, tão digna, tão patriótica e que também mereceu fosse posta no seu peito a condecoração de uma cassação. Incorporo o aparte de V. Ex^a ao meu discurso com satisfação e com orgulho, porque suas palavras enriquecem a falta de brilho das minhas expressões.

Mas eu dizia, Sr. Presidente, nobres colegas Congressistas, que a hora é chegada para que este Parlamento torne a poder olhar para a Nação brasileira e receber, no olhar de volta, o sentimento de respeito e de admiração. Não dirijo estas palavras aos meus nobres companheiros do PMDB, porque eles, já moutras oportunidades, se colocaram ao lado da Nação brasileira, quando aqui se discutia e quando se votava a Emenda Dante de Oliveira. Dirijo-me, em especial, aos Deputados das agremiações partidárias de convicções políticas outras, no caso os meus companheiros, os meus colegas do PDS, para que façam uma reavaliação dos seus pensamentos políticos antes de dar a sua posição, manifestada nesta Casa no momento em que mais uma vez se faz uma tentativa de devolver ao povo o direito de votar diretamente para Presidente; para que façam uma avaliação daquilo que eles entendem que sejam os interesses da Nação, quando colocados acima dos próprios interesses pessoais e partidários.

A Nação está cansada, nobres colegas do PDS; a Nação está cansada de ver, periodicamente, ser escolhida para Presidente da República uma pessoa sobre a qual os cidadãos brasileiros não opinaram nem se pronunciaram; a Nação está cansada de ver o poder sofrer o desgaste da falta de autenticidade de uma pessoa que não representa o pensamento dos milhões e milhões de brasileiros que lutam, que sofrem, que trabalham para a grandeza da Pátria. O povo brasileiro está cansado de ver as ordens descerem sempre de cima para baixo, sem que as bases populares sejam ouvidas, auscultadas e possam dizer se a política adotada para este País certa ou errada. A Nação está deseiosa de liberdade. E isso ela já disse, isso ela já manifestou variadas vezes através não apenas do povo nas praças públicas, mas da pena brilhante dos maiores articulistas brasileiros; através do pronunciamento de homens que ocupam o rádio, a televisão, de homens que representam as camadas mais representativas e ilustres da intelectualidade brasileira. Todos eles já disseram que é chegada a hora de se pôr um basta nesta situação que vai, cada vez mais, afundando o Brasil no pantanal das dificuldades e que é chegada a hora, também, para que se dê ao Brasil o direito de votar livremente, diretamente para Presidente da República.

Concedo ao nobre Deputado Mário Juruna o aparte.

O Sr. Mário Juruna — Nobre Deputado, o povo está cansado de ser sacrificado aqui na sua terra. O PDS não está cansado, o Líder do PDS não está cansado. O PDS está muito bem, recebendo dólares do estrangeiro, através do FMI e o povo, o trabalhador, o camponês, o lavrador e o funcionário público estão cansados. A maio-

ria do PDS, que representa a multinacional, não está cansada. Então está muito bem. Por isso vou sempre ficar ao lado do povo, como eu já disse. Estou perto do companheiro deputado Arthur Virgílio Neto. O Senador e o companheiro do PDS apoiaram, dizendo "muito bem, muito bem". Então, será que estes estão ao lado do povo? Este pessoal que está querendo matar o povo, este pessoal que está enterrando o povo, este pessoal está querendo exterminar o povo brasileiro. Então, não posso deixar de fazer uma recomendação, porque todos os Deputados, ou qualquer Deputado ou qualquer Senador do PDS que representa o povo não precisa ficar ao lado do FMI, não precisa ficar do lado do Governo Federal. O Senador que representa o povo tem autoridade também para cassar, para pedir a demissão do Presidente da República. Não se pode ter coragem nem de reclamar contra qualquer companheiro, Deputado, que pode anunciar aqui o Senador que quer estar ao lado do povo. O Senador tem que estar ao lado do Deputado, o Senador que representa a Nação, que representa os brasileiros, junto com o Deputado, eleitos através de eleições para representarem o Brasil. Como é que o povo vai viver desse jeito? O Senador está ao lado do FMI. O Deputado do PDS está ao lado do FMI. E quem representa o povo? Então, acho que a eleição está na hora de sair. Já chega de sofrimento. O povo quer é encher a barriga, o povo quer é encher o saco com farinha. Não se pode deixar o saco vazio, porque o saco vazio não fica em pé. E o povo está cansado. Sou contra o regime autoritário, sou contra o Governo que enterra o Brasil. Ninguém entende isto melhor do que o Deputado Mário Juruna, e por isso não vou ficar quieto. Quem quiser pode me chamar a atenção, e vamos acertar fora daqui, vamos sair fora deste plenário. Porque todos nascemos para morrer, nascemos para apanhar, nascemos para xingar, nascemos para defender a nossa gente. (Palmas.) Ninguém nasceu para ficar calado, não. E por isso a minha palavra, que sempre vai continuar viva, a minha palavra não vai ser morta. A minha palavra vai ser sempre viva e sempre vai ficar, com saúde, ao lado do povo. Quero que a eleição seja agora. Não é preciso ser em 1988, nem 1989; é preciso ser agora. E já chega de o povo apanhar do Governo Federal. Desta vez o Governo é que vai apanhar do povo. Desta vez o PDS é que vai apanhar do povo. Porque a Emenda Dante de Oliveira foi derrubada pelo PDS, que sempre fica representando o FMI. O Decreto nº 2 065 foi derrubado. Só o PDS deve derrubar direito do povo? Só o FMI tem direito de derrubar direito do povo? E nós não podemos ganhar nosso Brasil? Qual é o direito do povo e qual é o direito do ser humano? E todos nós temos direito a sobreviver, porque aqui é terra do povo. Aqui, Senador, é o plenário do povo, representa o povo, representa a maioria do povo brasileiro. E por isso tenho sempre que comentar e com muita franqueza, para todos os companheiros. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nobre Deputado Arlindo Porto, V. Ex^a tem um minuto para encerrar seu discurso.

O SR. ARLINDO PORTO — Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço ao nobre Deputado Mário Juruna o aparte e o incorporo ao meu discurso, considerando suas palavras como as que poderiam ser ditas, e não o são, por todos os índios marginalizados da minha terra, que o Deputado Mário Juruna tão bem defende.

Concedo o aparte ao nobre Senador Fábio Lucena.

O Sr. Fábio Lucena — Nobre Deputado Arlindo Porto, com grande emoção aparteio V. Ex^a. Há 20 anos V. Ex^a estava nos cárceres do Exército, em Manaus, Capital do meu Estado, punido, sem direito a defesa, pelo crime de ter defendido, como sempre defendeu, o povo, o Brasil, a soberania nacional e as aspirações populares. Hoje, nobre Deputado ao ver V. Ex^a na tribuna do Congresso

Nacional defendendo essa que é uma das causas mais nobres que empolgam a Nação brasileira nestes dramáticos momentos da nossa História, que é a causa das eleições diretas já, eu só tenho que repetir o Alcorão e, como ele, dizer que Deus não se arrepende dos atos que pratica. V. Ex^a saiu dos cárceres para a tribuna da liberdade, onde está defendendo, com o brilhantismo que o fez conhecido e digno em nosso Estado, as causas da liberdade pelas quais haveremos de viver, lutar e morrer, se for necessário. Meus cumprimentos a V. Ex^a

O SR. ARLINDO PORTO — Agradeço ao Senador Fábio Lucena.

Encerro as minhas palavras repetindo aquelas expressões iniciais, isto é, que considero o dia de hoje profundamente significativo para mim. E se pudéssemos sair daqui com um Congresso de pé, com um Congresso olhando de frente para o povo, declaro a V. Ex^s que estaria plenamente recompensado pelo tempo que estive preso, num cárcere militar, sendo torturado por essa ditadura que nós deveremos contribuir para acabar hoje, com a decisão sobre o processo de escolha, pelo voto direto, do Presidente da República. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Lustosa.

O SR. PAULO LUSTOSA (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no último dia 6 de junho a França comemorou o início da derrocada nazista, representada pelo desembarque das forças aliadas na Normandia. A terra da Revolução Francesa, a pátria dos idealizadores da democracia moderna, começava a sair do seu mais longo e terrível pesadelo, que foram os quatro anos de tirania e perseguição das liberdades públicas.

Porém, o povo alemão ainda iria amargar mais um ano de destruição e terror, pois o tirano ainda resistia em suas últimas trincheiras. A terra que deu ao mundo seus maiores filósofos e grandes gênios da música cumpria um penoso calvário, que se iniciara na Primeira Grande Guerra e se prolongara até a agonia final de 1945.

Até hoje, a Alemanha guarda as seqüelas desses tempos negros: país irremediavelmente dividido, jamais recuperou sua plena autonomia política, vivendo ainda o constrangimento da ocupação estrangeira.

A tragédia do povo alemão iniciou-se com o Acordo de Versaillles, assinado em 1918, quando as potências ocidentais vitoriosas lhe impuseram indenizações de guerra impagáveis e limitações econômicas, políticas e de defesa humilhantes.

Um povo deprimido pela derrota e pelas condições intoleráveis dos vencedores viu-se sujeito aos sacrifícios adicionais do desemprego e da inflação, tornando-se presa fácil do apelo nazista.

Lentamente, o ovo da serpente — segundo a admirável imagem de Ingmar Bergman — aquecido pela miséria e pela desesperança do povo, preparava-se para romper-se, lançando ao mundo o mais terrível flagelo que conhecemos — Adolph Hitler — cujo nome ficou definitivamente associado à extrema direita e ao nazi-fascismo.

Pianista e pinto frustrado, paranóico, egocêntrico, megalomaníaco, ambicioso ao delírio, dotado, no entanto, de grande capacidade de organização, de estratégia política e de formidável memória, pôs-se à frente de um grupúsculo de extremistas, aventureiros e oportunistas, que conheceu nas ruelas de Munique, para lançar-se à busca do poder, em um país que nem mesmo era sua verdadeira pátria.

Conseguiu transformar o partido no qual ingressou — o Partido Nacional Socialista — em coisa sua, dedicado ao culto de sua personalidade doentia.

Engana-se quem pensa que Hitler guindou-se ao poder respaldado pela unanimidade da opinião pública. Crer nessa hipótese é ser tão ingênuo quanto admitir que a

atribuição de plenos poderes pelo Parlamento francês ao traidor Pétain foi um ato legítimo.

A tática do nacional-socialismo, como todos se recordam, baseava-se no tumulto, na intimidação, na chantagem, no triunfalismo, na corrupção e na demagogia. Foi através de tais procedimentos que Hitler dominou as assembleias regionais. Armandando algazarras, impedindo reuniões, sofismando a realidade e confundindo a opinião pública.

Favoreceram a ascensão dessa personalidade totalitária e fanática o estado de apatia e o sentimento de humilhação que dominava o povo alemão, abatido pela crise, pela inflação, pela dívida externa, pela recessão e pelo desemprego. Aliava-se a isso a falta de autoridade do governo, combatido por crises internas incessantes, ferido em sua unidade e em sua credibilidade pela falta de rumos e projetos, e de independência no campo da sua política externa.

Um governo vacilante, instável, acéfalo e omissivo foi facilmente varrido pela horda fascista, que tinha a seu favor uma ousadia, de que só são dotados os irresponsáveis e os psicopatas.

O pleno domínio de Hitler sobre a máquina governamental alemã foi obtido através dos mesmos métodos insidiosos que já haviam dado frutos ao movimento fascista no passado: o incêndio do Reichstag, provocado criminosamente pelos asseclas de Hitler, imputado aos judeus e aos comunistas, de modo a designá-los à vindita popular, foi um passo decisivo na sua escalada insana para o poder.

O tumulto, a calúnia, a difamação, o terrorismo, a intimidação, a ameaça, a contra-informação, a propaganda injuriosa, eis a receita de Hitler, aplicada na sua ascensão vertiginosa.

No poder, o gênio do mal se cercava de seus súcubos e incubos da propaganda, para gerar a ilusão da Grande Alemanha, cujo alto preço aquele povo ainda não cessou de pagar.

Todos sabemos dos sucessos obtidos pelo tristemente célebre Goebbels, que procedeu à lavagem cerebral da nação, inculcando na juventude o germe do racismo e da animosidade bélica.

Entretanto, Hitler não chegou ao poder ilegalmente. Porém, ninguém, em sã consciência, pode admitir que o povo alemão, no primeiro momento, tenha desejado, conscientemente, levar ao poder tão funesto personagem. Hitler soube unir o talento para o blefe com sua ambição e seu oportunismo para bem explorar a debilidade das instituições, o formalismo da classe política e o marasmo econômico, logrando, assim, implantar o mais tirânico regime que a Alemanha jamais conheceu e levando o mundo ao maior morticínio que a história da humanidade registra.

A lembrança da Segunda Grande Guerra não pode e não deve ser esquecida. A experiência que traumatizou gerações no mundo inteiro, que ceifou a vida de tantos brasileiros que foram combater o nazi-facismo em Campanha da Itália, que dizimou a população jovem da Rússia e da Europa, que levou às câmaras de gás nove milhões de judeus, que reduziu o povo alemão a uma multidão de velhos, crianças e mulheres cercados de destroços, deve servir para que nos acatelemos contra as vocações autoritárias, messiânicas, egocêntricas, megalômanas e contra os sonhos de grandeza excessiva, de grande potência, que tantos males podem trazer a um povo.

No momento que o Brasil atravessa autoriza — guardadas as proporções devidas — certa analogia com o quadro que a Alemanha viveu nos tempos dramáticos que viemos de descrever: crise econômica, inflação, desemprego, ingerência externa, personificada no FMI, crise institucional, crise de credibilidade do Governo, paralisado pelas hesitações e pela falta de direção.

O marasmo político, econômico e social que deprime a Nação é o mais eficaz fertilizante, capaz de fazer brotar e florescer toda espécie de oportunismo e de falsos profetas.

Em momentos como este que vivemos, onde o favorecimento substitui a dinâmica administrativa, a esperteza assume o lugar da competência e as instituições, ainda não consolidadas, não logram resistir às investidas dos aventureiros e dos oportunistas, devemos lutar, ou esperar o pior.

Nós, que erguemos bem alto, e enfrentando a mais solene ofensiva reacionária e corrupta, a bandeira da democracia e da liberdade, não permitiremos que no solo brasileiro se instale a tirania e o autoritarismo.

Não será — jamais! — com o meu endosso ou com o benefício de minha omissão que a faixa presidencial cingirá o peito de um homem que, por seus atos e palavras, seja indigno de tão alta missão e tenha contra si a unanimidade nacional.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é por essas razões e respaldado nesse exemplo da História e no quadro dramático de impasse político-institucional que vive esta Nação, que vimos a esta tribuna para defender a realização de eleições diretas já, como única forma de superar o impasse nacional, o impasse que vive o próprio Governo, o impasse que vive o nosso partido, o impasse que vive a própria biografia do Presidente Figueiredo.

E é desta maneira, com o espírito aberto, pensando acima de tudo no interesse nacional e não nos interesses particularíssimos de grupos e pessoas, que aqui fazemos um apelo dramático à frente liberal que hoje se instaura no PDS, como a depositária da confiança nacional, como a empreiteira das novas esperanças, no sentido de que, através de tudo o que possa ser possível em termos lícitos e honestos, através do entendimento, acima dos partidos e das ambições pessoais, acima dos interesses específicos de cada grupo ou ideologia ou de cada presidente, busque uma saída legitimada pelo povo brasileiro, respaldada na vontade popular e respeitados os compromissos com a dignidade nacional.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não acredito, em sã consciência, que S. Ex^a, o Presidente Figueiredo, em quaisquer circunstâncias, venha a retirar a emenda encaminhada ao Congresso Nacional. Referida atitude, sabe S. Ex^a, o Presidente Figueiredo, representará definitivamente a ruptura não apenas do partido, mas do próprio Governo com a sociedade civil brasileira, de forma irremediável, irrecuperável. S. Ex^a sabe que, se, por acaso, essa emenda vier a ser retirada desta Casa, a frente liberal, necessariamente, assumirá o compromisso tácito de não caminhar com qualquer proposta alternativa que não surja no bojo de uma decisão respaldada, sacramentada e legitimada por este Congresso Nacional.

E é por essas razões, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que não aceito as colocações feitas pelos profetas do Apocalipse, pelos terroristas que hoje tumultuam o encaminhamento dessas discussões no Congresso Nacional, que nos procuram intimidar, a uns e a outros, com perspectiva da retirada da emenda, que lançam inclusive desconfianças e suspeições sobre representantes legítimos do povo nesta Casa, como há pouco ouvia, e pediria a atenção da Liderança do PTB, pois era o Líder do PTB, o Deputado Celso Peçanha, quem mais dramaticamente insistia em que a emenda fosse retirada do Congresso Nacional.

Não posso aceitar — e creio que o Presidente do PTB, que está nesta Casa, e o Líder do PTB procurarão desmenti-la de imediato — essa posição, que não representa efetivamente aquilo que significa os compromissos maiores da bandeira e do programa do PTB para com a Nação brasileira.

Ouço o nobre Deputado Mendes Botelho.

O Sr. Mendes Botelho — Ilustre Deputado Paulo Lustosa, é lógico que não falo em nome do Líder do nosso partido, Deputado Celso Peçanha, mas na qualidade de Primeiro Vice-Líder do partido, com assento nesta Casa. Quero deixar bem claro a V. Exª e a esta Casa que o PTB, na sua maioria, apóia as eleições diretas, já e, em hipótese alguma, a bancada do PTB pedirá a retirada da emenda. (Palmas.)

O SR. PAULO LUSTOSA — Agradeço a V. Exª a colocação, porque ela faz retornar a tranquilidade a este Plenário e nos dá a convicção de que o PTB busca e buscará, hoje e sempre, honrar os compromissos assumidos no seu programa partidário e nos seus próprios estatutos.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, talvez o que devemos experimentar durante esses três dias, nesta Casa, será o exercício do mais profundo respeito à Nação brasileira; será, acima de tudo, o exercício de dignidade, de compromisso com os valores democráticos os dissidentes, criaram dentro do PDS uma facção por princípios, elegeram um ideário, detectaram o momento histórico que estamos vivendo de seriedade, de compostura daqueles que, vendo a Nação se encaminhar para um impasse definitivo, procuram assumir compromissos, não com seus interesses pessoais e particulares, não com os possíveis candidatos presidenciais que apóiam, mas, acima de tudo, com valores democráticos maiores, com as esperanças de uma Nação que, se hoje, esta tarde, ou amanhã, ou depois, se sentir frustrada diante de tantas expectativas de uma proposta de mudanças que estão no bojo, por trás das eleições diretas já, dificilmente qualquer homem público, qualquer Presidente terá competência de administrar esta grande frustração nacional.

Ouço o Deputado Egídio Ferreira Lima.

O Sr. Egídio Ferreira Lima — Nobre Deputado Paulo Lustosa, creio que V. Exª já me conhece e já identifica o meu perfil. Quero, nesta hora, dizer a V. Exª e aos seus companheiros de dissidência que não os vejo como meros aliados das oposições. Em entrevista ao **Jornal do Brasil**, há sessenta dias, reiterada depois em pronunciamento nesta Casa, deixei nítido o meu pensamento sobre a dissidência, o que, entendo, é o pensamento do PMDB e das oposições. V. Exªs, percebendo que não podiam seguir a rotina condenável e pantonosa em que se encontrava a política brasileira, tornaram-se pioneiros dos novos tempos. Só por isso, com esse elo de grandeza, altamente ético, se uniram às Oposições. Vejo, na tribuna, na figura ética, inteligente de V. Exª, a formação do grande leque partidário de que este País precisa, para edificar realmente uma democracia. V. Exª é o prenúncio do partido liberal que se forma o que se concebe no seio do PDS, e que com todas as Oposições, teremos que edificar, com coragem, com firmeza, correndo riscos, a democracia que os brasileiros querem.

O SR. PAULO LUSTOSA — Muito obrigado, Deputado Egídio Ferreira Lima. Agradeço a V. Exª a manifestação de apreço e a generosidade de suas palavras. Acima de tudo, pessoalmente não nos consideramos dissidentes, porque cumprimos aquilo que está estabelecido no programa do nosso partido, um dos mais avançados. Mas, lamentavelmente, conveniências e circunstâncias de determinadas elites e oligarquias, de determinados grupos dentro do partido não, permitiram que ele se colocasse sempre ao lado do seu programa e próximo da vontade do interesse nacional maior, que não tem partido, não tem ideologia. Tem apenas um compromisso: respeitar a dignidade nacional e resguardar os direitos sociais e civis do povo brasileiro.

Ouço o nobre Deputado Reinhold Stephanes.

O Sr. Reinhold Stephanes — Deputado Paulo Lustosa, achei muito interessante o raciocínio desenvolvido pelo nosso nobre colega, quando traçou aquela comparação com a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha. Gostaria de acrescentar que Hitler, aproveitando-se da maior crise econômica e social vivida pela Alemanha, que atingiu o seu mais alto índice de inflação, com o uso da demagogia, conseguiu o apoio praticamente unânime do povo alemão e atingiu o poder. Aqueles que, eventualmente, divergiam de suas idéias e se opunham à sua pessoa eram execrados em praça pública e tinham seus nomes colocados em painéis, assim como hoje vemos acontecer em nosso País com aqueles que têm opinião própria com relação a determinados assuntos. Queremos chamar a atenção para o fato de que também poderemos, através da demagogia, estar exatamente incorrendo no mesmo erro em que os alemães incorreram, quando Hitler atingiu o poder naquele Estado. Quero também cumprimentá-lo por seus pontos de vista liberais aqui expostos, com os quais estamos de acordo.

O SR. PAULO LUSTOSA — Deputado Reinhold Stephanes, agradeço a V. Exª o aparte, que enriquece nosso pronunciamento. Estamos de acordo com V. Exª. Não aceitamos nem a presunção de onipotência do Poder, nem a presunção de onisciência de alguns, que se sentem detentores da verdade, da moral e dos costumes nacionais. Concordo com V. Exª em que, de fato, a crise abre espaço para a briga dos aventureiros, dos oportunistas, dos falsos profetas e dos tumultuadores, que, efetivamente, não engrandecem, nem contribuem para a construção da sociedade que almejamos.

Ouço o Deputado Osvaldo Nascimento.

O Sr. Osvaldo Nascimento — Deputado Paulo Lustosa, em nome do PDT, parabeno V. Exª pelo seu brilhante, profundo estudo com relação ao momento político que vive a Nação brasileira. V. Exª é o orgulho do Parlamento nacional, com o trabalho que desenvolve no seu partido. Por essa razão, não poderíamos deixar de parabenizá-lo e, de igual modo, o Presidente do partido de V. Exª, o ilustre Senador Amaral Peixoto, que, na semana passada, fez uma declaração apoteótica à Nação brasileira. Homem sem ambições, completamente despedido de vaidades e de interesses passageiros, S. Exª deu um norte duradouro a esta Nação e à classe política brasileira, quando disse, respondendo à pergunta de um repórter, que devemos unir não é o PDS, que precisamos urgentemente unir a Nação em cima das propostas de transformações sociais que a Nação está a exigir. E foi mais além: disse não estava postulando em cima de nomes, que os nomes que estavam disputando à Presidência da República não uniriam a Nação e que o Presidente da República, como Magistrado da Nação, deveria voltar para o seu partido e tentar o entendimento, porque o País precisa de partidos fortes. Portanto, concordamos com a corrente liberal dentro do PDS, que quer a liberdade com justiça social, mas quer, acima de tudo, o fortalecimento da Nação. Que se entregue o poder à Nação, como bem disse V. Exª no seu discurso.

O SR. PAULO LUSTOSA — Deputado Osvaldo Nascimento, agradeço a V. Exª as manifestações de apreço.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, gostaria ainda de dizer que aqui falo com tranquilidade, com espírito desarmado, sem nenhuma preocupação de defender inclusive aquele a quem me vinculo, em termos de candidatura, que é o Dr. Aureliano Chaves; só me vinculei numa possível postulação de S. Exª, na proporção em que S. Exª mesmo abriria mão da sua própria postulação, para que o entendimento nacional, o respeito ao povo brasi-

leiro e uma proposta de transformação econômica, social e política se erigissem acima dos partidos, acima das pessoas, acima de tudo buscando o resguardo da dignidade nacional e o caminho da construção de um sociedade de mais livre, participativa, socialmente justa e economicamente estável. Não me preocupa, inclusive, a defesa do meu próprio candidato como tal. A mim não interessam os nomes das pessoas. O que me interessa é que a sociedade brasileira, angustiada, perplexa, confusa, capionga e triste, coloca neste Congresso Nacional as suas maiores esperanças, transformando-nos no depositário dessas esperanças, no depositário dessa reconstrução de um Brasil melhor, no depositário dessa nova luz que abrirá os caminhos para a conciliação nacional, para o entendimento nacional, para a recuperação da identidade perdida, acima de preocupações menores. A Presidência da República não é um negócio, não é uma ação entre amigos. A Presidência da República não deve ter donos; é, acima de tudo, uma proposta de transformação social, econômica e política para este País; é, acima de tudo, o pagamento de uma profunda dívida social acumulada; a restauração da Federação; a recuperação da autonomia nacional; a reconstrução de um novo pacto social; a definição de um novo projeto nacional, capaz de recriar as esperanças de transformar esta Nação agora mesmo, com tudo o que vivemos aí, que perdeu 10 anos de sua vida num amplo processo recessivo e que busca recuperar tantos prejuízos causados a tantas pessoas que nunca participaram da construção dos descabros que hoje propiciam a dívida deste País.

Sr. Presidente, concluo minhas palavras, fazendo um apelo dramático, patético à frente liberal, porque caminhamos juntos, não como dissidência, porque não somos dissidentes, porque respeitamos princípios, valores e postulados que estão dentro do programa partidário, nunca reboque da Oposição, porque não precisamos estar a reboque de ninguém, mas, acima de tudo, dentro da preocupação maior de começar a estabelecer este novo pacto, este novo Brasil que todos os brasileiros almejam, angustiados, mas confiantes de que o Congresso Nacional terá dignidade suficiente para colocar o povo de volta na construção de seu próprio destino. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Valmor Giavarina.

O SR. VALMOR GIAVARINA (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Senadores, tenho em mãos a mensagem recentemente enviada a esta Casa pelo-Exmº Sr. Presidente da República. Lembro-me, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, em que condições essa mensagem chegou ao Congresso.

Depois de corrermos pelo Brasil afora — tudo começou em Curitiba, no dia 12 de janeiro, naquele comício memorável, para terminar no Rio de Janeiro, com mais de um milhão e meio de pessoas nas ruas — estávamos aqui, refletindo a vontade nacional, apreciando a proposta de emenda à Constituição do nosso companheiro Deputado Dante de Oliveira, e o Sr. Presidente da República foi à televisão e disse que a Emenda Dante de Oliveira era simplista e se propôs a enviar a esta Casa uma proposta mais abrangente.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, depois de enviada a Emenda e depois de alcançarmos quase os 2/3 exigidos pela Constituição para aprovar as diretas já, através de uma proposta autônoma, disseram que o Congresso Nacional derrotou a Emenda Dante de Oliveira. Não é verdade. O Congresso Nacional não conseguiu atingir os 2/3 necessários, mas a esmagadora maioria dos Srs. Deputados a aprovou e os Srs. Senadores não tiveram oportunidade de votar.

Mas aqui está mais uma oportunidade, através da mensagem do Sr. Presidente da República, dita mais

abrangente que a outra, porque daria melhores condições para que aperfeiçoássemos o Diploma que aí está.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, permito-me ler trechos da mensagem do Sr. Presidente da República. Diz S. Ex*:

“A opção pela emenda constitucional, com a amplitude que lhe é dada pela presente mensagem, legitima-se pela necessidade de conjugar-se o poder de emenda, visando à atualização dos imperativos democráticos, com o dever de salvaguardar soluções normativas que atentem às peculiaridades da vida política, econômica e cultural do País, tendo brotado de nossas próprias circunstâncias e não de modelos alienígenas.”

E mais adiante:

“É finalidade essencial da revisão constitucional ora proposta a fixação de princípios e diretrizes que possam definitivamente assegurar maior harmonia entre os Três Poderes da República e pelo fortalecimento do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.”

Devo ler ainda mais um único trecho da parte final da mensagem governamental. Diz o Sr. Presidente:

“Estou consciente, Srs. Congressistas, de que esta minha iniciativa oferece uma solução compatível com as graves condições do País, neste momento histórico da nacionalidade, certo de que os eminentes representantes do povo saberão compreendê-las com a mesma objetividade requerida nas épocas de crise...” — e sublinho a parte final — “... para aperfeiçoá-la em função das aspirações mais altas da comunidade brasileira”.

Enviei esta mensagem, portanto, o Sr. Presidente da República e deixou expresso que deveria ser aperfeiçoada pelo Poder Legislativo. Mas, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, 205 emendas foram apresentadas à Comissão Mista, das quais apenas duas foram acolhidas pelo eminente Relator. No momento em que apresentou um substitutivo e percebeu que poderíamos destacar, pelo mérito, o art. 183 das Disposições Transitórias, o Sr. Relator retirou, numa manobra escancarada a toda a comunidade nacional, e reapresentou o seu substitutivo com outro nome, com o nome de emendas para evitar que nos utilizássemos de um dispositivo regimental, simplesmente requerendo destaque, sem necessidade de ser votado o requerimento.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, quando, a 25 de abril, estávamos nesta Casa discutindo e votando a Emenda Dante de Oliveira, a Nação inteira tomou conhecimento — não viu nem ouviu, porque a imprensa foi cerceada e amordaçada — de que estávamos trabalhando dentro de um Congresso sitiado. Brasília estava isolada do resto do mundo. O Sr. Newton Cruz estava aí pelas ruas da cidade, correndo de mulheres, mas agredindo crianças e parlamentarês. E a espada de Dâmocles, pela primeira vez, ficou posta sobre a cabeça deste Congresso.

Hoje, aqui, no momento em que nos reunimos novamente para aperfeiçoar a proposta do Sr. Presidente da República, como ele mesmo quis — se é que ele vai honrar a sua mensagem, se é que ele não tem uma palavra em cada canto da boca, se é que ele é um homem íntegro, como espero que seja — vemos esta Casa ser assaltada por toda a sorte de boatos. Por quê? Porque os regimentalistas entenderam que as Oposições e o povo brasileiro nunca chegaram tão próximos das eleições diretas. A imprensa publicou isso ontem. Não estou sendo inconfiante, mas estou abrindo o jogo, claramente, porque a política deve ser transparente, como é, pelo menos, para as Oposições e uma boa parte do PDS. Por quê? Porque

temos maioria simples na Câmara, e possivelmente a tenhamos também no Senado, para destacar o art. 183 das Disposições Transitórias e aprovar a Emenda do Governo, com ressalva deste destaque — e este destaque é o que estabelece eleições indiretas unicamente para a sucessão do Presidente Figueiredo.

Logo em seguida, o que iria acontecer, ou o que irá acontecer? O PDS é que terá de trazer, a esta Casa e à outra também, dois terços dos seus representantes para aprovar o artigo destacado. Diante, então, deste risco iminente, diante da possibilidade de aprovarmos as eleições diretas por via indireta — com perdão da palavra — ameaça-nos a Liderança do PDS, que ontem foi ouvir o Sr. Leitão de Abreu e o Sr. Presidente Figueiredo, com a retirada da proposta, a proposta que o Presidente da República apresentou para ser aperfeiçoada, mas não quer aperfeiçoamento algum. O Sr. Presidente da República aposta na crise, e, mais do que isto, aposta no impasse, porque se julga o único homem capaz de retirar o País do impasse. Não se iludam os malufistas, não se iludam os andreazzistas, não se iludam os aurelianistas: o candidato à sucessão do Presidente Figueiredo é o próprio Presidente Figueiredo.

O Sr. Jorge Arbage — Permite V. Ex* um aparte?

O SR. VALMOR GIAVARINA — Já vou ouvir V. Ex*.

Mas as Oposições não se agacham, as Oposições não temem, não têmem e não tremem. Estaremos aqui cumprindo com o nosso dever, cumprindo com a nossa obrigação. Não vamos abdicar desse destaque, porque uma coisa é perdermos no campo da luta, outra é nos acovardarmos — e a covardia jamais vingou no seio das Oposições.

Vou concluir o raciocínio para ouvir o nobre Deputado Jorge Arbage.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, estamos na iminência de assistir a uma cena grotesca, deprimente: o Sr. Presidente da República, montando seu fioso corcel, tocar a corneta e bater em retirada deste plenário, levando consigo seus assedas, para evitar que o povo avance, para evitar que o povo se liberte, para evitar que nós, cumprindo inclusive o desejo de S. Ex*, inscrito neste documento, aperfeiçoemos a Constituição que aí está, imposta por uma junta militar.

Ouçó o nobre Deputado Jorge Arbage, pedindo-lhe que deixe os elogios para outra oportunidade e seja objetivo.

O Sr. Jorge Arbage — Deputado Valmor Giavarina, quando V. Ex* assoma à tribuna...

O SR. VALMOR GIAVARINA — Não precisa elogiar.

O Sr. Jorge Arbage — ... eu sinto uma coação irresistível, uma vontade de apartear-lo...

O SR. VALMOR GIAVARINA — Eu sei que sou irresistível.

O Sr. Jorge Arbage — Quero dizer a V. Ex* que as suas colocações são absolutamente corretas...

O SR. VALMOR GIAVARINA — Sempre foram, Deputado.

O Sr. Jorge Arbage — V. Ex* leu, no texto da Exposição de Motivos do Presidente da República, aquele fragmento que me traz ao aparte ao discurso de V. Ex* — o desejo de atender ao anseio nacional. S. Ex* propôs emenda sugerindo eleições diretas para 1988, e aí é que temos o direito de exigir uma forma de comportamento da nobre Oposição no sentido de se restringir a esse aspecto, e não de aproveitá-lo como trampolim para uma

nova tentativa de implantar as eleições diretas já em 1985. Portanto, votou ser breve, porque o discurso de V. Ex* me agrada...

O SR. VALMOR GIAVARINA — Muito obrigado.

O Sr. Jorge Arbage — ... se a tentativa do pedido de destaque é um artifício regimental, e, portanto, legal, tanto quanto regimental e legal será o Presidente da República, na defesa da sua emenda e do enseio popular, retirá-la para não vê-la, em nenhum momento, rejeitada e substituída por algo que não faz parte do contexto, nem tampouco do pensamento presidencial. Então, não se surpreenda V. Ex* se tivermos de quebrar — e espero que Deus permita isto não aconteça — o clima de cordialidade que instalamos na Comissão Mista, graças ao qual, Deputado Giavarina, conseguimos grandes conquistas, entre as quais uma para o Nordeste e para a Amazônia. Teremos de preservar este clima para que os nossos trabalhos sejam concluídos hoje e amanhã, de modo que possamos, tanto quanto deseja o Presidente Figueiredo, responder e corresponder aos verdadeiros anseios da Nação brasileira.

O SR. VALMOR GIAVARINA — Muito obrigado, Deputado Jorge Arbage, que falou em nome da Liderança. Anoto três pontos no aparte de V. Ex*: primeiro, que eu tinha razão, e tenho, quando afirmo que existe a possibilidade de os senhores baterem em retirada. Segundo, V. Ex* afirmou: não se surpreenda V. Ex* se isso acontecer. Partindo do PDS, nobre Deputado, nada mais me surpreende. Terceiro, nobre Deputado, estamos falando em eleição direta e V. Ex* vem com acessórios. O que nos interessa é o principal. Se o acessório puder acompanhar o principal...

O Sr. Jorge Arbage — O principal está na Emenda V. Ex* é que está trazendo o acessório.

O SR. VALMOR GIAVARINA — É isto o que V. Ex* diz. Mas nunca poderemos permitir que o principal seja posto de lado em favor do acessório.

Ouçó, com muito prazer, o Deputado Arthur Virgílio Neto, nobre representante do Estado do Amazonas.

O Sr. Arthur Virgílio Neto — Nobre Deputado, cheguei a crer que o brilhante discurso que V. Ex* profere hoje — aliás, profere sempre os seus discursos de maneira brilhante — tivesse o condão de haver convertido a Liderança do PDS à causa das diretas, iniciado que foi o aparte do Deputado Jorge Arbage pela assertiva de que concordava com as premissas principais do seu pronunciamento. Seria, de fato, um ganho. Não rejeitaríamos essa adesão, embora um tanto tardia, à causa da Nação. Mas gostaria de retomar o ponto do discurso de V. Ex* que se refere ao mesmo método atrabiliário e intolerante que o Governo e o regime usam em cada ocasião. Muda o método, muda, talvez, o instrumento, mas o objetivo do Governo é sempre o atrabiliário, é o do arbítrio, é sempre o da intolerância. Na votação da Emenda Dante de Oliveira utilizou o corcel branco e a mente obscura do General Newton Cruz, com as emergências ditatoriais. Agora, o corcel branco, a emergência ditatorial e o General Newton Cruz assumem outra feição. Disfarçam-se nessa ameaça chantagista de retirar a Emenda, o que, se ocorrer, será única e exclusivamente por culpa do governo, que quer qualquer solução, menos a solução de se defrontar com a Nação e achar uma resposta para o problema deste País — que não agoniza, porque, antes de agonizar o País, haverá de agonizar e falecer o próprio regime ditatorial que o quer assassinar da maneira mais anticívica, mais antibrasileira e mais injusta que se possa supor historicamente. Mas V. Ex*, se não consegue converter à causa da Nação a Liderança do PDS, com toda a certeza dá o seu testemunho de brasileiro e de pa-

triotra na manhã de hoje, na convicção de que as Oposições são como V. Ex^a: elas lutam, elas avançam, às vezes até recuam estrategicamente, mas não desistem. E a nossa causa, o nosso fim, a nossa esperança, o nosso lema é a democracia, é a eleição direta, é a ressurreição de uma Nação que tem sido assaltada, pilhada, amordaçada, mas que ressurgirá para a liberdade, porque o seu lema não é a pequenez, seu objetivo não é o nanismo, seu fim não é a traição, mas a grandeza. V. Ex^a, com este discurso, consegue compor e descrever a grandeza da Nação brasileira, resistente e indomável, na luta democrática.

O SR. VALMOR GIAVARINA — E esta Nação é grande, Deputado, por vários motivos: um dos grandes motivos é que tem, defendendo os seus interesses, Deputados da grandeza de V. Ex^a

Ouçõ com prazer, o aparte do representante das Minas Gerais, o nobre Deputado Luiz Sefair.

O Sr. Luiz Sefair — Nobre Deputado Valmor Giavarina, nada temos que acrescentar à brilhante fala de V. Ex^a, que se vem tornando a cada dia um dos mais ativos e brilhantes Deputados que integram e honram o Congresso Nacional.

O SR. VALMOR GIAVARINA — Obrigado.

O Sr. Luiz Sefair — Corre neste momento, ou melhor, a partir de ontem no final da tarde, a notícia de que o Governo deverá retirar a emenda em que manifestou o seu interesse de dar mais abrangência àquela simplista emenda constitucional de autoria do Deputado Dante de Oliveira. Quero apenas, já que o tempo de V. Ex^a está esgotado, dizer que um dos discursos mais brilhantes que pudemos ouvir hoje, foi o do Deputado Mário Juruna, que também se reportara à possível e provável retirada da emenda por parte do Presidente João Baptista Figueiredo. O nobre Deputado Mário Juruna, com a sua enfática palavra, com o seu denodado espírito público, dizia que, junto com a Emenda, se retirasse também o Presidente João Baptista Figueiredo, para que esta Nação pudesse, pelo menos durante esses meses que restam de seu mandato, viver no mar das esperanças renovadas, para que esta Nação pudesse viver, pelo menos durante alguns meses, uma paz, uma tranqüilidade que não viveu nem nos dias em que S. Ex^a governou ou desgovernou este País, nem tampouco nos dias em que outros Presidente Gerais o fizeram. Caro Deputado Valmor Giavarina, meus parabéns, e parabéns ao povo do Paraná, por ter V. Ex^a representando-o condignamente no Congresso Nacional.

O SR. VALMOR GIAVARINA — Obrigado, nobre Deputado. Crédito as bondosas palavras de V. Ex^a não somente à sua generosidade, mas à grande amizade que nos une.

Ouçõ o nobre Deputado Djalma Falcão.

O Sr. Djalma Falcão — Nobre Deputado Valmor Giavarina, são insistentes os rumores de que o Governo pretende retirar a mensagem que está agora em discussão no Congresso Nacional. Quero dizer que, se esse fato ocorrer, o Governo dá o testemunho público, de que não somente a Nação está contra ele, mas que agora, também, ele tem contra si 2/3 do Congresso Nacional. Será essa, sem dúvida, a grande consequência, a grande proclamação que o Governo se encarregará de fazer, se retirar a mensagem. Quero, com esse rápido aparte, congratular-me com V. Ex^a pelo brilhantismo e inteligência com que conduz o seu discurso nesta manhã, da tribuna do Congresso Nacional.

O SR. VALMOR GIAVARINA — Muito obrigado, nobre Deputado Djalma Falcão. O aparte de V. Ex^a só me honra e enriquece neste modesto discurso que estou por terminar.

Vou concluir, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, afirmando aquilo que a Nação já afirmou: que o grito de guerra do povo brasileiro foi, e continuará sendo, diretas já. E por que diretas já? Porque através delas é que poderemos conseguir mudanças-já. E, mais do que mudanças já, mudanças através de um Poder legitimado pela união popular. Diretas já, portanto, Sr. Presidente, significa mudanças-já. Mas, perguntaria a bancada da direita deste plenário: mudar o quê? E de que forma mudar, se estamos constantemente mudando? Ocorre que o PDS está constantemente remexendo, embolando, mas não está propiciando as mudanças fundamentais reclamadas pela Nação.

E, neste momento, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Senadores, quero lembrar aqui aquela figura que marcou sua presença na História, sendo dela contemporâneo, o inesquecível homem das Alagoas e do Brasil, que foi Teotônio Vilela, quando apresentou a toda a Nação o seu Projeto Emergência, acusando as quatro dívidas nacionais que precisavam e precisam urgentemente ser resgatadas: a dívida interna, que chega à casa dos 40 trilhões de cruzeiros; a dívida externa, que atinge o número inimaginável de 120 bilhões de dólares; a dívida política, esta que estamos cansados de analisar; e a mais grave, a dívida social, ligada diretamente à segunda, que é exatamente a dívida externa.

E por que a dívida social? Ninguém pode desconhecer que vivemos num País com 40 milhões de brasileiros na mais absoluta miséria; 12 milhões de famílias sem terra; 8 milhões de desempregados; 12 milhões de subempregados, 20 milhões de analfabetos; 12 milhões de crianças sem escolas; 25 milhões de favelados; 10 milhões de chagásicos; 30 milhões de menores carentes; 10 milhões de menores abandonados — sem falar nos bóias-frias e em outros abandonos que atingem a Nação. Esta dívida social poderá ser resgatada no momento em que fizermos com que a nossa economia cresça, reaquietando-a. E ela só poderá crescer a partir do momento em que declararmos a moratória da nossa dívida externa, porque tudo aquilo que produzimos está servindo unicamente para o pagamento dos juros e do serviço da nossa imensa dívida externa, e nada sobra para saldar a dívida social que temos.

Só um Presidente ungido pelas urnas, legitimado pelo povo através do voto, um homem que prefira o cheiro do povo ao cheiro do cavalo, somente um Presidente nestas condições terá força moral para decretar, unilateralmente, a moratória de nossa dívida externa e, assim, começar a tirar o País e o povo do atoleiro em que se encontram.

Diretas já, Sr. Presidente, é o grito de guerra do povo. Diretas já, Srs. Parlamentares, é o grito de guerra das Oposições e de parte do PDS. Só diretas (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Domingos Leonelli.

O SR. DOMINGOS LEONELLI (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, novamente sobre o Congresso Nacional parece recair a responsabilidade de cobrir a irresponsabilidade do núcleo do poder deste País. Novamente, é a Oposição brasileira acusada de criar dificuldades para aquilo que seria a maioria, aquilo que seria o Governo. A obrigação da Oposição de repente se transforma em crime, e somos censurados por intransigência, conclamados a abrir mão de um dos mais elementares direitos regimentais, o de pedir destaque para viabilizar a votação de uma proposição que não é nossa, é uma reivindicação do nosso povo. De repente, vemo-nos diante da obrigação de, além de resolvermos as nossas questões, sermos obrigados a superar as dificuldades e as eventuais incompetências de um Governo que dispõe de máquina tão vasta, que dispõe nesta Casa de Lideranças tão competentes e tão experientes!

De repente, um Parlamentar que se caracteriza pela simplicidade, pela finura no trato, pela delicadeza, mas

também pelo esforço e pela seriedade, o Deputado João Gilberto, coloca todo o regime em xeque. De repente, de que valem os milhões do FMI, de que valem os milhões dos assessores pagos 24 horas por dia para imaginar fórmulas, para pensar na salvação do regime, quando, de repente, o regime, a ditadura implantada em 1964 se vê ameaçada pelo Regimento da Casa — Regimento produzido, parido nas suas próprias entranhas? Diante desta ameaça, neste instante, o recurso que resta a este Poder, que tanto poder acumulou nesses 20 anos, é novamente bater em retirada. Novamente o Presidente da República é submetido a mais um desgaste, a mais uma desmoralização: repete aquilo que tem feito nos últimos tempos: diz uma coisa num dia e desdiz em outro. O que disse um dia na África, desdiz no Brasil; entra para a História pela porta da África e sai pela porta do corredor do Palácio do Planalto. Novamente o Presidente da República, que envia a esta Casa a mensagem que deveríamos ou deveremos examinar hoje, opta pelo que parece ser o único caminho que resta ao seu partido, ao seu Governo: o de bater em retirada. Gostaria o povo que essa retirada fosse completa. Gostaria o povo brasileiro de vê-los — todos — pelas costas, e no mais breve espaço de tempo possível.

Dou o aparte ao nobre Deputado João Gilberto, o homem que desmontou o SNI, que desmontou o Sistema.

O Sr. João Gilberto — Nobre Deputado Domingos Leonelli, peço vênua a V. Ex^a para considerar fruto da amizade exagerada a sua observação em relação a um mero trabalho regimental e constitucional que se faz. Mas gostaria de dizer que desde ontem tenho ouvido que a Oposição estaria querendo aprovar as eleições diretas por meio de manobra, ou uma jogada. Isto está sendo dito pelos meios de comunicação, pelos porta-vozes oficiais e por Parlamentares aqui dentro. Não é verdade, nobre Deputado Domingos Leonelli. Em primeiro lugar, os textos do Regimento desta Casa são públicos e tem acesso a eles qualquer cidadão que o requeira.

O SR. DOMINGOS LEONELLI — Por quem foram feitos, nobre Deputado?

O Sr. João Gilberto — Não podem ser desconhecidos pelos mestres juristas do sistema que aí está e que, inclusive, foram os seus autores. Em segundo lugar, não há mudança substancial no que pretendemos. Foi o Governo quem deu o prazo decisivo ao propor a mudança no corpo da Constituição, na parte Permanente nos art. 74 e 75, do sistema direto para o sistema indireto. A proposta do Governo implanta o sistema direto de eleição do Presidente e expunge o sistema indireto. A Constituição não mais falará no sistema indireto, mas numa exceção, numa regra transitória. E o que é transitório? é passageiro. Portanto, é de importância menor numa regra de exceção ao princípio que o próprio Presidente da República está colocando na Constituição.

O SR. DOMINGOS LEONELLI — É casuismo. Portanto, é mais um casuismo.

O Sr. João Gilberto — Portanto, aí é que está o casuismo, a manobra; mantém ou estatui que a própria sucessão se fará de forma indireta. O que requer a Oposição? Votar em separado esse dispositivo para julgar a aplicação imediata do principal, do princípio permanente que o próprio Governo está propondo colocar no corpo e coração da Constituição, que é a sua parte permanente. Portanto, não estamos fazendo manobra nenhuma. Estamos apenas discutindo a vigência imediata de um princípio que o Governo está propondo. Aliás, é a base da sua proposta e foi, inclusive, o cerne da justificativa que apresentou a este projeto. Cumprimento-o pela análise que faz que, à exceção dos excessos cometidos em relação a este parlamentar, está sendo lúcida e está indo, realmente, a um ponto mais importante desta questão.

O SR. DOMINGOS LEONELLI — Nobre Deputado João Gilberto, agradeço a V. Ex^a o aparte. Devo dizer que não exagerei; dramatizei apenas, pinte com cores um pouco mais fortes aquilo que já é uma verdade muito clara. Realmente não é um truque regimental, não é manobra regimental da Oposição ou de quem quer que seja que vai derrubar o regime. Temos plena consciência disso e nunca pretendemos derrubar esse regime que aí está pela forma de manobra regimental.

O que acontece, porém, o que ocorre no País hoje, e aqui dentro do Congresso Nacional, é o que já detectou o Senador Fernando Henrique, no seu histórico discurso sobre as novas maiorias. Existe no País, hoje, e também no Congresso Nacional, uma nova maioria, maioria inorgânica, é verdade, tão inorgânica quanto a existência do próprio Poder Legislativo, que não se apóia em estruturas verticais que seriam os partidos. Não temos partidos; temos frentes. Por isso mesmo, vemos o Congresso Nacional, embora já com uma nova maioria, isolado da Nação e, por vezes, cercado pela força militar, que é o que resta à ditadura que ocupou o Poder em 1964.

O Sr. Egídio Ferreira Lima — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. DOMINGOS LEONELLI — Com muita satisfação, concedo o aparte ao meu Líder Egídio Ferreira Lima.

O Sr. Egídio Ferreira Lima — Deputado Domingos Leonelli, aproveite a escorreita e substancial exposição que faz V. Ex^a para acrescentar uma observação. Corre nesta Casa a informação de que o Governo já encaminhou ao Congresso o pedido de retirada da sua Mensagem. Quero dizer à Casa, aos Parlamentares da Oposição, que isso não será uma derrota para os que lutam pela diretas; pelo contrário, afirmo, com a responsabilidade que me dá a Liderança, que é o começo da ruptura do tecido poluído e enovalhado do regime. É a ruptura clara com a Nação e com o este Congresso que o representa. Não será um recuo tático, será o Governo entrando na desagregação total do regime, desagregação da vida institucional do País. Se isso ocorrer, o Governo estará praticando um ato de temeridade, e tenho certeza de que este ato de temeridade, dentro de pouco tempo, ficará para a Nação como um avanço dos que lutam contra o regime autoritário. Haveremos de voltar às praças públicas; haveremos de motivar à Nação brasileira e, com a vontade popular, edificaremos a democracia pela qual estamos lutando. Peço aos meus companheiros, portanto, que não fiquem perplexos, que não fiquem indecisos em momento sequer e que saiam daqui refletindo, porque isto significará um grande e decisivo passo à frente das oposições.

O SR. DOMINGOS LEONELLI — Muito obrigado, nobre Líder. A gravidade da sua comunicação à Casa, em honroso aparte ao meu pronunciamento, praticamente muda o rumo deste discurso. Sinto, embora com a responsabilidade que lhe cabe, que o fato está consumado. Parece, como bem disse V. Ex^a, que já está a caminho do Congresso o pedido de retirada da Mensagem do Presidente Figueiredo. Isso quer dizer que o Governo da República, que o Governo do General Figueiredo assumiu o confronto com a Nação, um confronto do qual o nosso povo não fugirá. A nós não interessa apenas manter um simulacro de Congresso Nacional funcionando; a nós interessa transformar este Congresso num verdadeiro poder. E penso neste instante que, se consumada a decisão do Presidente Figueiredo, devemos transformar nossos gabinetes e todo o aparelho do Poder Legislativo que estiver sob controle da Oposição em máquina que coordenará a grande movimentação popular que faremos a partir de julho até a derrubada, até a saída, até a substituição deste Governo e deste regime.

Devemos lançar, imediatamente, o nosso candidato a Presidente da República, cujo nome deverá ser negociado juntamente com um programa mínimo, negociado com todas as forças da Oposição. Para a Oposição não deverá haver recesso. E esta é a proposta que faço desde já aos meus companheiros de partido e aos meus companheiros da Oposição: transformar a Câmara na cidadela da resistência; transformar a Câmara na coordenação da grande mobilização popular. E derrotaremos o regime nas ruas, derrotaremos também o regime nesta Casa quando ela voltar a se reunir, obrigando, inclusive, se necessário for, sob pressão popular, o Governo a nos enviar outra mensagem que restabeleça o pleito direto para Presidente da República. É a única forma repito — a única, não a melhor, mas a única forma de encontrarmos uma saída honrosa para a Nação como um todo, para o PDS, para os que compõem o Governo atualmente. Fora disso teremos, não uma argentinização. Muito pior do que a argentinização teremos a desmoralização desorganizada. Ninguém respeitará mais, sequer, um guarda de trânsito na rua, porque ele representará um poder absolutamente ilegítimo.

Concedo o aparte ao Deputado Ademir Andrade.

O Sr. Ademir Andrade — Nobre Deputado Domingos Leonelli, para nós não será surpresa se isto vier a acontecer. O Governo do General Figueiredo tem sido um governo de traição ao Congresso Nacional. Levaria muito tempo para citar os fatos já provocados por este Presidente com relação a esta Casa. Mas citaria alguns. Por exemplo: a questão do aumento da contribuição previdenciária. Esta Casa votou contra o aumento e ele o fez por decreto-lei. Eu citaria ainda o caso da reforma eleitoral, quando esta Casa votou contra a sublegenda dos Governadores e ela veio com voto vinculado. Eu citaria também o caso ocorrido ano passado, do Decreto-Lei nº 2.065, quando ele, enganando os próprios Deputados do PDS, retirou aquele art. 44 que condicionava o aumento dos pensionistas à arrecadação; retirou para ver os pedessistas aprovarem aquele Decreto nº 2.065 e, posteriormente, em dezembro, traiu-os com a edição de um novo decreto-lei. Não será, Deputado Domingos Leonelli, surpresa para nós se a sua Emenda Constitucional, enviada a esta Casa antes da votação da Emenda Dante de Oliveira, tenha vindo com o simples intuito de trair os Deputados do PDS, os Deputados do seu partido. Sim, porque eles votaram, àquela altura, contra a Emenda Dante de Oliveira, com a justificativa de que havia a Emenda Figueiredo. Não será, portanto, surpresa para nós! Não confiamos no General Figueiredo. Nunca confiamos no regime militar estabelecido neste País. Confiamos, sim, no fato de que este País só tem uma saída; o caminho dos trabalhadores, o caminho que será levantado pelas classes trabalhadoras, representadas pela CUT e pela CONCLAT; o caminho que se dará pela radicalização, pelo confronto com o regime; o caminho de se colocar as cartas na mesa: ou se abre para a liberdade e para a democracia, ou vamos para a luta, para o que der e vier. O que não podemos admitir é essa continuidade, é essa enganação. E lamento profundamente que Congressistas experientes nesta Casa, que homens velhos de Parlamento, que foram enganados e maltratados durante 20 anos seguidos, ainda confiem nesse regime, ainda acreditem na conciliação e na negociação. E lamento que, inclusive, companheiros da Oposição, homens da Oposição acreditem na boa vontade do General Figueiredo. Por isso estamos aqui, para resistir. E haveremos de resistir, seja de que forma for, para não permitir a continuidade desse regime. Só a eleição direta por fim ao regime militar e nos levará a um novo caminho: o da liberdade e da participação do nosso povo no processo político brasileiro.

O SR. DOMINGOS LEONELLI — Obrigado a V. Ex^a pelo excelente aparte. Devo apenas repetir aquilo

que já disse antes; a radicalização e o confronto estão sendo colocados pelo regime, pelo Governo, pelo núcleo do poder representado pelo Presidente Figueiredo e seus assessores, ou asseclas — não sei bem como referir-me a gerais como Medeiros e outros.

Ouço o nobre Deputado José Genoino.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Comunico ao nobre colega que seu tempo está esgotado.

O SR. DOMINGOS LEONELLI — Muito obrigado, Sr. Presidente. Ouvirei o Deputado José Genoino e concluirei em seguida.

O Sr. José Genoino — Deputado Domingos Leonelli, tudo pode acontecer num Governo sitiado por uma crise aguda, porque, além da crise do Governo Figueiredo, esta crise é do próprio regime de 1964. A perplexidade não deve tomar conta das oposições, porque temos o caminho da luta, da mobilização, como demonstraram comícios recentes. Se o Governo retirar a emenda, ele pagará um preço mais alto por este ato de desmoralização e quem indicará ao povo brasileiro, como muito bem frisa V. Ex^a, quem é que está querendo o confronto e fazendo provocação.

O SR. DOMINGOS LEONELLI — Muito obrigado a V. Ex^a

Concluo, Sr. Presidente, afirmando que conheço bem as dificuldades de um Congresso Nacional que não se assenta sobre grandes partidos nacionais; que se assenta na verdade, sobre um aglomerado de Parlamentares que se fazem e se desfazem perante os interesses mais imediatos, de caráter pessoal até. Mas saberemos responder a esta nova radicalização do Governo Figueiredo com duas ações concomitantes: a volta às ruas, a transformação desta Casa numa cidadela de resistência profundamente vinculada, estreitamente ligada à mobilização popular e, nesse mesmo impulso, a formação de partidos que possam responder à força militar, que possam responder à força bruta, não com respostas militares, mas com respostas conseqüentes, como, por exemplo, o que seria mais correto desde a derrota da Emenda Dante de Oliveira, a continuação das grandes mobilizações, com a greve geral que obrigasse o Governo a negociar. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Câmara.

O SR. ANTÔNIO CÂMARA (PMDB — RN. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, toda a Nação brasileira hoje tem os olhos voltados para esta Casa, tem os olhos voltados para a classe política, tem os olhos voltados para cada um de nós.

Nas ruas, a Nação cumpriu o seu papel. Ordeira a ansiosa, vibrante e angustiada, esperançada, multiplicou-se em milhares e milhões, numa lição de democracia nunca vista nem sonhada por nenhum brasileiro. A 25 de abril ela ficou silente, quase surda, pelas forças do arbítrio que não souberam ou não quiseram ouvir o clamor nacional, e impuseram, pela exorbitância e impunidade de um general despreparado e desrespeitoso, à censura à imprensa, para garantir, sob o regime do medo, a derrota das eleições diretas.

Aprendi nos livros e nas lições de grandes homens públicos, deste País e de outros, que a democracia se faz basicamente pelo respeito à vontade da maioria. Há 20 anos essa vontade foi calada, banida, expulsa do Brasil. Há pouco mais de dois meses, pelo desejo de uma minoria, a democracia perdeu mais uma chance. E a maioria, frustrada, mas tolerante e democrática, respeitou a decisão imposta.

Hoje, mais uma vez, oferece-se oportunidade para a redenção da democracia, para a redenção da classe política. Hoje a Nação está bradando de novo, ainda com esperanças, ainda com expectativas, pelo restabelecimento

de um direito que lhe tomaram: o direito do voto, da escolha direta do seu mais alto mandatário, enfim, da liberdade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho de uma região empobrecida pelo descaso. Venho de uma região que produz quase 90% do petróleo nacional, mas que está cada vez mais pobre. Venho de uma região que exporta quase duas vezes o que importa do exterior. Venho de uma região onde crianças morrem de fome aos milhares, enquanto os grandes latifúndios improdutivos permanecem nas mãos gananciosas de uns poucos insensíveis. Venho de uma região produtora de quase 100 por cento da cheelita nacional, metal nobre e de alto valor estratégico, empregado inclusive e principalmente na indústria bélica e em naves espaciais, enquanto que o meu povo caminha retirante, a pé, em meio à caatinga, fugindo da seca. Venho de uma região que produz mais de 90% do sal brasileiro, que não serve para temperar sua panela vazia. Venho de uma região seca. Mas de uma região onde, se fossem aproveitados racionalmente seus vales úmidos, suas serras, suas vazantes e as margens de quase 1.200 quilômetros do rio São Francisco, o nordestino, mesmo sem chuvas, não conheceria a fome, a miséria, nem a morte por inanição. Nós nos automanteríamos e ainda exportaríamos para saciar a fome de outros. Este fato foi vivamente comprovado pelos membros da Comissão de Agricultura desta Casa, em visita recente a projetos irrigados em Petrolina — Pernambuco, deixando estarrecidos os representantes das demais regiões brasileiras, especialmente as do Sul, pela alta produtividade conseguida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, aquelas multidões que sacudiram o País inteiro querem mudar. Querem transformar pacificamente esse quadro caótico de desemprego, de fome, de falta de oportunidades.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o povo quer mudar. Mudar isso tudo que já relatei.

O povo brasileiro tem esperança de mudança com Tancredo Neves, com as Oposições unidas e responsáveis e com a dissidência do PDS, que não se submete mais à ditadura de cúpula que usurpou o PDS e quer tomar de assalto o Palácio do Planalto.

O povo quer mudar com eleições diretas já, agora, sempre. Não suportamos mais a vergonha de ver nosso País vergar-se ante a prepotência dos banqueiros internacionais e do FMI. Não suportamos mais ver a autonomia perdida, a ponto de a Primeira-Ministra Margareth Thatcher, da Inglaterra, propor, em tom de quase imposição, que paguemos nossas dívidas entregando nossas riquezas para a exploração de empresas multinacionais. Isso só acontece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque nossa autoridade desapareceu, nossa economia passou a ser administrada por estrangeiros que ditam quanto devemos ganhar, o que devemos comer, o que podemos vestir. Isso só acontece porque temos um Governo ilegítimo, filho do arbítrio e do casuísmo, da vontade da minoria, sem o respaldo do voto popular.

A que humilhações mais temos de nos submeter? Como é possível que, enquanto o Ministério da Agricultura alardeia as supersafras que a cada ano produzimos, os gêneros alimentícios tenham seus preços cada vez mais aumentados? Só é possível porque estamos obrigados a uma política de exportação na qual a maior participação é exatamente de produtos da nossa agricultura. Aumentando-se os preços artificialmente, compra-se menos, gerando-se os excedentes para exportar, como quer o FMI, não importando que para isso a fome e o desemprego atinjam um número cada vez maior de brasileiros.

O povo saiu às ruas para mudar, e quer mudar. É essa a responsabilidade que nós, homens públicos, não podemos esquecer.

Quer mudar porque, apesar de todos esses sacrifícios, de todo o esforço, por mais que paguemos, nossa dívida aumenta pela vontade única e exclusiva dos insaciáveis banqueiros internacionais, dos países ricos. Basta ver o

aumento da **prime rate** decretado na segunda-feira por esses senhores todo — poderosos — passou, de 12 e meio por cento, para 13 por cento. Isso significa, só aí, um aumento de mais de 350 milhões de dólares em nossa dívida externa. Em apenas um ano, essa taxa foi aumentada em três por cento, elevando nossa dívida, sem que nada tivéssemos comprado, sem que nenhum empréstimo novo tivéssemos feito, em 2 bilhões e cem milhões de dólares, o que corresponde a quase 50 por cento do superávit das nossas exportações nos últimos três meses. É como se nosso País fosse mutuário do Sistema Financeiro de Habitação: quanto mais paga, mais deve.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é isso e muito mais que o Brasil quer mudar. É isso e muito mais que as oposições e os políticos comprometidos com o povo brasileiro querem mudar. É livrar o País da vergonha de ver sua juventude se imolando no sacrifício de uma greve que paralisa as Universidades pela incompetência de uma política que empobreceu a Educação, retirando-lhe recursos financeiros que já foram, há 20 anos, da ordem de 12 por cento do Orçamento da Nação.

Este é o ideário das oposições, porque é o ideário do povo que aqui representamos. Foi para isso que esse povo nos colocou aqui, e não para trair a vontade nacional amplamente demonstrada nas praças públicas, em favor da ganância irresponsável e perigosa de uma minoria que quer tomar de assalto o Governo da Nação, para realizar seus interesses pessoais.

É contra isso e contra eles nossa luta. É em respeito ao ideário do nosso povo e do mandato que dele recebemos que estamos aqui para votar pelas eleições diretas, já. Não trairemos esse sentimento nacional, não trairemos essa vontade de mudança. Nossa luta não se encerra aqui. A bandeira suada do povo, por ele colocada nas mãos das oposições brasileiras, não será abandonada, ultrajada, nem esquecida. Vamos usar de toda a nossa força, vamos contar com o apoio dos políticos responsáveis que se insurgiram contra os desmandos do Governo, contra a ditadura da cúpula partidária e se posicionaram ao lado da Nação. Queremos ser vitoriosos, lutaremos para sermos vitoriosos, combateremos pela vitória popular através das eleições diretas. Mas, nesta hora grave, cabe, por ter-me tocado ocupar a tribuna neste momento, lembrar às oposições nossa responsabilidade, nosso compromisso nas praças públicas com essas esperanças de mudança. Confiamos em que a vitória ao final destes dois dias será nossa, embora a tarefa seja das mais difíceis. Mas, se assim não ocorrer... Se essa pequena minoria tirana for suficiente para evitar que as eleições diretas sejam aprovadas, ainda não poderemos dar-nos por vencidos. Teremos perdido importante batalha, mas não entregaremos a bandeira — que foi colocada à nossa guarda pelas mãos sofridas e honradas do povo brasileiro — a nenhum aventureiro dissociado das causas populares. Não podemos entregar, não nos podemos permitir abandonar a sorte do nosso País a um Paulo Maluf ou Mário Andreazza. Seria traição, seria irresponsabilidade, seria fraqueza. Nunca fizemos assim, nunca o faremos. É-me possível fechar os olhos sem ver, neste momento, as multidões nas ruas, em torno de nós, gritando seu desespero, sua revolta, suas esperanças, e pedindo mudanças. É uma responsabilidade tremenda para a qual devemos estar preparados. É preciso salvar este País, enquanto ainda resta um pouco a ser salvo. É preciso que tenhamos diante dos nossos olhos aquelas multidões, para continuar na certeza de que a luta prossegue. É preciso que levemos essa luta até o fim, para quando, derrubada a Bastilha, conquistado o Palácio do Planalto, possamos, 21 anos depois, devolver a um povo que conquistou sua maturidade na luta, intacta e limpa, talvez um pouco envelhecida pelo tempo, mas honrada, a bandeira que esse mesmo povo um dia colocou em nossas mãos.

Aqui está contido o meu pensamento político e rápida análise da atualidade política.

Ouçõ o nobre Deputado Osvaldo Lima Filho.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — Deputado Antônio Câmara, quero aplaudir V. Ex^a pelo seu discurso, em que expressa, com muita felicidade, as aspirações do povo da Região que representamos, o Nordeste, que são as aspirações gerais da Nação brasileira. Definiu muito bem V. Ex^a o regime que nos foi imposto nesses 20 anos de golpe militar. Mas temos de reconhecer — creio que V. Ex^a também o reconhece — que este regime está nos seus últimos estertores, está-se decompondo. Já hoje não tem sequer o apoio de grande parcela do povo que o manteve no poder até agora, o PDS. A ala liberal do PDS já se incorporou à Nação brasileira, para, ao lado de V. Ex^a e de todos nós, encerrar o ciclo militar e autoritário. Parabéns a V. Ex^a

O SR. ANTÔNIO CÂMARA — Agradeço ao Deputado Osvaldo Lima Filho o aparte, que vem abrilhantar nosso discurso na manhã de hoje.

Sr. Presidente, como eu dizia na minha oração, devemos permanecer intactos, limpos, neste regime envelhecido e corrompido, devemos sobretudo honrar a bandeira que esse mesmo povo um dia colocou em nossas mãos.

Sr. Presidente, este o meu pensamento político. Mas entre o que penso e a realidade atual, entre o que penso e o que se pode fazer há muita distância. É bem diferente o que aspiramos. Nunca o momento político exigiu tanta competência e espírito público. Temos de ser altivos, sim, mas não poderemos ser prepotentes. Temos de mostrar ao Governo que, como membros deste Poder, que emana do povo, só em nome dele poderemos decidir nesta Casa. O Governo, através de sua mensagem, através de sua emenda, oferece-nos certas vantagens para a consolidação do regime democrático, mas, ao mesmo tempo, retira-nos o principal: a possibilidade da eleição direta já, e esta é a maior aspiração nacional.

Reconheço, Sr. Presidente, que, no bojo da mensagem presidencial, há certos avanços em relação à situação hoje reinante, instaurada pela força, e que o Governo, pressionado pelo povo, tenta agora corrigir com sua mensagem. Determinados dispositivos envolvem cobranças, e perguntam-nos, em caso de não aprovarmos a mensagem, se o povo de Brasília ficaria satisfeito em ver derrotadas suas aspirações de ter representação na Câmara dos Deputados. Mas ainda: por exemplo, se o povo das Capitais perdoaria os políticos por deixarem passar a oportunidade de ter eleição nas Capitais e nas estâncias hidrominerais; se os nordestinos iriam perdoar-nos por deixarmos de aprovar, no bojo da mensagem governamental, uma consignação de 3% do Orçamento da Nação para o desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia, e se nós, que lutamos pelo restabelecimento das prerrogativas do Congresso Nacional, iríamos abdicar desta emenda que fortalece o Poder Legislativo.

Sr. Presidente, sei que a delicadeza do momento exige reflexão, mas também decisão. Haveremos de encontrar caminhos para que os avanços democráticos sejam concretizados.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a Emenda Constitucional nº 11/84, do Poder Executivo, não agasalhou os clamores reais da população. A Nação pleiteia alterações fundamentais na ordem institucional. A Nação quer a abertura de caminhos na construção da democracia, as eleições diretas já para Presidente da República e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte para 1986. As eleições nacionais são requisitos imprescindíveis à democratização do País.

Sr. Presidente, para restaurar a confiança no povo e nas instituições, acho que só há um caminho: eleições diretas já, porque foi isto que prometemos ao povo; eleições diretas, embora não resolvam tudo, são o início de todas as mudanças. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Wilmar Palis.

O SR. WILMAR PALIS (PDS — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no instante em que o Congresso Nacional se dispõe a apreciar a Emenda Figueiredo, é com a consciência de quem atende a um apelo da História que volto a esta tribuna, para reiterar minha decisão inabalável de votar pela aprovação de subemenda destinada a estabelecer eleições diretas, já, para Presidente a República.

E o faço, repetindo minha atitude quando da votação da Emenda Dante de Oliveira, por entender que, para aprimorar o pacto social, o representante do povo tem o dever de saber interpretar as aspirações coletivas, porquanto as instituições políticas devem ser, tão-somente, recipientes da vontade popular, e apenas essa vontade é capaz de dar-lhes vida a torná-las eficientes.

E o faço insisto na convicção de que o aprimoramento da vida nacional passa necessariamente pela devolução ao povo brasileiro do direito de participar dos grandes temas que afetam o destino da Pátria, bem como, pelo sufrágio universal, pelo voto direto e secreto, escolher livremente o primeiro Mandatário da Nação.

Num país, Sr. Presidente, como o nosso, em fase tão flagrante de transformação, não podemos basear nosso futuro, como já se disse, na projeção de um passado pobre de grandeza, ou simplesmente desconhecer que o atual ordenamento político, que se recusa a institucionalizar a vontade soberana dos cidadãos, está desautorizado pelo progressivo agravamento da crise em que estamos imersos, sem dúvida a mais grave e terrível em toda a nossa trajetória de povo independente.

Voto a favor das eleições diretas, já, para a Presidência da República porque elas oferecerão ao futuro Chefe de Estado o necessário respaldo popular para enfrentar o desafio do desenvolvimento, e evitarão que se aprofunde esse abismo crescente, que estamos testemunhando, entre a norma constitucional e a realidade social.

Estamos num ponto crítico da vida nacional, que nos aconselha a abandonar o imediatismo das soluções de pequena visão, que no passado tanto nos infelicitaram e provaram ser insatisfatórias.

Sem fobias às mudanças necessárias, ou apegos indefensáveis ao *status quo*, cabe-nos, Srs. Congressistas, no cenário agosto do Congresso Nacional, parcela de decisão nos destinos da Pátria, que não podemos deixar de usar em benefício do povo.

Esse compromisso, ao qual atribuo particular importância, consiste, no momento, em fazer do sistema eleitoral um instrumento soberano da vontade popular.

O alargamento do espaço político nacional sugere que procuremos levar a bom termo, nesta difícil conjuntura, o mandato que nos foi outorgado pela confiança e pela generosidade dos nossos compatriotas. Cumpre-nos, em primeiro lugar, agir em consonância com a vontade da imensa maioria do povo brasileiro, que está a exigir eleições diretas, já, para Presidente da República.

O meu ideário político, que procura interpretar e ser fiel ao espírito da nacionalidade, e tem como substrato a defesa dos direitos inalienáveis da pessoa humana e o reconhecimento das liberdades fundamentais que estão implícitas nos regimes democráticos, leva-me à conclusão de que, para aliviar as tensões que se vêm acumulando nos horizontes políticos e sociais do País, devemos fazer com que a representação política seja o reflexo da vontade popular, dessa vontade que está a exigir eleições diretas, já, para a Presidência da República.

Assim, pois, ao apoiar, de maneira aberta, incondicional e com alto senso de realismo, a tese das eleições diretas, já, para Presidente da República, estou seguro de que sua aprovação, que vem ao encontro das aspirações da esmagadora maioria do povo brasileiro, representa mecanismo capaz de consolidar os alicerces de um Estado verdadeiramente democrático, suporte essencial para a realização do nosso destino de grandeza.

Luto pelos direitos inalienáveis da pessoa humana, da liberdade de não ter medo, de praticar o culto religioso, de sua inviolabilidade como cidadão; defendo os direitos inalienáveis de que o povo é a fonte da soberania e do poder nacional e, por isso mesmo, é o agente e destinatário de toda a ação política; defendo os direitos inalienáveis de que o Estado é o instrumento da sociedade, e não esta daquele; defendo os direitos inalienáveis de que o Poder Legislativo é a maior das criações dentre as instituições liberais, de modo que suas prerrogativas não podem situar-se abaixo de quaisquer outras; em síntese, defendo os direitos inalienáveis de que o homem não pode rejeitar os valores sagrados que regem sua dignidade.

Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Moacyr Dalla, Srs. Congressistas, nossa luta é a luta de companheiros inquebrantáveis, é a luta do povo brasileiro. Só não vê quem quer ser cego, mas não cego da visão, cego da mente obliterada, da mente que não quer ver as aspirações maiores do povo brasileiro. Estamos aqui no nosso *front* de batalha — a tribuna da Câmara Federal, do Senado Federal, do Congresso Nacional — para usar do nosso direito que o povo nos delegou expressamente através do voto, para conclamar todos os Srs. Congressistas a que não deixem suas cabeças penderem, não deixem seus passos pelas ruas escondendo-se da visão do povo brasileiro, não deixem que suas mentes fiquem conspurcadas ao negarem aquele direito inalienável do povo brasileiro — o de votar para a escolha do Presidente da República pelo sufrágio universal, direto e secreto.

Este é o escopo do nosso povo, a isso almeja a Nação. E não devemos ter medo das ameaças do Poder Executivo de retirar emendas, de nos fazer pressões de qualquer sorte. Nós, Congressistas, não podemos sucumbir a quaisquer tipos de pressões que partam do Poder Executivo, porque este é um poder que deve ser emanado do povo e não ser instituído através de conchavos, de entendimentos espúrios. Não podemos ter medo de nada, se nossas consciências estão livres e tranquilas. Não nos podemos subjugar a ditames de quem quer que seja, a não ser aos ditames emanados do povo.

Que venham as ameaças, de toda sorte, do Poder Executivo. Cumpre-nos não sucumbir a essas ameaças nem ter medo das falácias, dos engodos, das pantomimas e das farsas. Não podemos temer o Presidente da República, porque ele tem de ser, acima de tudo, um brasileiro que reflita os anseios de seu povo. Se o Presidente da República não reflete esses anseios, está traindo o povo brasileiro. Não podemos ter medo de gritar alto e bom som, onde estivermos, desde que nossas consciências estejam livres e tranquilas.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Agnaldo Timóteo, com muito prazer.

O Sr. Agnaldo Timóteo — Nobre Deputado Wilmar Palis, toda a Nação conhece seu posicionamento, e o caminho trilhado por V. Ex^a não poderia ser outro, sendo o ilustre colega um Deputado de grande identidade popular. Mas estou aqui me perguntando, como bom aluno, como iremos explicar lá fora, para cento e trinta milhões de brasileiros, o fato de, no dia vinte e sete de junho, às 12 horas e 30 minutos, ainda estarmos discutindo um assunto que já deveria ter sido definido. Haveria incompetência, haveria inabilidade política, para que neste momento ainda não tenhamos noção do que vai ocorrer nesta Casa? Ouvimos sussurros de que o Governo retiraria sua emenda. Mas por que somente hoje, no dia vinte e sete de junho, discutimos uma matéria que já deveria ter sido solucionada há dois meses, ou, pelo menos, após a votação da Emenda Dante de Oliveira? Onde estaria a capacidade de percepção de nossas lideranças, para possibilitar-nos, neste momento, um comportamento já totalmente definido, para que não estivéssemos agora assustados e com receio de que o Presidente retire a Emenda Constitucional e precisemos de começar tudo novamente, inclusive os movimentos populares, sem que estes

possam levar a qualquer solução? Aqui dentro, só nós é que temos de encontrar a solução. É lamentável que neste momento, às 12 horas e 30 minutos do dia vinte e sete, estejamos discutindo uma questão que já deveria estar decidida há muito tempo. Não sei de quem é a incompetência, mas houve incompetência.

O SR. WILMAR PALIS — Agradeço ao Deputado Agnaldo Timóteo o aparte, e, antes de ouvir o Deputado Mansueto de Lavor, em consideração ao Deputado Agnaldo Timóteo, devo responder a S. Ex^a que isto já deveria ter sido equacionado. Há muito tempo, como diz muito bem V. Ex^a Só que aqueles que não optaram, no dia 25 e na madrugada de 26 de abril, é que estão com a consciência pesada. Nós cumprimos nosso dever. Votamos pelas diretas já e estamos aqui para reiterar nosso voto.

Portanto, nossa consciência está livre, altaneira, nobre Deputado. Estamos aqui para declarar ao Presidente da República que não temos medo de S. Ex^a, porque S. Ex^a, se retirar a sua emenda, estará se colocando contra o povo brasileiro; ele que arque com as responsabilidades. É preciso que o Congresso Nacional realmente seja o Congresso Nacional, e não um simulacro de Congresso. Não podemos ter medo de assetivas, de jogadas, de tacadas de nenhuma sorte. Temos de estar aqui lutando nas ruas, no nosso Congresso, em qualquer recanto deste País em que possamos declarar: quem está contra o povo é o Presidente da República, se retirar sua emenda, e não aqueles que querem votar nas eleições diretas já.

Com muito prazer, concedo aparte ao nobre Deputado Mansueto de Lavor e, em seqüência, ao nobre Deputado Manoel Gonçalves.

O Sr. Mansueto de Lavor — Deputado Wilmar Palis, V. Ex^a pronuncia um discurso retilíneo, claro, com posições definidas, e é interessante notar que V. Ex^a fala da tribuna que a praxe dedica aos Deputados do Governo, aos Deputados do PDS.

O SR. WILMAR PALIS — Mas já falei dezenas de vezes daquela outra tribuna, e orgulho-me de a ela ter assomado.

O Sr. Mansueto de Lavor — Veja V. Ex^a a conclusão a que vou chegar. Mesmo falando dessa tribuna, V. Ex^a defende pontos coincidentes com os dos partidos de Oposição. A Oposição e V. Ex^a, como os demais ilustres companheiros de V. Ex^a do PDS, que defendem as eleições diretas, já, estão em sintonia com a Nação brasileira. Naquela ou nessa tribuna V. Ex^a diz o que o povo quer ouvir. V. Ex^a toma uma posição de Deputado Federal, de representante do povo que não trai o povo brasileiro.

O SR. WILMAR PALIS — Já a tomei no dia 25 de abril, data da votação da Emenda Dante de Oliveira, e também anteriormente. Minhas ações são sempre consentâneas, ou seja, ao lado do povo.

O Sr. Mansueto de Lavor — Congratulo-me com V. Ex^a pela sua posição, pelo posicionamento que tem tomado, desde o tempo em que não aceitou engajar-se no time de um presidenciável que sequer deseja consultar as bases do seu partido, quanto mais a vontade do povo brasileiro. O posicionamento de V. Ex^a é histórico, retilíneo, correto, e está bem distanciado dos fluxos e refluxos dos que atualmente infelicitam a Nação no Palácio do Planalto e todos os que os sustentam. Muito obrigado e minhas congratulações.

O SR. WILMAR PALIS — Quero agradecer a subida honra que me concede o Deputado Mansueto de Lavor ao pronunciar enfaticamente palavras tão generosas para com a minha pessoa. S. Ex^a pode ter certeza de que muito me sensibilizaram suas palavras, as quais agradeço com muita efetividade.

Concedo o aparte ao Deputado Manoel Gonçalves.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Quero lembrar ao nobre orador que o seu tempo está se extinguindo. Para termos mais um orador, ele precisaria de tempo igual ao de V. Ex^a, e a sessão se extingue às 13 horas. De modo que pediria a V. Ex^a a gentileza de concluir.

O SR. WILMAR PALIS — Vou concluir, Sr. Presidente, nobre Senador Lenoir Vargas. Jamais passaria por mim usurpar ou tirar o tempo de quem quer que seja; ao contrário, grande parte do meu tempo foi tomada, com a minha deliberação, por nobres companheiros. Vou fazê-lo novamente, com a anuência de V. Ex^a, concedendo aparte ao Deputado Manoel Gonçalves.

O Sr. Manoel Gonçalves — Nobre Deputado Wilmar Palis, V. Ex^a., hoje, 27 de junho, como no dia 25 de abril, defende seus princípios libertários. V. Ex^a., nesta oportunidade, como antes, ao invés de ficar ao lado do Governo a que pertence...

O SR. WILMAR PALIS — Eu não pertencço a governo algum. Não posso pertencer a um Governo antípovo. Quero declarar desta tribuna do Congresso Nacional que não pertencço ao Governo que aí está. Não posso pertencer ao Governo que aí está (Palmas). Sou dos quadros do PDS, e não me consta que isso signifique fazer parte do Governo. Não faço parte do Governo, e melancolicamente tenho de registrar isso. Não faço parte do Governo.

O Sr. Manoel Gonçalves — Nobre Deputado Wilmar Palis, se V. Ex^a não faz parte do Governo, pelo menos deve pertencer ao PDS, sob cuja legenda se elegeu. Quero, porém, nesta oportunidade, congratular-me com V. Ex^a por defender as aspirações populares. V. Ex^a., como eu, votou, no dia 25 de abril, em defesa da Emenda Dante de Oliveira, pelas diretas-já, e, assim como eu, voltará a fazê-lo, hoje.

O SR. WILMAR PALIS — Votamos conforme o grande descortino do povo brasileiro.

O Sr. Manoel Gonçalves — Assim como V. Ex^a diz que não faz parte do Governo, eu estou não ao lado do Governo, mas ao lado do povo. Fui também eleito sob a legenda do PDS. Entretanto, acho que o partido que me deu legenda deveria também estar ao lado do povo. Congratulo-me, pois, com V. Ex^a por estar defendendo a mesma posição que defendeu no dia 25 de abril, que é exatamente a minha posição neste 27 de junho. Receba as minhas felicitações pelo seu pronunciamento.

O SR. WILMAR PALIS — Muito obrigado, nobre Deputado Manoel Gonçalves. Suas palavras também me calam fundo. E atendendo ao aceno da Presidência, agora sob o comando do Presidente efetivo, Senador Moacyr Dalla, vou concluir o meu pronunciamento à Nação brasileira.

A única forma que divisamos para tirar o País do caos administrativo e político em que se encontra é pelo caminho das eleições diretas já. Sem esse caminho, o País continuará como uma bússola totalmente desregulada, sem comando, com um Governo que conflita com os anseios da Nação brasileira.

Finalizando, conclamo todos os Parlamentares para que, alto e bom som, votem pelo restabelecimento das eleições diretas já como única saída para a Nação brasileira.

Viva a democracia! (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lélío Souza.

O SR. LÉLIO SOUZA (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, este poderia ser um discurso fácil, pelo fascínio que a matéria

desperta: a revisão constitucional. No entanto, esta facilidade fica comprometida pelos anúncios, desde o entardecer de ontem, até o presente momento, sobre a intenção do Presidente da República de retirar a Emenda encaminhada ao Congresso Nacional.

Então, é preciso focar o problema sob esses dois ângulos: o da emenda em si e o do significado político de sua retirada — se houver. E, mais adiante, emitir algumas colocações a propósito da atitude das oposições, visando ainda à continuidade da luta para obter o pleno restabelecimento da democracia no País.

O Sr. Jarbas Vasconcelos — Deputado Lélío Souza, embora ainda esteja no início do seu pronunciamento, já se percebe que V. Ex^a está denunciando o fato grave de o Presidente da República pretender retirar a sua Emenda. O que devemos esclarecer, Sr. Deputado, em primeiro lugar, é o fato de que tal iniciativa do Governo não deve surpreender a ninguém, porque a Emenda foi enviada ao Congresso Nacional no pressuposto do entendimento, do diálogo, da negociação. Tais pressupostos não se realizaram.

Hoje, parece-me que ninguém mais tem dúvidas de que a iniciativa do Governo foi apenas e tão-somente para inviabilizar a Emenda do Deputado Dante de Oliveira, ou seja, para impedir que o Congresso Nacional, na madrugada de 26 de abril, aprovasse a emenda que restabelecia as eleições diretas para 15 de novembro de 1984. Como presidente da Comissão Mista, tive oportunidade de visitar 12 Estados da Federação. Em todos eles, convidado por diversos segmentos da sociedade civil, declarei que a perspectiva de serem aprovadas as diretas, agora, eram maiores do que no dia 25 de abril, porque a dissidência do PDS está maior do que o seu Grupo Pró-Diretas. Mas sempre chamei a atenção para o fato de que o Governo poderia comportar-se de maneira aética e irresponsável, retirando, até o início da votação, a sua proposta. O que quero dizer a V. Ex^a, inclusive como um dos Líderes da bancada do PMDB, é que a Comissão Mista já decidiu que as emendas apresentadas à Emenda do Presidente Figueiredo são autônomas, e, como tal, podem continuar tramitando no Congresso Nacional, se assim entender o Presidente do Congresso, Senador Moacyr Dalla. Caso chegue agora, não causando surpresa a ninguém, o pedido de retirada da Emenda do Presidente Figueiredo, poderemos continuar discutindo as outras emendas que lhe foram anexadas, no espaço de tempo legal, por Deputados e Senadores, inclusive o Substitutivo do PMDB, apresentado em forma de emenda do Pró-Diretas. Quero, portanto, solidarizar-me com V. Ex^a e dizer que, como Parlamentar — e como Parlamentar que presidiu a Comissão Mista que teve diálogo com a Nação, através dos seus diversos segmentos — não me surpreendo com a iniciativa do Governo, porque em nenhum momento a sua Emenda teve o objetivo da negociação e do diálogo. Foi um engodo para inviabilizar a Emenda do Deputado Dante de Oliveira, fato que se irá comprovar dentro de poucos instantes.

O SR. LÉLIO SOUZA — Agradeço-lhe o aparte e aproveito a oportunidade para realçar o importante papel que V. Ex^a desempenhou na Presidência da Comissão Mista, onde se houve com rara competência e com extraordinária firmeza na defesa das posições mais legítimas que a maioria da população brasileira tem sufragado nas praças públicas. Meus cumprimentos pelo desempenho político de V. Ex^a à testa daquela Comissão e meus agradecimentos pelo aparte, quando com acuidade me proporciona argumento para continuar analisando esta questão e afirmar que nossa luta em favor do restabelecimento das eleições diretas em todos os níveis não será atropelada pela anunciada diátribe presidencial, um verdadeiro desrespeito a essa instituição. Será ato que irá contribuir para o desmerecer ainda mais perante a opinião pública brasileira. Haveremos de continuar, mesmo porque instrumentos para a continuidade da luta não

nos faltam. É propícia a decisão da Comissão Mista de considerar emendas autônomas aquelas que não foram aproveitadas nesta ocasião, porque assegurará, oportunamente, na forma regimental, se ocorrer a retirada da Emenda do Governo, a continuidade desta luta, utilizando aquela emenda que melhor convier à oportunidade. Não fosse essa decisão sábia e oportuna, ainda assim não estaríamos desvalidos de qualquer outra providência. A Casa está lembrada de que, na oportunidade em que o Congresso Nacional discutiu e votou a Emenda Dante de Oliveira, estava para ser apreciada, subseqüentemente, a proposta de Emenda Constitucional restabelecedora das eleições diretas para Presidência da República, de autoria do ilustre Deputado Theodoro Mendes. É outra medida, formalizada em condições regimentais mais favoráveis, para o imediato reinício desta luta até a sua vitória final — e que há de vir, tenho certeza — com a consagração da tese que o povo nas ruas já aprovou. Apenas o regime surdo não tem condição de atentar para essa realidade.

Ouçó, antes de concluir minha oração, o aparte do Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

O Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy — Nobre Deputado Lélío Souza, V. Ex^a ressaltou bem como esse Governo e o PDS, salvo as exceções do Pró-Diretas, se mantém surdos ao grande anseio popular. E, mais do que isto, com esta ameaça de retirada eventual da Emenda, no sentido de evitar que o Congresso Nacional possa votar o que é a vontade nacional, o Governo, unicamente, mostra sua fraqueza, a própria desmoralização. Seria impedir que o Congresso Nacional viesse a votar, a expressar a sua vontade. Cada dia que passa, mais os representantes do povo nesta Casa estão sentindo isso. Pelas ruas, em cada lugar por onde um Parlamentar passe pode ser uma farmácia, um bar, um restaurante, um elevador, qualquer lugar onde se encontre — sempre há um cidadão perguntando: e por que não votaram ainda as diretas? O que é que está faltando? O que impede o PDS de ver que seu suicídio tem hora marcada se não aprovar as emendas das diretas já ou a subemenda apresentada pela Oposição? Não bastaram os resultados de Santos, onde o PDS obteve apenas 3% dos votos?

E, mais: o que cada membro do PDS ouviu pelo Brasil, por onde andou, fez com que mais de vinte e dois Deputados houvessem meditado e provavelmente mudado sua posição no encontro com o anseio popular pelas diretas já. Mas eis que o Palácio do Planalto ameaça impedir isso através da retirada da Emenda. Então, se isso, efetivamente, ocorrer, caberá ao Presidente da Sessão do Congresso, Senador Moacyr Dalla, tomar a decisão, segundo expôs aqui, há pouco, o Deputado Jarbas Vasconcelos, de fazer com que tenhamos o direito de votar as subemendas, as proposições que tenham características autônomas, dentre as quais está a da eleição direta, que permitirá ao povo brasileiro respirar novamente, viver em democracia, partir para uma nova era que não seja aquela já condenada e enterrada pelo povo, pois 1984, como disse ontem a Madre Cristina, no comício da Sé, encerra e enterra 1964.

O SR. LÉLIO SOUZA — O aparte de V. Ex^a, Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, conjuga-se com o do ilustre Deputado Jarbas Vasconcelos. Ambos ferem frontalmente um juízo que a mim também não escapou, o juízo que se fez antecipadamente sobre o carácter da Emenda Figueiredo e a sua motivação. A ninguém de bom senso escapou a percepção de que essa emenda fruto das dificuldades políticas do Governo, foi encaminhada ao Congresso como expediente destinado a esfriar ao impeto reivindicatório do povo na célebre campanha em favor das eleições diretas já. Foi uma resposta a setores da

sua própria bancada — predisposta a votar a emenda Dante de Oliveira — que argumentaram perante o Governo sobre a inexistência de uma alternativa. E a emenda veio como alternativa, para atender àqueles que apenas se apegavam a esse argumento para não atender ao pregão do Palácio do Planalto e votar aqui contra a vontade do povo.

Por várias vezes, quer nas sessões do Congresso Nacional, quer nas sessões da Câmara dos Deputados, tive oportunidade de vir à tribuna e expender esta opinião. Nunca acreditei na sinceridade presidencial, como de resto descreio da sua alegada boa vontade para o diálogo e na sua proclamada disposição para o entendimento, pois suas atitudes são completamente contraditórias a essas anunciadas manifestações de índole supostamente democrática. Por isso também não estou surpreso. O que me surpreenderia é que o regime evoluísse espontaneamente no rumo da vontade popular. Historicamente não tem sido assim e o regime brasileiro não configuraria nos tomos da História política uma exceção a esta regra. Somente por pressão letítima dos governados é que os governos se rendem à evidência da necessidade de se modificar a estrutura política, social e econômica da Nação. E é por isso que lastimo que o meu partido tenha contribuído, de certo modo, para interromper o processo de mobilização vitoriosa a partir de janeiro e responsável, inclusive, pela aprovação da Emenda Dante de Oliveira, porque ela foi aprovada por mais de 60% dos membros da Câmara dos Deputados. Se esta mobilização não tivesse sido interrompida, por certo estaríamos vivendo outra realidade.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Jorge Uequet.

O Sr. Jorge Uequet — Nobre Deputado Lélío Souza, V. Ex^a coloca muito bem: o grupo palaciano está interessado em fazer alguma coisa para que tudo continue como está. Não querem mudança alguma, não querem obedecer aos ditames da Nação. Querem apenas enrolar, manobrar, para impedir que o Presidente eleito pelo voto direto possa vasculhar a onda de corrupção que varre este País e a onda de descrédito em que caíram as autoridades federais. É preciso, antes de tudo, denunciar. Não há saída para o Brasil, nem para a sua crise, que não passe pela eleições diretas. É preciso passar pela mobilização popular, porque só ela trará credibilidade. Governos como este não têm respeito, porque não merecem respeito, porque não se dão ao respeito, porque brincam com a Nação, porque brincam com o Congresso, porque brincam com a opinião pública. Retirar uma emenda que, conforme anunciaram, seria o início do diálogo, no entendimento nacional, é dizer: quem está no Palácio não quer sair de maneira alguma. E só conseguirá sair pela mobilização popular. Diz bem V. Ex^a, Deputado, não há como parar. Só o povo ditará os rumos, porque as elites vão acabar perdendo tempo e sendo enrolados na teia que o Palácio arma para tudo continuar como está e nenhuma corrupção ser averiguada, nem punida.

O SR. LÉLIO SOUZA — Agradeço a V. Ex^a o aparte, que fere com muita propriedade a questão da mobilização popular — mobilização que nunca se constituiu em perturbação da ordem, como falaciosamente entendia o Governo. Quem perturba a ordem — a ordem jurídica, a ordem social e a ordem econômica — é o Governo, pela sua incompetência e pela sua condescendência com as manobras corruptoras que assolam toda a estrutura do Governo em nosso País. Este é que é o fator de perturbação do qual o povo quer livrar-se. E a maneira democraticamente hábil para se livrar dessa constrangedora e insuportável situação é a eleição direta. Outra não há. Esta é a advocacia democrática que se faz nas públicas e que deve ser reencetada incontinentemente para que pos-

samos obter, dentro do menor prazo possível, o resgate dessas obrigações cívicas.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a emenda tem esse caráter. Não tivesse ela esse caráter, o próprio Governo não a teria transformado numa verdadeira obra de feitoria jurídica, fugindo ao essencial, que é a questão das eleições diretas, da estruturação democrática do poder, incluindo outras situações adjetivas, que, embora necessárias, por certo não de ser com mais legitimidade e acerto equacionadas quando a Nação puder realizar uma Assembléia Nacional Constituinte, para cuja realização é imprescindível a adoção de pré-requisitos políticos, sem o que ficará desfigurada, desnaturada.

Dentre eles, saliento a liberdade de organização política, para que nenhum espectro político existente na sociedade fique sem um canal de expressão dentro de um Parlamento que terá a missão política de escrever uma nova Constituição para o País, em função de novo pacto político, celebrado após amplo, livre e pleno debate em toda a Nação, com liberdade sindical, liberdade de mobilização, a liberdade de reunião e liberdade de informação.

A emenda nos proporcionou ainda outra lição. Muitos que descreem na tese da Assembléia Nacional Constituinte podem recolher nela o exemplo da inadequação da atual Carta Constitucional, que, quando teve sua proposta apresentada, motivou o oferecimento de nada menos que duas centenas de subemendas. Este é um dado altamente significativo, porque demonstra a necessidade inadiável de se partir para a definição de um novo pacto social, trazido numa Constituição que seja aprovada por uma Assembléia Nacional Constituinte.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se a retirada ocorrer, não terá havido uma derrota das oposições, nem dos democratas. Ela será, isso sim, como já bem acentuaram os oradores que me antecederam, a expressão inequívoca do sentimento de derrota por parte do Governo, que irá retirar sua emenda porque sente que não tem condições de impedir a aprovação das diretas já, ainda que através de medidas construídas com habilidade, a partir de emendas, a partir da própria subemenda das oposições, subscrita por todos os partidos da Oposição, com o grupo Pró-Diretas do PDS.

Este acontecimento não deve contribuir para nos desorientar, tampouco para nos deixar frustrados; ao contrário, deve ser anotado no ativo das conquistas políticas dos democratas, porque teremos avançado, estaremos mais fortalecidos para dar continuidade a esta luta. O que é preciso é definir logo os próximos passos a serem dados pela Oposição, com o Grupo Pró-Diretas do PDS, tendo em vista resultado final, que é o restabelecimento imediato das diretas já, para a constituição do Governo Federal — diretas já em todos os níveis, não esquecendo as Prefeituras das Capitais, das estâncias hidrominerais e dos Municípios considerados áreas de interesse da segurança nacional.

O Sr. José Fogaça — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O tempo do orador, nobre Deputado José Fogaça, está encerrado. S. Ex^a vai apenas concluir. E o tempo da sessão também está esgotado.

O SR. LÉLIO SOUZA — Se a Mesa permitir e se o aparte for conciso, eu ouviria V. Ex^a, nobre Deputado José Fogaça.

O Sr. José Fogaça — É que é tão importante o discurso que faz V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O tempo da sessão, nobre Deputado, encerra-se as 13 horas. V. Ex^a,

Deputado Lélío Souza, tem dois minutos na tribuna. Faria um apelo ao nobre Deputado José Fogaça, no sentido de que deixasse o aparte para outra oportunidade.

O SR. LÉLIO SOUZA — Nobre Deputado José Fogaça, perde o meu discurso sem o aparte de V. Ex^a, que, por certo, iria enriquecê-lo com notável subsídio.

Ao concluir, Sr. Presidente, quero apenas trazer um dado histórico, reportando-me à presença nesta Casa, no dia 22 de março de 1965, do então Ministro da Justiça e Senador Milton Campos, convocado para prestar esclarecimentos sobre as decisões no Governo a respeito das eleições estaduais a serem realizadas naquele ano. Nessa oportunidade, atendendo a requerimento do nobre Deputado Cid Carvalho e de outros membros da Câmara dos Deputados, o Ministro aqui veio e, a certa altura do seu depoimento, fez a seguinte afirmação, nobre Deputado Jorge Arbage:

“O Governo quer eleições e as quer limpas, autênticas, democráticas. Considera mesmo que elas são a base do regime e por isso deseja promovê-las com amplas garantias de espontaneidade e liberdade para o eleitor.”

Como eu apreciaria que essas diretrizes fossem as que estivessem motivando os passos do atual Governo! Lamentavelmente, o Governo se preocupa apenas com a manutenção do Colégio Eleitoral, valhacouto da fraude e da corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Esgotado o tempo regimental da sessão e havendo ainda oradores inscritos para a discussão da matéria, a Presidência, nos termos do art. 39 do Regimento Comum, convoca sessão conjunta a realizar-se neste plenário, hoje, às 15 horas, para continuação da discussão.

O Sr. Hermes Zaneti — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um apelo a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. HERMES ZANETI (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, as galerias estão vazias. Lá fora, desde cedo, estão professores, estudantes, servidores e médicos residentes, que viajaram mais de 50 horas em ônibus e não podem entrar nesta Casa. V. Ex^a poderá dizer-nos que fez com as Lideranças a distribuição de senhas. Os nobres Deputados — quem sabe — ainda não estão sequer informados de que tenham lá nas suas lideranças senhas à sua disposição. A verdade, Sr. Presidente, é que as galerias continuam vazias, e o povo está impedido de entrar na Casa do Povo. Apelo a V. Ex^a no sentido de que, se os nossos colegas não puderem entrar nas galerias, pelo menos lhes seja permitido o livre trânsito nesta Casa, evidentemente mediante identificação, o que eles nunca se negaram a fazer. Enfim, que não sejam impedidos pela polícia desta Casa de aqui ingressar, e, muito mais, que não sejam enxotados, para fora, como o foram alguns professores, hoje de manhã.

É o apelo que quero fazer a V. Ex^a, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 2 minutos.)

Ata da 179ª Sessão Conjunta, em 27 de junho de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência dos Srs. Moacyr Dalla e Lomanto Júnior

ÀS 15 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arlindo Pôrto — PMDB; Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolpho Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana

— PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Morais — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Tomaz Coelho — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB;

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genébaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Alvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Ruben Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB;

José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oscar Corrêa Júnior — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Roseburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Cheidde — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Gióia Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoio — PT; Maluly Neto — PDS; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Codo — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB;

Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Mòletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Loures Bueno — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Viana — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sival Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 68 Srs. Senadores e 422 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa, requerimento cuja leitura será feita pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 11, DE 1984-CN

Em 27 de junho de 1984.

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1984, que “estabelece eleições diretas nos Municípios considerados estâncias hidrominerais”, solicito a Vossa Excelência a prorrogação por mais 30 (trinta) dias do prazo concedido a este Órgão para apresentação do pa-

recer, que se encerra dia 1º de agosto, e já prorrogado por 30 (trinta) dias.

Outrossim, esclareço, que o pedido se justifica pela importância da matéria, objeto de estudo, e que está a exigir do Relator, Senhor Deputado Adhemar Ghisi, um prazo mais dilatado para elaboração do parecer.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração. — Senador **Gastão Müller**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O requerimento lido depende de deliberação do Plenário.

Em votação na Câmara. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado. Em votação no Senado. Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

De acordo com a deliberação do Plenário, é concedida a prorrogação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Juarez Bernardes.

O SR. JUAREZ BERNARDES (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a sucessão dos acontecimentos políticos, a partir da falta de **quorum** para a aprovação da Emenda Dante de Oliveira, quando ultrapassamos, largamente, a maioria absoluta dos votos desta Casa, veio demonstrar, mais uma vez, que somente o pleito direto nos propiciará uma sucessão tranqüila, aplaudida pelo povo e aceita pelos políticos.

Cresce o divisionismo nas hostes do Governo, com quatro candidaturas e uma enorme gama de soluções, desde as prévias eleitorais até a desistência dos quatro em benefício de uma quinta candidatura, tendo havido, numa semana, duas renúncias à presidência do PDS, como decorrência de uma proposta de prévia eleitoral.

O povo acompanha, indiferente, essas discussões, porque já proclamou, em praça pública, na voz unânime dos grandes comícios, que quer votar no futuro Presidente da República, vendo, nessa escolha, a maneira única de que dispõe de participação no poder.

Quer ter o direito, inclusive, de escolher mal, porque há vinte anos vem suportando os mal-escolhidos pelo sistema, quando cada Governo procura desmentir o anterior, como se comprovou recentemente nas declarações do Presidente Médici, julgando, implicitamente, seus dois sucessores.

Somente quem não tem voto é contra as eleições diretas. Procuram evitá-la os que pretendem perpetuar-se no Poder, sustentar seus apaniguados nos postos de mando, garantir a impunidade de outros tantos, nesse quinquênio que foi o mais fértil em negociatas de nossa história, não em função do governante, mas de sucessivos quinquênios de impunidade.

Nós, do PMDB, estamos inseparavelmente ligados à defesa do pleito direto, porque essa exigência se inclui no programa do nosso partido, porque somente o voto direto, universal e secreto qualifica a democracia representativa, porque ele configura a única maneira de participação do povo no Poder, escolhendo os seus representantes.

Além disso, trata-se de um anseio de todo o País, há quase vinte e cinco anos impedido de escolher o Chefe da Nação. Em 1960 verificou-se a última escolha presidencial pelo voto direto, essa mesma frustrada por uma renúncia. Desde então, o País caiu em mãos de uma oligarquia tecnoburocrática e militar, responsável por uma inflação de duzentos e trinta por cento, pela gasolina a oitocentos e noventa cruzeiros o litro, pelo dólar correndo para os dois mil cruzeiros, pela sucessão de negociatas, por uma dívida externa de cem bilhões de dólares, quando homens manifestamente acusados de improbidade se candidatam à Presidência da República.

Precisamos de eleições diretas Já, para devolver a confiança ao País, a fim de que possa retomar o seu desenvolvimento.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Alberto Goldman.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PMDB SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a emenda ora em discussão é resultante da intensa pressão popular que vem sendo exercida no sentido da conquista de um anseio hoje praticamente unânime, de se obter eleições diretas-já para a Presidência da República. Atrás deste anseio está, na realidade, o desejo deste País de realizar mudanças profundas — institucionais, econômicas e sociais — depois de vinte anos de ditadura, de autoritarismo, que fizeram com que o povo fosse excluído do processo de decisão, o que fez com que esta Nação fosse levada a políticas sociais e econômicas que alargaram ainda mais o fosso entre as diversas camadas da população brasileira.

A proposta do General Figueiredo não atende integralmente aos anseios nacionais, mas representa um passo adiante, uma conquista em face da pressão popular. Entendemos que somente a pressão popular, somente a mobilização do povo brasileiro é que permitiram e permitirão novos avanços e o aprofundamento da democracia em nosso País.

Na realidade, a iniciativa de apresentação de emenda constitucional ocorre, pela Constituição vigente, tanto pela participação de um terço dos Deputados e Senadores quanto por parte do Poder Executivo. Mas é importante que se diga que hoje, não só na Nação, mas neste Congresso Nacional, o desejo expresso das maiorias é no sentido da obtenção das eleições diretas para a sucessão do Presidente Figueiredo.

Na verdade, exerce-se neste Congresso aquilo de que certa vez, o General Geisel acusou as oposições: a ditadura das minorias. A ditadura de uma minoria que tem um poder de veto, que lhe dá uma Constituição que foi emendada e modificada autoritariamente, que permite que um terço, apenas, de Deputados e um terço, somente, de Senadores possa impedir, possa obstar o desejo não só da maioria da Nação, mas da maioria do próprio Congresso Nacional; um Congresso Nacional que não representa, efetivamente, em toda a sua plenitude, a opinião pública, porque distorcido pelas modificações feitas; um Congresso Nacional que tem dentro de si parlamentares de determinados Estados que representam mais de 200 mil eleitores, enquanto outros parlamentares de Estados menores, de Territórios recém-transformados em Estados, ou mesmo de Estado do Norte e do Nordeste que não representam mais do que 10 ou 20 mil eleitores cada um. Esta distorção é flagrante e vem sendo utilizada para que, ainda assim, com um terço apenas, se possa impedir as mudanças.

O Presidente Figueiredo apresentou uma emenda a esta Casa, mas o poder de aprová-la e o poder de legislar não é de S. Ex^a, o poder de legislar é do Congresso Nacional, o poder de elaborar leis é do Congresso Nacional. O Presidente da República tem apenas o poder da iniciativa das leis, não o poder da decisão, porque este é desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O tempo do nobre orador está encerrado.

O SR. ALBERTO GOLDMAN — S. Ex^a não tem por que reclamar se este Congresso Nacional modificar, ou pretender modificar a sua iniciativa, não tem por que protestar, porque este é um direito democrático, constitucional, que consta mesmo do texto da Constituição vigente. E cabe a este Congresso Nacional resolver, não ao Presidente da República.

Portanto, manteremos até o fim o nosso direito e o nosso dever de elaborar a Constituição, de modificá-la, de fazer representar aquilo que entendemos — e não só nós, da Oposição — seja a vontade nacional. Mas este Congresso já demonstrou que é vontade da Nação aprofundar-se no processo democrático, conquistar as liberdades e aprovar aqui a emenda das diretas já para a sucessão do Presidente Figueiredo.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a prova mais cabal do impasse institucional e da crise ora existente é que estamos em sessão para discutir uma emenda de que não temos certeza se vai ser votada. Eis a realidade política instalada nesta Casa, na nossa cara.

E esta realidade política tem um nome, tem um responsável. Não podemos ficar perplexos, preocupados diante do que se cochicha, diante do que se comenta, que o General Figueiredo retirará sua Emenda. Em primeiro lugar, a emenda do General Figueiredo não nos interessa, porque ela nega as eleições diretas-já; em segundo lugar, no atual processo político, a campanha de mobilização pelas diretas já se livra da camisa-de-força das datas e das votações inevitáveis.

Quem está perplexo, quem está tonto é o Governo, que a cada passo, a cada medida que toma, mais se atola na própria crise do regime de 64. Foi assim quando montou os argumentos e os pretextos para derrotar a Emenda Dante de Oliveira; foi assim dentro do próprio PDS, quando estimulou e mais tarde desativou as prévias. E assim será hoje, se o Governo retirar a sua Emenda. Perante o povo brasileiro, perante a opinião pública, quem se desmoraliza, quem se desgasta? É o Governo, que é a síntese da crise dos vinte anos de regime militar.

E nós, da Oposição, coerentes com a vontade da maioria estampada nas praças públicas, inclusive ontem, em São Paulo, e hoje, no Rio de Janeiro, não podemos traçar a nossa tática apenas por dois caminhos, como se a Oposição tivesse que trilhar o caminho da negociação com o Governo para evitar um mal pior. Este também é o caminho do impasse, este também é o caminho da dificuldade. O caminho da Oposição é ser coerente com a vontade da maioria do povo brasileiro: não negociar as diretas, já. Implodir as instituições deste regime, como o Colégio Eleitoral, este é o caminho que pode fazer prevalecer neste País a vontade da maioria do povo brasileiro. Esta crise violenta no plano constitucional é até contraditória, em face desta sessão tão tranqüila e tão cansativa. Esta crise é a crise do regime em contradição com a maioria dos interesses do povo brasileiro. Esta é também a crise daqueles que buscam uma saída no leito das jogadas do regime. Mas não é a crise para aqueles que sonham em construir uma perspectiva própria dos interesses e da vontade das maiorias.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, este é um momento crucial da vida política do País. E o caráter crucial desse momento não está nos ombros da Oposição, não está nos ombros de nós, Deputados e Senadores. Está, sim, nos ombros do regime, que tudo faz para sobreviver. E o que está em jogo, Sr. Presidente, Srs. Congressistas? O que está em jogo é a exigência de acabar com esse regime. Todas as tentativas de fazer continuar esse regime são tortuosas, provocam crises e impasses.

Portanto, resta-nos o caminho das eleições diretas já, e caso não consigamos isso hoje, vamos intensificar e reorganizar as mobilizações. Não podemos trabalhar com prazos vitais e de morte, porque esses prazos vitais existem, sim, para esse Governo e para esse regime. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Simão Sessim.

O SR. SIMÃO SESSIM (PDS — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o recente aumento dos preços dos combustíveis, superando largamente a inflação do trimestre, vai refletir-se inapelavelmente no aumento do custo de vida, que, este mês, ultrapassará os dez por cento.

Já seria tempo de o Governo estabelecer para os combustíveis e lubrificantes um preço político, evidentemente inferior às taxas de inflação, tanto mais quanto esse tipo de subsídio iria refletir-se no preço dos alimentos, quanto o proletariado e a classe média estão reduzindo a aquisição de gêneros alimentícios, o que se reflete na situação médico-sanitária da população.

Recentemente, a Câmara Municipal de Nilópolis aprovou um requerimento, de autoria do Vereador Milton Barros, no sentido de que fizéssemos desta tribuna um apelo às autoridades federais encarregadas da política de abastecimento e de preços, para que decretassem um congelamento que atinja os gêneros essenciais, além de mudanças substanciais na lei que disciplina o Contrato de Locação de Imóveis Residenciais, que triplicam a cada dois anos, esperando-se que uma casa atualmente locada por cem mil cruzeiros esteja alugada por dois milhões e setecentos mil cruzeiros no fim desta década.

Salienta aquele Vereador que os preços disparam, o custo de vida se torna insuportável e não se tem notícia de providência eficaz do Governo para enfrentar esse problema. O trabalhador brasileiro não pensa, atualmente, em salários melhores, quando as empresas alegam a impossibilidade de pagá-los e o operário reclama, apenas, que não se corra o poder aquisitivo da sua paga salarial.

Sucedem-se as críticas, tão contundentes quanto justas, ao Secretário de Abastecimento e Preços, Sr. José Milton Dallari, que só tem notícias desagradáveis para os consumidores, quando deveria, antes, tomar medidas de austeridade com referência aos donos dos supermercados, que massacram a população brasileira, na busca de lucros altíssimos e incessantes, parecendo que eles é que ditam as normas da política de abastecimento e preços.

Conheço bem o Vereador Milton Barros, combativo e leal companheiro de tantas jornadas políticas, cuja atuação na Câmara Municipal vem sendo considerada fundamental nas soluções visando ao bem-estar da coletividade nilopolitana.

Por isso, acolhermos as denúncias do Vereador Milton Barros, fazendo votos no sentido de que as autoridades federais e estaduais passem a policiar imediatamente esses aumentos de preços dos gêneros de primeira necessidade, não se esquecendo de limitar os excessos do Conselho Nacional de Petróleo ao majorar escandalosamente os preços de gasolina, do álcool, do diesel, dos lubrificantes e do gás de cozinha, policiando, por igual, as tarifas de eletricidade, telefone, correios e telégrafos, cujas Empresas Estatais que as exploram foram criadas sem a finalidade de lucros.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Dirceu Carneiro.

O SR. DIRCEU CARNEIRO (PMDB — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estamos na iminência de votar a chamada Emenda Figueiredo. Nem sei se tanto, já que a chantagem da retirada está posta. Mas precisávamos fazer algumas considerações e ressaltar que essa é uma emenda muito pequena. A questão estrutural, a questão essencial, ainda não está integralmente posta no seu texto, e por isso hoje estamos aqui, não só para dizer que essa emenda ainda é muito pequena, pois necessitamos de uma Constituição que realmente restabeleça o que diz o seu primeiro artigo, que é a vontade emanada do povo. Por outro lado, não é só a questão institucional que está sendo posta e discutida. A sociedade brasileira inteira deseja e quer que se restabeleça o direito de escolher o Presidente da República

pelo voto direto, devolvendo ao povo o direito de decidir sobre o seu destino, no que diz respeito ao Governo Central.

Mas queríamos considerar que neste propósito está também embutida uma série infindável de problemas de natureza social básicos para a sociedade e que ainda não estão resolvidos. E isso acontece em grande parte porque este Governo está isolado da nação, isolado do povo brasileiro, porque não teve origem numa decisão popular e soberana do povo, no espúrio Colégio Eleitoral, que podia até ter outro nome. O fato porém, é que não passava de um Colégio Eleitoral, e o Governo, por isto, está isolado, perdido. Ele perdeu o controle político do seu partido e da sua estrutura de apoio; perdeu o controle administrativo porque está sob as ordens do FMI, que lhe impõe e à Nação uma política de recessão e de arrocho salarial. Hoje estamos vendo os servidores públicos federais, o trabalhador mais maltratado da sociedade, em greve, reivindicando melhores condições de vida. Vemos os médicos residentes e os professores universitários das autarquias também em greve. De tal forma o arrocho salarial está empobrecendo a sociedade que nem os segmentos mais conservadores já agüentam ficar quietos, e se manifestam através da greve, que é um direito legal.

Ainda temos mais considerações a fazer a respeito dessa questão. Vemos também milhares de mutuários do BNH que não conseguem fazer frente aos aumentos constantes das prestações e estão também reunidos, mobilizados em todo o País, denunciando as velhacarias do BNH e a intermediação onerosa dos recursos financeiros para conquista da habitação popular. Querem denunciar que o déficit de seis milhões de casas, que atualmente existe no setor de habitação em nosso País, poderia ser coberto apenas com o excesso de arrecadação que o Governo tem à disposição. Inclusive, neste ano, o déficit de seis milhões de habitações poderia ser sanado com seis trilhões de cruzeiros, se se convocasse a população carente de habitação para auxiliar na construção dessas residências.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não se resolve este problema porque não se quer resolvê-lo, porque este Governo não tem compromisso com o povo.

Solicito a V. Ex.^a, Sr. Presidente, que mande registrar nos Anais desta Casa o documento das Associações de Mutuários de todo o País, como parte do meu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no dia dezoito de junho último, a Amazônia ganhou, de fato, um espaço que de muito já lhe pertencia de direito: a inauguração da sede Regional da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, CEPLAC. Foi, segundo soubemos, uma festa que mobilizou os meios agrícolas e agrônômicos de meu Estado, evidenciando o caráter nacional da CEPLAC, legitimando-a também paraense.

A presença de integrantes do Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau — CCPC — naquela solenidade demonstra o aval às justas pretensões do Pará de contar também com um representante do Conselho Deliberativo da CEPLAC, colegiado maior da Instituição. Esse pleito tem um sólido fundamento. É a reivindicação de um Estado que soube responder ao chamamento do Governo Federal ao seu programa de ocupação dos vazios demográficos da Amazônia, onde, o plantio de cacau surgiu como fator de importância inefutável. O Pará, que disse “sim” ao cacau, plantando perto de 30 mil hectares de cacauais em pouco mais de seis anos, pede agora espaço para poder opinar sobre os destinos de sua lavoura. E quer fazê-lo da mesma forma que já o fazem os

agricultores dos Estados da Bahia e Espírito Santo: no CCPC e no Conselho Deliberativo da CEPLAC. Será a voz de mais de três mil empresários cacaucultores que criaram, até agora, cerca de 20 mil novas oportunidades de empregos diretos, produziram mais de 20 mil toneladas de cacau e têm uma área plantada que já garante uma produção de 40 mil toneladas num futuro não tão distante.

A voz desses homens obstinados, hoje paraenses, de todas as partes do País, esteve viva na solenidade de inauguração da sede regional da CEPLAC, em Belém do Pará, no dia dezoito de junho último. Foi ouvida através do discurso proferido pelo Presidente da Associação dos Produtores de Cacau do Estado do Pará — ASCAU — Sr. Paulo Dias Morelli. Dele se ouviu que o cacaucultor paraense já investiu, a preços nominais, um montante de 757 milhões de cruzeiros na implantação de suas roças, “com objetivo de ocupar terra ociosa, criar empregos, criar riquezas e contribuir para o bem-estar da nossa sociedade, ainda em formação”. O Presidente da ASCAU manifestou também o voto de confiança no Governo Federal, consubstanciado no trabalho da CEPLAC, ao afirmar que “os empresários cacaucultores consideram a presença da CEPLAC na Amazônia indispensável à consolidação do retorno do cacau a sua origem”. E essa é uma lembrança importantíssima: a origem do cacau. Ele nasceu na Região Amazônica; do Estado do Pará partiram as sementes que foram plantadas na Bahia. Segundo destacou o Sr. Paulo Morelli, em seu discurso, é importante saber que “desde 1962, ano de criação do confisco cambial do cacau, os empresários cacaucultores do Pará participam deste esforço”.

O Pará está em vias de alcançar a auto-suficiência, a maioria de sua cacaucultura. E disso sabem os agricultores. Com isso, a lavoura de cacau do Estado assume, cada vez mais, um aspecto de irreversibilidade, aliás a palavra que mais esteve presente nos pronunciamentos proferidos durante a inauguração da sede do Departamento da CEPLAC para a Amazônia. Mas a consciência dessa irreversibilidade não está somente com os cacaucultores, representados pelo Sr. Morelli, ou pelo Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Pará, Sr. Clodomir Begot, que também vem hipotecando solidariedade às pretensões de representatividade da lavoura. Essa consciência, Sr. Presidente, foi ressaltada naquela solenidade por dirigentes da CEPLAC, como o agrônomo Frederico Monteiro Álvares-Afonso, um amazônida de Humaitá, Amazonas, a quem coube conduzir o início do programa da Instituição da lavoura cacaueira no Norte do País. Em sua fala ele disse:

“A chegada da CEPLAC à Amazônia — em Belém em 1965; em Manaus, em 1970 — teve uma nítida ação colonialista. A CEPLAC chegava com objetivo de coletar material genético do cacaueiro, para o desenvolvimento da cacaucultura baiana e capixaba. Chegava também para estudar a doença “Vassoura-de-Bruixa, visando a acumular conhecimentos, desenvolver técnicas e criar condições de segurança para áreas indenes à doença. Por volta de 1971, tímidos esforços de plantio de cacauais foram desenvolvidos no Pará, com a aprovação do Projeto Cacau Pará, durante o governo Fernando Gilhon, e em Rondônia, onde se iniciava uma ação conjunta do INCRA com a CEPLAC, no projeto de colonização Ouro Preto”. Destas ações resultou o plantio dos primeiros cacauais tecnicamente manejados, em terras da Amazônia, e que de pouco passavam os 2 mil hectares de plantio. O vento da mudança soprou para a cacaucultura da Amazônia e brasileira, quando a CEPLAC elaborou, e o então Presidente Ernesto Geisel aprovou, o PROCACAU, um programa decenal que definiu as diretrizes para a expansão da cacaucultura nacional. A Amazônia foi, no PROCACAU, aquinhoada com a implantação

de 160 mil hectares de cacauais. No Pará, Rondônia e Amazonas, e outros dez mil hectares em outros Estados: Mato Grosso, Maranhão e Acre.”

Mais adiante conclui o dirigente da CEPLAC: “Assim, vemos o compromisso da CEPLAC com a sociedade, com homem da Amazônia, com a cacaucultura da Amazônia, irreversível. A CEPLAC tem em suas mãos a oportunidade singular de demonstrar ser possível ajudar a incorporar à economia nacional, através da cacaucultura segmentos da Amazônia misteriosa, inconquistável, do “inferno verde”. Podemos provar que as experiências de Fordlândia e Belterra foram insucessos esquecidos, que fracassos de colonizações como as da zona Bragantina, no Pará, e do núcleo de Iata, em Rondônia, foram, mais que tudo, frutos da falta de conhecimentos científicos, da falta de recursos humanos e financeiros, de determinação, e de continuidade. E se o Projeto Jari, prosseguiu Frederico Afonso está hoje a atravessar dificuldades, é porque os seus objetivos iniciais, reais, não foram, felizmente, alcançados. A CEPLAC está enfrentando o desafio de provar que o seu bem sucedido modelo institucional não opera com sucesso apenas nas terras da Bahia e Espírito Santo. Enfim, que a eficácia da CEPLAC não é uma questão de geografia.”

Sr. Presidente, Podemos assegurar aos dirigentes da CEPLAC que, pelo menos da parte do agricultor que hoje planta cacau no Estado do Pará, a certeza do sucesso já é uma realidade. Falta-nos apenas, repito, o direito de sentarmos à mesa das negociações para assumirmos a parcela de responsabilidade que nos cabe nas decisões dos destinos da cacaucultura, responsabilidade essa que já foi demonstrada pelos braços dos lavradores. Dessa responsabilidade também tem certeza o Secretário-Geral da CEPLAC, Sr. José Haroldo Castro Veira, ao compartilhar das aspirações dos cacaucultores paraenses quando afirmou em seu discurso, na cerimônia de inauguração, que “o agricultor da Amazônia continuará plantando sem a CEPLAC ou com ela. Com a CEPLAC o fará melhor, ordeiramente. A Amazônia é o berço genético do cacau, oferecendo não apenas a esse produto, como a outros cultivos, como a borracha e o dendê, espaços ainda desconhecidos para a tecnologia agrônômica brasileira. Ela terá de ser capitalizada através da pesquisa, dia a dia, ano a ano, dezenas de anos”. O Sr. Castro Vieira lembrou ainda ser imperioso não ocorrer com o cacau o que aconteceu com a borracha, a **haevia brasiliensis**, que nasceu na Amazônia e hoje tem de ser importada. Assim, Sr. Presidente, o Secretário-Geral da CEPLAC revelou um histórico compromisso com a região, ao afirmar que “o Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau avalizou, no projeto que institucionaliza a CEPLAC, e que breve estará tramitando nesta Casa, a idéia da presença do Pará e de Rondônia no futuro Conselho Deliberativo da CEPLAC”.

Sr. Presidente, a inauguração da Sede Regional da CEPLAC para a Amazônia, em Belém do Pará, engrandece a cacaucultura nacional, pois confere à região o status de grande produtor, fato ressaltado pelo atual Chefe daquela unidade, agrônomo Luiz Ferreira da Silva, ao afirmar que, “mais do que nunca, continuaremos nossa labuta, agora com a consciência de que este enraizamento significará a consolidação da cacaucultura da Amazônia”. Resta-nos, portanto, insistir em que a cacaucultura somente estará concretizada se, o mais breve possível, houver um nível de representação dos cacaucultores do Pará, bem como de outros Estados da Amazônia, constituída de forma paritária, nos órgãos que decidem os destinos da cultura de cacau deste grande País.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Raul Bernardo.

O SR. RAUL BERNARDO (PDS — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressis-

tas, para o estudo e o debate dos problemas que afligem a cultura do café, principalmente na região sul do meu Estado, reuniram-se na cidade de Varginha, no dia 14 último, os seus Prefeitos, Vereadores, Presidente e Diretores de Cooperativas e Sindicatos Rurais e grande número de produtores.

Refletindo as conclusões do Encontro, divulgou-se na oportunidade o "Manifesto da Cafeicultura Sul Mineira", documento que sintetiza as reivindicações do setor, distribuído por 26 mil propriedades rurais em 132 Municípios da área, e envolvendo, na exploração econômica de cerca de 542 milhões de cafeeiros, em torno de 100 mil famílias e 500 mil trabalhadores rurais diretamente empregados na produção.

A difícil situação enfrentada pelos cafeicultores do sul de Minas é identificada como proveniente da frustração das safras de 1979 e 1981, em decorrência de geadas, chuvas de granito, abortamento e baixo pagamento da florada, má granação dos frutos e alta incidência de broca. Conseqüentemente, a previsão é de que a produtividade não alcançará a média nacional.

Para o agravamento desse quadro concorre o elevado custo da produção, sujeito a contínuos e desmedidos aumentos dos insumos, que não podem ser absorvidos por um setor em processo de descapitalização. Teme-se, com razão, que a quebra da produção termine por deflagrar sério problema social, com o desemprego de milhares de trabalhadores rurais e com os produtores sem condições para honrarem seus compromissos financeiros.

Por isso, conclui o "Manifesto" relacionando as reivindicações mínimas e urgentes dos cafeicultores do sul de Minas Gerais, objetivando resgatar o setor dessa aflitiva situação. Pedem, basicamente, o seguinte:

- a) preço de garantia no valor de cento e sessenta mil cruzeiros, a partir de 1º de julho próximo;
- b) correção mensal desse preço, baseada em índices do INPC sem expurgo, ou por correções cambiais;
- c) financiamento mercantil em percentual da ordem de 80% do preço de garantia, com taxas adequadas à descapitalização;
- d) condição especiais de financiamento de custeio, compreendendo prorrogação dos compromissos vencidos a redução dos encargos; contratação de novos financiamentos desvinculados dessa prorrogação, em custo compatibilizado com a capacidade de pagamento;
- e) adaptação de legislação do trabalhador rural à dos trabalhadores urbanos; financiamento compatível para a construção de moradias na zona rural; criação de programas de educação, saúde, assistência, esporte e lazer, através de convênios com prefeituras, sindicatos rurais e cooperativas;
- f) aplicação dos programas de energia elétrica e telefonia rural;
- g) extensão das atividades do SENAR a todos os Municípios da região sul de Minas, visando à promoção do homem do campo e à melhoria da mão-de-obra rural.

Registrando o pleito dos produtores de café da região sul do meu Estado, consubstanciado no importante documento de Varginha, consigno também a esperança de que o Ministro Nestor Jost, mostrando-se sensível às dificuldades de um setor que concorre com 40% da economia estadual, decida pelo imediato deferimento de sua justa pretensão.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Organização Ibero-Americana de Cooperação Intermunicipal vem, há quarenta anos, realizando, entre os países de língua espanhola e portuguesa do Continente, um trabalho de integração cultural e política, no intuito de acelerar o intercâmbio mútuo e promover, em cada município, a modernização administrativa indispensável ao seu desenvolvimento.

Nos últimos vinte anos, a OIACI, acompanhando a evolução do municipalismo nas Américas, realiza, anualmente, reuniões do maior interesse e alcance, para congraçamento e troca de experiência, tendo sido a cidade de Aracaju, nos dias 19 e 22 do corrente mês, hospedeira dos participantes do XVIII Congresso Ordinário da Organização Ibero-Americana de Cooperação Intermunicipal, transformando-se em palco de importantes pronunciamentos.

Nessa oportunidade, foi aprovada pelo plenário a Carta de Aracaju, onde se constataram, desde logo, as precárias condições da maioria dos municípios Ibero-Americanos, sob iníquas condições de desenvolvimento, cercadas de intolerância suas aspirações legítimas e coerentes.

Lembrou-se, na oportunidade, que o encontro dos sete países mais ricos, recentemente, em Londres, não passou de um alinhavo de retórica vazia e inconseqüente, enquanto a dívida externa avassala os países em desenvolvimento, com decisões fechadas elevando os juros dos empréstimos, baldados os esforços dos países do Terceiro Mundo, no sentido de estimular suas economias, tolhidos pela deterioração dos seus produtos no mercado internacional, enquanto sobem os preços dos insumos que importam.

A crise dos municípios resulta, na maior parte, dessa conjuntura financeira internacional, devendo-se denunciar esse sistema como "responsável, em última análise, pela manutenção do Terceiro Mundo no círculo fechado da pobreza cumulativa", hoje facilmente previsível a explosão social.

Lembrado esse enérgico pronunciamento, queremos ressaltar que, pela primeira vez, em quarenta anos de existência, foi eleito um brasileiro para a presidência da OIACI, recaindo a escolha na figura do Prefeito Heráclito Rollemberg, que vem, realizando uma profícua administração na Capital sergipana, que, sob a sua gestão, tem atraído importantes certames e conclaves, oferecendo, hoje, aos turistas as melhores condições de hospitalidade.

Nesta oportunidade, ao congratular-nos com Sergipe, pela escolha, com a OIACI, pela justa homenagem e com o Prefeito de Aracaju, pela oportunidade que lhe é conferida de dirigir um importante organismo internacional, transcrevo, na íntegra para conhecimento da Casa, a Carta de Aracaju.

"Os participantes do XVIII Congresso Ordinário da Organização Ibero-Americana de Cooperação Intermunicipal, reunidos na cidade de Aracaju, após o debate e a análise dos temas que fizeram parte do conclave, com a abordagem de problemas comuns que enfrentam os municípios da América Latina, parte integrante do Terceiro Mundo, conscientes de que as soluções que buscamos para as nossas comunidades se interligam cada vez mais com as características do modelo de relacionamento econômico entre os países industrializados e os países em desenvolvimento, resolvemos externar o seguinte:

A constatação de que os municípios latino-americanos enfrentam, de um modo geral, uma série de problemas que se assemelham nas suas causas, refletindo uma situação de carência evidenciada pelas precárias condições em que vivem a maioria dos habitantes dos nossos países, levou-nos a uma reflexão mais ampla sobre a própria essência, iníqua e intolerável do subdesenvolvimento.

A História e, particularmente, a experiência vivida no presente, revelam-nos que, longe de existir por parte do primeiro mundo, uma solidariedade efetiva e prática em relação aos países periféricos, tem crescido o nível de incompreensão e intolerância diante das suas aspirações legítimas e incoerentes.

O encontro dos sete países mais ricos, realizado recentemente em Londres, demonstrou, mais uma vez, que a sonhada cooperação Norte — Sul não tem passado de um alinhavo de retórica vazia e sem conseqüência prática.

O problema da dívida externa, hoje o mais crucial que enfrentam os países latino-americanos, se não deve ensejar a formação de um cartel de devedores, não pode, por outro lado, ser simplesmente entendido como caso particular de cada País, a ser resolvido através de negociações com os banqueiros internacionais. O excesso de liquidez internacional que existiu até meados da década de setenta, provocou, no sistema financeiro, uma volúpia de abertura de créditos para os países em desenvolvimento. À volúpia seguiu-se outra, dessa vez voltada para a elevação das taxas de juros, mais estimuladas ainda pelo crescente déficit orçamentário norte-americano.

Aumentando-se a dívida dos países tomadores, através de simples decisões fechadas, tomadas nos gabinetes da alta finança internacional, chegou-se ao ponto, agora, de inviabilizar o resgate normal da dívida. Acrescente-se a isso, as exigências ditadas pelo Fundo Monetário Internacional, que estão gerando a recessão e o desastre econômico em vários países latino-americanos, provocando uma rápida deterioração do quadro social, configurada no desemprego, no incontrolável crescimento dos núcleos urbanos, no aumento da criminalidade, da fome, da mortalidade infantil, formando um cortejo de males que, se não for contido, começará a provocar rupturas sociais, que, em última análise, poderão comprometer o trabalho realizado pela maioria dos países latino-americanos, objetivando fortalecer as instituições democráticas.

Os esforços dos países do Terceiro Mundo, visando a estimular suas economias, ampliar as exportações e, com isso, obter divisas suficientes para o pagamento das amortizações e do serviço da dívida, estão sendo absurdamente tolhidos, não só em virtude da deterioração dos preços dos produtos primários, base das nossas exportações, como pelo protencionismo exercido de forma cada vez mais rígida contra os manufaturados, particularmente pelos Estados Unidos, mercado para onde, tradicionalmente, converge a principal parcela das nossas exportações.

Em conseqüência desse quadro desalentador e sobretudo injusto, forma-se, para os países latino-americanos, um círculo vicioso de impossibilidades, com o alinhamento das suas economias, em função dos problemas gerados pela dívida externa e o inevitável surgimento de uma conjuntura recessiva, cujos custos sociais se tornam politicamente maléficis e insuportáveis.

A crise que atravessa os municípios, os problemas sempre maiores que assoberbam o administrador municipal, resultam, basicamente, dessa crise maior que se prende a um sistema de relações internacionais, que aqui denunciamos como profundamente injusto, e voltado unicamente para entender às exigências de países hegemônicos, que, além do mais, demonstram uma incrível ausência de sensibilidade, ao alimentar a corrida armamentista, absorvendo bilhões e bilhões de dólares que poderiam mudar a face do mundo, se convenientemente utilizados em programa de desenvolvimento econômico.

Denunciando esse sistema que reputamos responsável, em última análise, pela manutenção do Terceiro Mundo, no círculo fechado de uma pobreza cumulativa, dirigimo-nos aos governos dos países industrializados, aos organismos internacionais, apelando para que se intensifiquem os esforços, aprimorem suas formas de diálogo, com a finalidade

de de estabelecer bases justas e duradouras para uma mudança substancial nas formas de relações econômicas internacionais, mesmo porque a prosperidade dos países industrializados não continuará existindo, se a pobreza do Terceiro Mundo for acrescendo, a ponto de tornar incontrolável uma explosão social, hoje facilmente previsível.”

Aracaju, 22 de junho de 1984. — **Heráclito Guimarães Rollemberg**, Presidente da OICI

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira.

O SR. MARCONDES PEREIRA (PMDB — SP, Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não poderia deixar de, neste final do primeiro semestre de 1984, trazer ao conhecimento desta Casa um fato ocorrido na minha cidade; a Câmara Municipal de São José dos Campos, por unanimidade de votos dos Vereadores do PMDB e do PT, exceto do PDS, votou resolução que considera **persona non grata** todos os Deputados que votaram contra a emenda Dante de Oliveira. Aos de São Paulo seriam entregues diplomas de **persona non grata**; aos Deputados do Brasil inteiro, pediram-me que encaminhasse um pedido, ou seja, que não apareçam em São José dos Campos, porque não serão recebidos, mas repudiados, ofendidos. Esse pedido me foi formulado há poucos instantes; que eu não deixasse de transmitir à Casa que a população de São José dos Campos, representada por seus Vereadores, não deseja receber, em época alguma, a visita daqueles que votaram contra as eleições diretas neste País.

Eu não poderia deixar de registrar isso hoje, a pedido da Câmara Municipal e de todas as autoridades daquele Município.

Portanto, aqui fica a nossa comunicação aos Deputados do PDS de São Paulo que votaram contra a emenda Dante de Oliveira, contra as eleições diretas. Os diplomas estão lá. Se não forem recebê-los, serão remetidos pelo Correio — diplomas de **persona non grata** no Município de São José dos Campos. E aos demais Deputados de todo o Brasil eles pedem que não compareçam a São José dos Campos, porque não serão bem recebidos.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Djalmá Falcão.

O SR. DJALMÁ FALCÃO (PMDB — AL, Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estou convencido de que o Palácio do Planalto não deseja eleições diretas nem indiretas. Na realidade, não quer eleições, mas joga no impasse político-institucional como um meio de garantir a permanência no poder do grupo que vem levando este País ao caos e à insolvência, às custas do sacrifício de toda a Nação.

O objetivo principal do Planalto continua sendo, sem dúvida, o continuísmo, de preferência com a prorrogação do mandato presidencial ou sua renovação, via eleitoral ou do próprio Congresso Nacional.

Em recente pronunciamento que fiz da tribuna da Câmara dos Deputados analisando as contradições políticas do Governo, tive oportunidade de demonstrar, com fatos concretos, a estratégia continuísta urdida nos gabinetes do Palácio do Planalto.

Convém lembrá-los agora.

Há cerca de um ano e meio, o Sr. César Cals, Ministro de Estado, vem sustentando a tese de reeleição do Presidente Figueiredo, sem que este, em qualquer instante, haja desautorizado o seu auxiliar de confiança.

Há aproximadamente um mês, a **Folha de S. Paulo**, com a responsabilidade de jornal acreditado na opinião pública, publicou, sem qualquer desmentido posterior, a notícia de que o Prof. Miguel Reali teria sido chamado ao Planalto e lá recebido a incumbência de estudar e apresentar a fórmula jurídica que garantisse a reeleição do atual Presidente da República.

De imediato, o Sr. João Leitão de Abreu, Ministro-Chefe do Gabinete Civil, mentor e porta-voz político do Governo, entrega-se à tarefa de conseguir a renúncia dos quatro chamados presidenciais — Paulo Maluf, Mário Andreazza, Aureliano Chaves e Marcos Maciel — para o surgimento de um quinto nome, que outro não seria senão o do Sr. João Baptista Figueiredo. Afinal, o General Figueiredo deve ter tomado gosto pelo poder, pois o vem exercendo de fato há quatorze anos, como Chefe do Gabinete Militar do General Médici, Chefe do SNI no Governo Geisel e, agora, Presidente da República com mandato de seis anos.

E tem mais; diante do clamor nacional por eleições diretas já para Presidente da República, envia mensagem ao Congresso Nacional propondo as eleições presidenciais, mas para 1988. No entanto, viaja para o Japão e a China logo em seguida, desinteressando-se por completo da sorte de sua emenda constitucional.

Agora, correm rumores insistentes de que S. Ex^a retirará a emenda exatamente quando nos preparamos para apreciá-la no plenário do Congresso Nacional.

A soma dessas evidências me leva à conjetura de que o Presidente da República, no bojo dessas aparentes contradições, na verdade manobra no sentido de provocar a própria reeleição ou prorrogação do mandato de que está investido

Realmente, S. Ex^a, com o gesto inusitado de retirar de tramitação a emenda que ele próprio propôs, joga no impasse político-institucional, em cujo bojo pensa poder continuar desserviindo ao País e aos brasileiros. É que a retirada da emenda torna impossível a regulamentação do Colégio Eleitoral e, em consequência, não se realizará eleição — nem direta nem indireta — para a escolha do futuro Presidente da República. Com isso, cria-se o caos institucional, porque não haverá condições de se promover a sucessão presidencial. Com esse caos, imagina o Sr. Figueiredo garantir sua permanência no Palácio do Planalto, possivelmente através de um pronunciamento militar que imponha essa solução evidentemente repudiada pela totalidade da Nação brasileira, que não aceita mais a continuidade desse sistema responsável pelo sacrifício da classe média e pelo aniquilamento do trabalhador brasileiro, vítima maior da política de fome e de achatamento salarial imposto pelo Fundo Monetário Internacional.

O regime agoniza. A retirada da Emenda nº 11/84 não o salvará. Pelo contrário, apressará sua queda e sua morte na medida em que confessará publicamente que o Governo, que é repudiado pelo povo, já não tem apoio sequer no PDS, partido que lhe dá sustentação parlamentar e político na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

A retirada da emenda, se concretizada, representará a pública confissão de fraqueza desse regime corroído pela insensibilidade social, pelo cancro da corrupção política e administrativa, pela violência e repressão.

Incumbe-nos a nós, representantes do povo brasileiro, a par do dever de fidelidade aos seus anseios mais legítimos, sustentar no Parlamento brasileiro, viva e acesa, a chama do ideal popular neste instante cristalizado no anseio maior de eleição direta já para a escolha do Presidente da República.

Não tenho dúvida de que, se nos mantivermos firmes e fiéis à vontade majoritária da Nação, conquistaremos, mais cedo do que alguns incrédulos imaginam, o restabelecimento de eleições diretas já.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, fora da eleição direta já não há solução para os graves problemas que atormentam os brasileiros.

Somente o pleito direto conferirá ao futuro Presidente da República a autoridade e representatividade suficientes ao enfrentamento da crise política, social e econômica que nos massacra. Somente um Presidente ungido pelo voto e pela expressa vontade popular terá condições

de modificar a desumana política econômica que, em última análise, é responsável pelo desemprego em massa, pelo salário de fome pago a trabalhadores e servidores públicos, pela agiotagem do Sistema Financeiro de Habilitação, pela miséria que continua imperando no Norte e no Nordeste do País, pela fome, pela mortalidade infantil, pela miséria, em suma.

Não há outra alternativa para o drama social dos brasileiros além da eleição direta já e, conseqüentemente, repúdio ao Colégio Eleitoral, órgão espúrio, ilegítimo e usurpador da vontade soberana do povo brasileiro.

Com o meu voto não haverá eleição direta, nem Colégio Eleitoral!

O meu mandato, que foi outorgado pelo voto limpo e consciente do bravo povo alagoano, há de ser exercido até o final em benefício das aspirações superiores dos brasileiros.

Somente seremos dignos do mandato e do povo se o exercermos com coragem cívica e fidelidade ao Brasil e ao povo.

Eleições diretas já, pela salvação da Pátria!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está esgotado o período destinado para breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1;

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11, DE 1984

(Tramitando em conjunto com as PECs nºs 13 a 28/84)

Continuação da discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 1984, que altera, acrescenta e suprime dispositivos da Constituição Federal, tendo

PARECER, sob nº 53, de 1984-CN, da Comissão Mista (com votos em separado do Senhor Deputado José Frejat, e dos Senhores Deputados João Gilberto Jorge Leite, Roberto Rollemberg Darcy Passos e Senadores Fernando Henrique Cardoso, Cid Sampaio e Hélio Gueiros), que conclui:

a) favoravelmente à Proposta e às Emendas nºs 70; 100, quanto às alterações propostas aos arts. 94, caput, 95, caput, e 96, parágrafo único; 108; 141; 195 quanto ao art. 148 constante de seu item 24; 206-R a 216-R; 217-R, salvo quanto ao § 3º do art. 51; 218-R; 219-R, salvo quanto ao § 1º do art. 74; 220-R a 225-R; 226-R, salvo quanto ao § 1º do art. 153; 227-R a 241-R;

b) contrariamente às Emendas nºs 1 a 69; 71 a 99; 100, quanto ao parágrafo único do art. 94, ao § 1º do art. 95 e ao § 4º do art. 119; 101 a 107; 109 a 140; 142 a 194; 195, quanto aos itens 1 a 23 e 25 a 31; 196 a 205 e 242-R;

c) oferecendo as Emendas de nºs 243 a 250.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra a V. Ex^a para uma questão de ordem.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP, Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é notório que as galerias estão vazias. No entanto, há uma grande quantidade de pessoas nas portas do Congresso Nacional pretendendo assistir a esta sessão. Então, gostaria de solicitar a V. Ex^a providências com relação à fila enorme e aos obstáculos colocados às pessoas para penetrarem na Casa e assistirem a esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Não recebo a indagação de V. Ex^a como questão de ordem, e sim, como uma comunicação. Devo informar a V. Ex^a que foram distribuídas senhas aos Líderes dos partidos. Não sei se essas senhas foram distribuídas a convidados especiais. Não poderia ocorrer que, quando chegasse aqui um convidado especial, não houvesse lugar para agasalhá-lo. Nessas condições, vou manter a resolução adotada na PEC nº 5, quando fixamos, por portaria ainda do tempo da Presidência do eminente Senador Luiz Vianna, em 1.200 o número de lugares nas galerias.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Continua em discussão a matéria.

Dando prosseguimento a lista de oradores, concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira.

O SR. MARCONDES PEREIRA (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, vive esta Casa momentos de intensidade e até de inspiração patriótica. Estamos decidindo a sorte, os rumos deste País. Não é desconhecido para nenhum Parlamentar, para nenhum representante do povo, para a Nação inteira, o movimento realizado em todo o País, movimento que aglutinou nas praças milhões de pessoas que lá permaneceram durante horas e horas ouvindo os oradores e aplaudindo — como já foi dito aqui — com os braços levantados, pedindo ao Governo, pedindo aos seus representantes que lhes dessem oportunidade para falar, oportunidade para se manifestarem. E se manifestarem de que forma? Através do voto, através das eleições diretas, através da escolha por todos eles dos nossos representantes. Estamos há 20 anos neste regime, e ele não deu certo. É lamentável, mas aconteceu. Os erros estão aí, os escândalos estão aí. Não são segredo para ninguém mais os roubos; estão aí as bandalheiras. E nós, aqui, o que estamos fazendo? Nós, que somos os representantes do povo, que somos os procuradores do povo, que viemos para cá trazendo a esperança de milhões de pessoas, ficamos nesta expectativa: agora, por exemplo, o Presidente retira ou não sua Emenda? Mas como! Isso não é brincadeira! Milhões e milhões de brasileiros estão com sua atenção voltada para esta Casa, esperando o quê? A dignidade de cada um de nós, o respeito de cada um de nós, que somos realmente os seus porta-vozes, os representantes de suas esperanças. Não há mais o que discutir. Não há mais o que esperar.

A Nação não quer mais isso que aí está, não aceita mais isso. A Nação não pode tolerar mais. Está tudo errado: taxas de juros de 400% ao mês, escândalos como o da CAPEMI — agora se conclui aqui, na CPI, que houve culpa do Governo por não ter fiscalizado — instituições criadas como, por exemplo, o Sistema Financeiro de Habitação, onde ninguém mais pode pagar as prestações... Por quê? Porque foram criados os agentes financeiros, que apenas serviram de agiotas e levaram os mutuários ao desespero.

Por que continuarmos com isso? Chega! Mas isso só será possível se esta Casa tiver dignidade, se os homens que têm aqui a responsabilidade de votar e decidir tiverem o mínimo de dignidade.

Não há mais condição para esperar a votação. O povo não quer mais continuar aguardando essa panacéia, essa coisa que não sabemos nem definir. Isto precisa ter um paradeiro, porque não sabemos onde vai desaguar este mar de inconformismo, este mar de desespero da nossa gente. Por que continuar?

Tem V. Ex^a, o aparte, Deputado Walmor Giavarina.

O Sr. Walmor Giavarina — Nobre Deputado Marcondes Pereira, V. Ex^a tem inteira razão quando afirma que isso depende muito da dignidade desta Casa. E, quando fala em dignidade desta Casa, eu tenho a certeza de que também fala na dignidade daqueles homens que tão indignamente têm-se arrastado e beijado as botas do Poder. Mas eu não poderia perder a oportunidade de

aparteá-lo para deixar consignado no seu discurso o argumento que já está sendo usado por uma ala do PDS — aquela que ainda insiste em apoiar o Governo que aí está — o argumento que ouvi agora há pouco, pela televisão, através de duas ou três entrevistas. Dizem os homens do partido do Governo, através de suas lideranças, que, se não conseguirmos votar a Emenda hoje, isto deve ser debatido à intransigência das oposições, como se fôssemos nós os inventores do art. 183, que já veio no bojo do projeto do Governo, como se pudéssemos abdicar inclusive do direito de luta. Quero congratular-me com V. Ex^a e dizer que as oposições poderão perder, mas, se sucumbirmos, sucumbiremos no campo de batalha, ao lado do povo.

O SR. MARCONDES PEREIRA — Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Deputado.

Nesta oportunidade, eu não poderia deixar de consignar os meus aplausos aos componentes, aos membros da Oposição, valorosos companheiros que não cedem, que não transigem, que não se vendem. A eles o meu respeito, a esses homens que aqui, realmente, levantam uma bandeira. Mas não posso deixar de consignar também os meus aplausos àqueles que votarem pelas eleições diretas, integrantes no grupo pró-diretas do PDS, onde também existem homens de responsabilidade e que nos têm acompanhado. Quero render minha homenagem, ainda, aos Governadores que têm percorrido este País todo levando essa bandeira, discutindo e voltando agora aos mesmos lugares para continuar a luta — como aconteceu em Curitiba, em São Paulo, e como acontecerá hoje no Rio de Janeiro — reunindo milhões de pessoas para levar ao povo a convicção de que estamos no caminho certo, dando ao povo o respaldo de que precisa para que tenhamos um Brasil melhor, porque o que aí está não podemos legar aos nossos filhos.

Tem o aparte V. Ex^a

O Sr. José Genoíno — Nobre Deputado Marcondes Pereira, V. Ex^a tem razão quando afirma que o caminho da Oposição contra todos esses desmandos é o da intransigência. Sim, há intransigência para com este Governo e há coerência com os interesses populares, populares, porque, como muito bem disse V. Ex^a, os recentes atos pelas diretas já demonstraram que a população brasileira está disposta a se mobilizar, a se organizar contra este Governo, contra todos os casuísmos que visam a manter por mais algum tempo este regime em crise. Se as oposições trilharem outro caminho, passarão a compartilhar da crise e do impasse do próprio regime de 1964. Quando discursava no Pequeno Expediente, V. Ex^a lembrava muito bem que a Câmara de Vereadores de determinada cidade, como em tantas outras, já se pronunciou no sentido de que considera *persona non grata* aqueles Deputados que não votaram pela diretas já. E esta atitude poderá ser cobrada da própria Oposição, caso não vote pelas eleições diretas já, e aceite qualquer acordo para aprovar a Emenda Figueiredo, que não interessa ao povo brasileiro, que só aprofunda a atual crise político-institucional.

O SR. MARCONDES PEREIRA — Agradeço a V. Ex^a o aparte. Mas, nobre Deputado, é preciso notar ainda que o Governo que aí está, intransigente e teimoso, está no fim. Não há mais por que respeitá-lo, não há mais por que temê-lo. O PDS não precisa ter receio de sofrer alguma represália por não respeitar a orientação do Governo Federal, porque ninguém tem medo do rei que vai perder a coroa. Este instante é precioso, e pode coroar este primeiro semestre de 1984, quando poderemos dar ao povo a satisfação de saber que, em 1985, já teremos um Presidente eleito diretamente pelo povo. A Nação falará de Norte Sul. As pessoas que foram às praças públicas terão a sua resposta, porque a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional atendeu ao seu

apelo. Não podemos continuar a ver nossos colegas, homens respeitáveis e decentes, cabisbaixos, recebendo ordens de cima para votar dessa ou daquela maneira. Não. A sua dignidade precisa ser readquirida. Deputados, é hora de mostrarmos que somos um poder não atrelado ao Poder Executivo, e que este não manda nesta Casa. Pode mandar em alguns que têm o rabo preso, mas não nos homens livres deste País. Esta é a realidade nua e crua. Quero ver hoje quais são aqueles que vão continuar votando contra o povo e contra a Nação.

Concedo o aparte ao Deputado Farabulini Júnior.

O Sr. Farabulini Júnior — Deputado Marcondes Pereira, V. Ex^a estabelece, na sua medida, o caminho seguro. Disse hoje, ao ocupar a tribuna pela manhã — e repito agora, aproveitando a presença de V. Ex^a, brilhante e devotado Deputado — que no Partido Democrático Social temos valores inestimáveis que se hão de compor com as oposições brasileiras. Eles, que pleitearam descer às bases, perquirir o próprio partido, alcançar as ruas para que, pela prêvia, houvesse a indicação do seu candidato, podem, agora, somar conosco e obter os dois terços de que precisamos para votar a emenda, ou melhor, para votar o destaque, para votarmos as diretas já. E se por um acaso, por uma desgraça qualquer, a Presidência da República decidir retirar a emenda, resvalará para o abismo, e, aí, debitar-se-á à História o nome do Presidente, que na verdade calculou e agiu mal, traiu-se a si próprio. É esta a realidade. É preciso que o povo paulista, que V. Ex^a representa muito bem, que o proletariado paulista, que V. Ex^a representa com tanta propriedade, saiba que este Congresso não está genuflexo diante do poder. Ao contrário, não está genuflexo nunca, alto-neiro, ele votará com sua consciência. Basta que não se retire a Emenda, que vote aqui a Emenda e o destaque. Votaremos nas diretas já, porque estaremos representando a população brasileira nos seus mais variados escañinhos, nos seus segmentos mais áureos e no seu idealismo, o mais completo, o mais puro que há de fulgir aqui, e que campeia tanto na Oposição quanto no partido do Governo.

O SR. MARCONDES PEREIRA — Muito obrigado a V. Ex^a

Ouçó o Deputado Jorge Leite.

O Sr. Jorge Leite — Nobre Deputado Marcondes Pereira, estamos ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Ex^a, e queremos aproveitar a oportunidade do aparte também para cumprimentar as Lideranças das oposições, principalmente do PMDB, o nosso partido, que vêm agindo, nesta sessão de hoje, com serenidade e firmeza, para que amanhã não se queira culpar as oposições, ou transferir-lhes a responsabilidade da não-votação, hoje, da subemenda, que as oposições defendem, que o povo deseja, das eleições diretas já para Presidente da República. Portanto, neste momento estamos todos atentos, porque, além da batalha política, temos a batalha regimental. E aí a grande importância e o papel histórico das Lideranças das Oposições neste momento. A nossa preocupação é exatamente no sentido de que a serenidade e a firmeza possam presidir os passos e as decisões das nossas Lideranças, como vem acontecendo até agora. Tenho certeza de que haveremos de chegar a um entendimento, que poderemos usar do direito inalienável de aplicar o recurso regimental. Seria, sem dúvida alguma, um absurdo que nós, das oposições, ou até o partido do Governo, no momento oportuno, deixássemos de usar de recurso regimental para assegurar a vitória do nosso objetivo, as eleições diretas já, tão perseguidas pelas oposições. Quero parabenizar V. Ex^a pelo esplêndido pronunciamento que vem fazendo e também reconhecer, como já disse aqui, a serenidade e firmeza das Lideranças das oposições, mas especialmente do PMDB, na

pessoa do Líder Freitas Nobre, assim como de Humberto Lucena, no Senado. A direção do partido, o Deputado Ulysses Guimarães, enfim, o conjunto, PMDB e Oposições, devem, mais uma vez, ficar atentos, para que não se permita, amanhã, que se culpe as oposições, que se jogue a responsabilidade nas oposições por não termos logrado êxito, no dia de hoje, na aprovação deste projeto presidencial. Evidentemente — fui um os membros da Comissão Mista — nele há vários pontos importantes, mas aquele que nós perseguimos e o povo deseja, serenamente, sem nenhuma provocação, sem provocar e sem aceitar provocação, é o das eleições diretas já.

O SR. MARCONDES PEREIRA — Muito obrigado àqueles que me apartearam.

Quero pedir, no final do meu pronunciamento que a atitude de hoje de todos os Parlamentares, de todos os Congressistas esteja voltada para a infância abandonada, para os milhões de desempregados, para os funcionários públicos aí desesperados, para os professores em greve, para os mutuários em dificuldade e também para os homens do campo. Peço aos senhores que meditem, que pensem, que reflitam, para evitar um mal maior. O País já não suporta mais, a corda está esticada. Mas quero cumprimentar esse lado, o da Oposição, da qual faço parte, pedindo que todos, hoje, repitam aquilo que fizemos em 25 de abril: sejamos aqui realmente firmes, porque a consciência nacional nos pede.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra à Sra. Deputada Irma Passoni.

A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estamos hoje, nesta Casa mais uma vez, para aqui analisar e votar emendas, a respeito de que o povo exige de nós a maior firmeza, a maior seriedade. Sei que deveríamos imediatamente partir para a votação e não ficarmos em muita discussão. Entretanto, considero importantíssimo que discutamos a matéria e, principalmente, que tenhamos claro aqui entre nós que este Parlamento é desafiado a exercer o seu poder político neste País. Não é possível mais que nos submetamos a ser apenas a cozinha do Poder Executivo. É um absurdo o Presidente da República encaminhar a esta Casa uma proposta de emenda e exigir que simplesmente votemos o que ele quer. É absurdo porque seria desmerecer este Parlamento, desmerecer a possibilidade de cada parlamentar aqui exercer o seu mandato, de sermos o Poder Legislativo da República brasileira. É evidente que a discussão retoma aqui a situação real que o povo brasileiro vive e nos coloca como seus únicos responsáveis. Não adianta dizermos que o Presidente Figueiredo não quer, que Ministros tais não querem, ou que acordo vai ser feito. Está em nossas mãos, exclusivamente em nossas mãos, a deliberação de hoje. Ou então devolvemos o remendo possível e viável, necessário neste momento, de o povo se manifestar, de o povo eleger o seu Presidente da República. Em torno disso também há de haver um plano mínimo de atuação; de que vale senão este Parlamento? Para que existimos? Estamos aqui há um ano e meio. Muitas vezes esta Casa, absolutamente vazia, discute coisas que realmente não interessam muito à população brasileira. E nos momentos gravíssimos, quando temos o poder de decisão nas nossas mãos, desculpamo-nos e entregamos as decisões novamente ao Palácio do Planalto, que nada quer saber da população brasileira. Pouco se está importando se somos milhões de brasileiros desempregados, se o custo de vida é insuportável; pouco se está incomodando com as faculdades, os professores universitários, os hospitais, se os laboratórios das universidades estão numa deterioração total. Pouco se importa se lavradores, milhões deles, perambulam por este País, em busca de um lugar para sobreviver, de terra para trabalhar, de quanto pro-

duz, do verdadeiro valor de sua mercadoria. O Governo está longe desta Nação. Não nos representa, não nos diz nada. Para que, neste momento, nós nos submetemos às suas orientações? Srs. Parlamentares, de todos os partidos presentes nesta Casa, todos nós fomos desafiados no dia 25 de abril. Fomos todos julgados em praça pública por esse Brasil a fora de 120 milhões de brasileiros. E que respondemos agora? O primeiro teste já passou. Fomos incapazes, todos em conjunto, de conseguir aquilo que o povo brasileiro queria, que eram eleições diretas no dia 25 de abril. Agora, nova chance nos é dada. Qual é o nosso comportamento aqui, de todos nós, parlamentares? A nossa honra, a nossa dignidade de seres humanos, de cidadãos brasileiros, acima de tudo com um mandato popular, é que aqui, hoje, aprovemos a emenda em destaque que devolve as eleições diretas imediatamente. Não adianta dizer que, depois, teremos um “mandato-tampão,” ou que, daqui a mais quatro anos, conquistaremos o resto. Não; a nossa responsabilidade é hoje aqui e agora. Não adiemos a decisão que temos a capacidade de tomar hoje. Será imperdoável o exercício do nosso mandato de quatro anos, se novamente frustrarmos a Nação brasileira. De que vale esse mandato que nos foi dado? Srs. Parlamentares, considero grave a situação brasileira. Ainda há a esperança de que sejamos fiéis ao desafio que o povo coloca aqui. O povo, em praça pública, grita e fala: chega de negociações, aí não nos sobra nada! Chega de adiamento das decisões, porque a situação é insuportável. É evidente que não há nenhuma visão mágica de que eleições diretas resolvem tudo no nosso Brasil. É evidente que não. Mas há, pelos menos, que devolver à mão do povo brasileiro o destino desta Nação, o destino da solução dos seus próprios problemas. Chega de entreguistas, de antipatriotas, que já nos entregaram aos estrangeiros e nos reduziram à condição de escravos. Eles vivem em grandes banquetes, em grandes mordomias; são os grandes corruptores deste País. Banqueteiam-se entre si, só deixando para o povo as migalhas que sobram. Portanto, Srs. Parlamentares, a nossa posição, nesta Casa, hoje é firme e decisiva. Não nos cabe retroceder, não nos cabe ficar ouvindo cantos da seireia do lado de lá da avenida, do Palácio do Planalto. Não nos cabe, aqui, submeter-nos às minorias que dominam este País hoje. A maioria dos cidadãos brasileiros desta Pátria, a maioria das entidades civis brasileiras colocou claro o que quer, claríssimo, e exige de nós apenas uma palavra de coragem: sim às eleições diretas. Não nos custa muito. Custa-nos apenas a fidelidade ao mandato que tivemos, aos anseios da população brasileira que nos trouxe aqui, hoje, a esta Casa. Concedo o aparte à nobre Deputada Bete Mendes.

A Sr^a Bete Mendes — Obrigada, nobre Colega. Quero parabenizá-la pela contundência de seu pronunciamento. Gostaria de voltar a uma referência de V. Ex^a à data de 25 de abril, quando aqui tentávamos aprovar as eleições diretas pela Emenda Dante de Oliveira. Acionaram-se as chamadas “medidas de emergência”, sob a justificativa de que elas protegeriam o Poder Legislativo, para que ele pudesse decidir livre e soberanamente, sem a pressão popular. Gostaria de lembrar, hoje, que uma nova medida de emergência foi acionada contra o Poder Legislativo. Essa medida chama-se ameaça de retirada da Emenda do Presidente Figueiredo, caso votemos em destaque as eleições diretas já.

A SRA. IRMA PASSONI — Agem como se fôssemos moleques de recado. Agradeço a V. Ex^a, Deputada Bete Mendes, o aparte e gostaria de ressaltar o seguinte: pela segunda vez, esta Casa teve as emergências decretadas. E aqui foi dito, publicamente, que isto ocorreu porque as mulheres ocuparam Brasília, inclusive as galerias do Congresso. Por isso não deu resultado, por causa da pressão popular. E hoje o que nos leva a não votação da emenda? Apenas essas ameaças? Seria vergonhoso para nós e, por isso, acredito que houve uma mudança funda-

mental na atitude dos Senadores e dos Deputados desta Casa no seguinte sentido: de 25 de abril para cá, houve uma retomada do posicionamento de que este Parlamento deve ser soberano, de que o nosso voto deve ser soberano e de que não devemos aceitar, absolutamente, nenhuma ameaça e nenhuma interferência do Poder Executivo sobre nós. Portanto, hoje não há desculpa para emergências, para as panelas vazias, ou para a pressão das mulheres. Pelo contrário, as mulheres, milhões delas, constroem, nesta Pátria, a política nacional, a resistência nacional pelas diretas em praça pública, a luta pela devolução a este País de sua normalidade política e de nossa participação real. Portanto, reafirmamos que é de nossa exclusiva responsabilidade a decisão desta emenda hoje, das eleições diretas já.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

O Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy — Nobre Deputada Irma Passoni, a Nação brasileira novamente aguarda a decisão do Congresso Nacional. Como enfatiza V. Ex^a, desta vez sem medidas de emergência, sem a espada do Gen. Newton Cruz em cima da cabeça dos Congressistas. Mas, se todos os parlamentares tiverem, de fato, ouvido o que a população brasileira disse, em todos os recantos, desde o dia 25 de abril, fora aquilo que havia dito nas grandes manifestações, se cada parlamentar aqui presente ouviu os seus próprios eleitores, os seus concidadãos em todas as cidades, vilas, no campo, no interior ou no litoral, então, certamente, ouviu um único brado: diretas já. Ouviu também quanto houve de desencanto em função daqueles que negaram as diretas já, no dia da votação da Emenda Dante de Oliveira.

Ainda ontem, na praça da Sé, em São Paulo, muitos demonstraram disposição de dar a sua própria vida para que não tenhamos por Presidente alguém cujo caminho tenha sido caracterizado pelo aliciamento de comparsas, pela distribuição de favores, muitas vezes como o uso de recursos públicos. Não pode mais a Nação brasileira admitir essa indignidade. É necessário que uma nova era de democracia efetiva realmente paire sobre a Nação. E que se, irradie do Congresso, hoje ou amanhã, essa decisão que irá concretizar as esperanças de todos aqueles que nos olham atentamente. O Palácio do Planalto dá uma demonstração de falta de coragem, de falta de hombridade, em primeiro lugar, em se abrir com respeito ao que pensa hoje o povo brasileiro. Mostra que se ergue o Presidente Figueiredo com respeito a compromissos que não os da Nação. Em 1982 o povo quis dizer mais uma vez, que queria a democracia. E tanto foi assim que o próprio Presidente se viu impelido a jurar fazer deste País uma democracia. E hoje ele está consciente, possivelmente entre idas e vindas, que não se sabe por quê. Alguns jornalistas dizem que amigos ricos do presidencial, o ex-Governador de São Paulo, teriam eventualmente enviado gentilezas ao Presidente João Figueiredo. Quisera não acreditar que fosse este o motivo eventual da tibieza do Presidente Figueiredo em cumprir seu juramento, de não querer, efetivamente, fazer deste País uma democracia. Vê-se envolvido pela falta de coragem com respeito ao não esclarecimento do que se passa na sua administração. Bate-se o recorde da inflação, há desemprego em massa, a política econômica atende a uma Carta de intenções assinada junto aos credores internacionais e não à carta de intenções formulada perante a Nação brasileira. Os próprios objetivos manifestados pelo Presidente João Baptista Figueiredo em março de 1979, quando falava em prioridade para o desenvolvimento da agricultura, em especial para o combate à inflação, para a melhoria na distribuição das rendas foram, pouco a pouco, sendo esquecidos, e a nossa soberania foi sendo deixada de lado. E eis que, a cada dia, estamos vivendo o pesadelo da possibilidade de se ver cumprida a promessa de anos de fascismo, de anos de endurecimento por parte daqueles que só se manterão no poder através da repressão, porque sabem que o povo não

irá acompanhá-los. O povo não quer saber de ninguém que seja eleito "bionicamente" por este Colégio Eleitoral, que condena.

A SRA. IRMA PASSONI — Porque sabe que a escravidão continuaria, que nada adiantaria para o povo se não mudássemos o mecanismo da força do poder de se expressar, que é o poder do povo, e não a força do poder imposto por esta ditadura ou por quem substituí-la através de um Colégio Eleitoral, que trocava a ditadura militar por uma ditadura civil, e não sabemos até quando.

O Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy — Por isso, nobre Deputada Irma Passoni, nós, do Partido dos Trabalhadores, não podemos admitir outra hipótese que não seja a da destruição deste Colégio Eleitoral. Não podemos admitir outra hipótese que não seja a da eleição livre e direta de um Presidente após o grande debate nacional de idéias, após haver o povo, conscientemente, escolhido o que quer, o que deseja para a nossa História, para o engrandecimento desta Nação

A SRA. IRMA PASSONI — Agradeço, a V. Ex.^a Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy o aparte. Está mais do que claro porque para nós o essencial é votarmos o destaque das diretas já. O resto é tudo acessório. Consideramos importantíssima a questão das diretas nas capitais, consideramos importantíssima a possibilidade de o Distrito Federal eleger deputados e senadores; consideramos importantíssimas as dezenas, até centenas de emendas aqui apresentadas por iniciativa dos parlamentares, que seguiram as palavras do presidente da República na mensagem, quando dizia o seguinte.

"A proposta de emenda que ora remeto ao Congresso Nacional requer que esse ilustre Colégio exerça a sua mais alta prerrogativa, que é a de modificar, em certos pontos, a Constituição. Pede-lhe que adapte a nossa Carta Política às mudanças experimentadas pela sociedade brasileira. O exercício dessa transcendente prerrogativa se traduzirá em manifestação indireta da vontade popular."

O próprio Presidente da República recomenda que modifiquemos certos pontos da Constituição de acordo com a vontade da sociedade brasileira, e foi isso que este Congresso fez e deve agora aprovar, como representante da vontade do povo brasileiro.

Para finalizar, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, quero deixar claro aqui alguns itens que não nos podemos cansar de denunciar neste Brasil. O FMI ordenou ao Brasil o seguinte:

1) Implementar máxi-desvalorização; 2) Reduzir as importações em 17,5% em relação aos níveis de 1982 e 40% em relação aos níveis de 1980; 3) Destruir sua força de trabalho através de mudanças no sistema de correção salarial e manipular índices de maneira fraudulenta; 4) reduzir o crescimento populacional; 5) Impor o "final dos grandes projetos industriais" nas palavras do funcionário do FMI responsável por assuntos brasileiros; 6) Eliminar 10 bilhões de dólares em créditos subsidiados para a agricultura e a indústria e; 7) Encorajar "investidores estrangeiros" e "asset-strippers" a assumir o controle de empresas públicas e particulares carentes de capital.

Isto significa que, não mudando o jogo, continuará a submissão escrava, comandada pelos entreguistas, pelos traidores da Pátria, que se chamam Delfim Netto e Ernane Galvêas, acobertados, infelizmente, pelo Presidente da República.

Srs. Parlamentares, chegou a nossa possibilidade; está em nossas mãos decidir pelo povo ou contra ele; pelo Congresso ou pela destruição dele. Está em nossas mãos

aprovar a emenda que devolve ao povo brasileiro seus destinos, sua história e sua construção. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nilson Gibson

O SR. NILSON GIBSON (PDS — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Ilustres Congressistas, em 16 de abril do corrente ano, o Sr. Presidente da República, João Baptista Figueiredo, encaminhou ao Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional que altera, acrescenta e suprime dispositivos da Lei Maior

O Presidente João Figueiredo, naquela ocasião, convocou ao Palácio do Planalto os Presidentes do Senado e da Câmara Federal, os seus Líderes nesta Casa, o Presidente do nosso partido, o PDS, e ainda o Ministro da Justiça, a fim de que S. Ex.^a pessoalmente comunicasse que estava propondo a restauração do processo de eleições diretas no País, numa demonstração do seu desejo e mesmo por tratar-se de uma medida concreta destinada a conciliar a vontade nacional e a difícil realidade dos problemas institucionais que o Presidente Figueiredo teve ao longo do seu mandato.

Realmente, a mensagem não objetiva a realização de eleições diretas para o corrente ano. Isto porque medida de tal ordem nunca esteve contida no projeto político do Presidente Figueiredo. E a descarta S. Ex.^a quando afirma que a Nação bem sabe que, se fosse o passo mais seguro e vantajoso para a democracia, S. Ex.^a não se recusaria a dá-lo.

Efetivamente, o povo é testemunha de que o Presidente Figueiredo tem cumprido tudo que prometeu durante a sua campanha, durante sua investidura e no seu projeto governamental em curso

Para atingir nossos objetivos e fazer do Brasil uma democracia, o Presidente Figueiredo venceu todos os obstáculos com firmeza e determinação. Na ocasião, o Presidente Figueiredo, quando se preparava para encaminhar mensagem ao Congresso Nacional, disse...

O Sr. Farabulini Júnior — Permite-me um aparte, Deputado?

O SR. NILSON GIBSON — Sr. Presidente, reserve-me o direito de somente conceder aparte quando concluir o meu pronunciamento, para então debater a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — É um direito que lhe assiste, Deputado. Peço aos Srs. Parlamentares que estão no microfone de apartes que não apartem o orador, porque S. Ex.^a assim deseja.

O SR. NILSON GIBSON — Eu dizia que o Presidente afirmava:

"Devo e desejo partilhar com os Senhores esta responsabilidade. Peço que transmitam a todos os Parlamentares do PDS minhas apreensões e meu apelo para que apoiem a solução que agora proponho"

E concluiu S. Ex.^a

"Estarão, assim, ajudando a consolidar o nosso progresso de desenvolvimento democrático. Não podemos capitular ante a miragem de um avanço eleitoral."

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Presidente João Figueiredo, quando solicitou aos pedessistas que tomassem parte na luta e na divisão de responsabilidades do apoio à proposta que ora estava enviando ao Congresso Nacional, tinha fundadas razões, em face do alicerce sólido implantado na tese pelo PDS. O próprio PDS, no dia 1.^o de janeiro passado, lançava uma nota oficial à Nação, dizendo que o foro legal para dirimir divergên-

cias e proceder à escolha de candidatos era a Convenção Nacional. Dizia ainda a nota do nosso Diretório que os membros do partido no Colégio Eleitoral, pelos Estatutos do partido, Letra C, art. 79, estavam na obrigação de sufragar o nome do candidato escolhido na referida Convenção

Agora, Sr. Presidente, a Comissão Mista aprova o parecer do Relator da Emenda do Presidente João Figueiredo, Senador Aderbal Jurema, que estabelece importantes modificações na Constituição Federal, como a das regiões do Nordeste e da Amazônia, que receberão, cada uma delas, a partir do próximo ano, 1,5% do total da receita tributária. Constam ainda da emenda outros pontos: ampliação da imunidade parlamentar para os Deputados Estaduais, comissão de representantes do Poder Legislativo durante o período do recesso parlamentar; não permissão para que Parlamentares cheguem às duas missões, o aumento do número de Deputados Federais de 479 para 487, em decorrência de 8 serem indicados pelo Distrito Federal, eleição direta para Presidente da República em 1988, com redução do mandato para quatro anos, proibida a reeleição; eleição para Prefeitos das Capitais em 15 de novembro de 1988; Presidente e Vice-Presidente da República não poderão ausentar-se do País sem prévia licença do Congresso, sob pena de perderem seu mandato

O Sr. Farabulini Júnior — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. NILSON GIBSON — Ficam adiadas por 12 anos as exigências aos pequenos partidos; ficam assegurados os mandatos dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos em 82. eleições dos Prefeitos das estâncias hidrominerais; e institui o juízo arbitral.

O Sr. Farabulini Júnior — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. NILSON GIBSON — Sr. Presidente, nobres Congressistas, que grande conquista alcançada pelo Poder Legislativo com a Emenda João Baptista Figueiredo!

Ainda hoje, Sr. Presidente, ouvi, com grande atenção, as sábias palavras de um ilustre Líder das oposições. Em um programa de televisão, S. Ex.^a dizia que poderá até ser candidato a Vice-Presidente da República, no Colégio Eleitoral, por um partido das oposições. Afirmava esse Líder que se estava num processo de transição e que devemos criar condições para não haver impasse, examinar o problema com competência política, igualmente como foi realizado pela Comissão Mista. Diz o Líder da Oposição que as grandes dificuldades estariam em três itens: implantação das eleições diretas no corrente exercício, convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, e revogação do Colégio Eleitoral. Diz mais ainda: que a classe política conquistou o espaço perdido no decorrer do tempo, mas agora atravessava um período de transição e de conquista.

Estamos conscientes, Sr. Presidente, de que precisamos avançar no modelo democrático implantado inicialmente pelo Presidente Geisel, em janeiro de 79, com a revogação dos atos de exceções e a admissibilidade do **habeas corpus** nos casos dos crimes contra a segurança nacional. Há necessidade deste garimpo em favor da democracia, conforme hoje externou, também num programa de televisão, o Presidente do Congresso Nacional, Senador Moacyr Dalla

O Sr. Farabulini Júnior — Permite V. Ex.^a um aparte, ou vai fazer monólogo?

O SR. NILSON GIBSON — Mas, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, no texto constitucional, as eleições são indiretas para a Presidência da República. Hoje, a Lei Maior prevê eleições indiretas para Presidente da República. A proposta do Presidente Figueiredo deseja implantar as eleições diretas para 1988.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, sigamos nosso raciocínio. Sucede que as oposições querem implantar eleições diretas a partir do corrente ano para a sucessão do Presidente Figueiredo, mas não têm **quorum** especial, exigido pela Lei Maior, isto é, dois terços do Congresso Nacional. Com efeito, as oposições pretendem implantar estas eleições de todo jeito, não pelos seus próprios votos, e sim com alguns dos nossos votos. Mas os opositores querem forçar o PDS a ter de aderir a eles ou mesmo o PDS a ter de manter a situação atual de 2/3, ou mesmo repito — querem fazer os 2/3 para atender ao que desejam as oposições, isto é, implantar eleições diretas em 1988 com redução de mandato. Esse é o quadro.

Não é possível, as oposições não podem pretender, Sr. Presidente, mandar no Congresso Nacional através apenas de uma das Casas Legislativas, que seria, no caso, a Câmara dos Deputados. Em conjunto, tem, evidentemente de manter a sua liderança nas duas Casas do Congresso, que é uma Casa de homens experimentados e com largas folhas de serviços prestados à política nacional.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, foi dito daquela tribuna, afirmado daquele lado que não existe a verdade política nacional. Existe a verdade política nacional: é o avanço dos comunistas no País.

Sr. Presidente, sou um homem que não tem casa para morar no meu Estado de Pernambuco, e posso dizer a V. Exª que tenho sido eleito pelo voto do povo, livre e correto, do Estado de Pernambuco. Faço esta declaração e este apelo ao Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, autor da Emenda nº 11 de 1984. E não vão pensar os Srs. Congressistas que é como que um sinal verde para que aqui chegasse um pedido da retirada da Emenda. Não vai nisto nenhuma insinuação. É apenas uma posição política de um jovem e modesto Parlamentar do Estado de Pernambuco. Repito, sou pelas eleições diretas em todos os níveis, mas atualmente não poderia engrossar uma posição favorável no sentido de se modificar o processo eleitoral da sucessão presidencial, iniciada em novembro de 82, e continuando com as convenções realizadas em 83, nos vários partidos políticos. Entendo que o impasse das oposições está criado. Assim, em decorrência da posição radical das oposições, caso não haja o acordo, formulo ao Sr. Presidente João Figueiredo veemente apelo no sentido de que, na forma do art. 42 do Regimento Comum, encaminho ao Congresso Nacional ofício solicitando a retirada da Emenda nº 11, de 1984, e envie concomitantemente, outra emenda, para que possamos novamente discutir e deliberar, a fim de que o povo brasileiro possa realmente ter a sua ansiada posição política nacional.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tobias Alves:

O SR. TOBIAS ALVES (PMDB — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas: 31 de março de 1964 — fim de junho de 1984, vinte anos e alguns meses se passaram, e este sistema imposto à Nação nos levou à beira do caos, a este impasse nunca visto na História brasileira. Quantos artifícios, Srs. Congressistas, e manobras desonestas para que os detentores do poder pudessem nele se manter esse tempo todo! Decretos-leis, sublegendas, decurso de prazo. Quando governava este País o General Geisel, toda emenda que alterasse a Constituição necessita apenas da maioria absoluta, e se passou a exigir dois terços dos membros de cada uma das Casas do Congresso. E quantos anos ainda este sistema, através dessas manobras escusas, permanecerá no poder em prejuízo de toda a sociedade brasileira!? Mas a ditadura — ou, melhor dizendo, as ditaduras — são assim mesmo. Exigiram dois terços e, durante muito tempo, os ditadores puderam continuar no poder. Hoje isso ameaça o General Figueiredo e seus assessores. E eis que

vem uma Emenda a este Congresso, enviada por ele, e já corre o comentário de que daqui a pouco ela será retirada. Mas a sociedade brasileira não suporta mais, apesar de tantos artifícios, de tantas manobras escusas, conforme já afirmei.

A ditadura está chegando ao final, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, e a sociedade está lá fora na expectativa de eleições diretas, a sociedade está esperar da classe política uma saída condigna. Se esta saída não vier, não tenho menor dúvida, com a experiência de político de vinte anos da Oposição, iremos chegar ao caos, porque quem está no comando da política nacional não tem experiência de política alguma, eis que nunca foram sequer candidatos a Vereadores. Então, é claro que irão dar com a cara na parede, que não irão dar conta do recado, porque foram para um setor que lhes é alheio completamente. E hoje a sociedade não tem dúvida. Que coisa boa se nós, da Oposição, viéssemos aqui e não tivéssemos argumentos, porque a Nação estaria se desenvolvendo e o povo satisfeito. Isso seria bom demais. Mais tudo acontece ao contrário.

Lembro-me bem no dia em que o Ministro Delfim Netto veio à Câmara dos Deputados. Ele estava naquela tribuna e Deputado Herbert Levy, do PDS de São Paulo, aqui, na nossa tribuna, disse a S. Exª: Ministro, faça tudo ao contrário do que tem feito até hoje e esta Nação será a maior do mundo. E será mesmo. Se eles tivessem feito tudo ao contrário, o Brasil hoje seria a maior Nação. Se não vejamos, não com conversa, mas com fatos concretos. O Brasil é campeão da inflação; o Brasil é campeão da dívida externa; o Brasil é campeão da dívida interna. O Brasil é um dos campeões da mortalidade infantil. O Brasil é um dos campeões do analfabetismo. O Brasil é um dos campeões naquilo que não é bom, naquilo que não presta, Sr. Presidente, Srs. Congressistas. Até a Seleção brasileira de futebol que era a melhor do mundo, hoje se igual às demais. Mas tinha de acontecer isto e a oportunidade de corrigirmos tudo é hoje. Se frustramos a sociedade, ela não nos irá perdoar. Este Congresso Nacional não pode mais uma vez frustrar a sociedade. Digo mais uma vez porque tantas vezes já frustrou, quando, como, há poucos meses, quando rejeitou a Emenda Dante de Oliveira e eu saí daqui, na madrugada do dia 25 de abril, profundamente decepcionado. Mas, Srs. Congressistas, se alguns parlamentares do PDS aqui não vieram para votar a Emenda Dante de Oliveira hoje surge a grande oportunidade de se reabilitarem.

Concedo, com prazer, o aparte ao nobre Deputado Amadeu Geara.

O Sr. Amadeu Geara — Nobre Deputado Tobias Alves, V. Exª apontou dois pontos interessantes e pertinentes à matéria. Temos notado que o Governo, pleno de cabotismo, não tem sequer decência de aceitar as regras do jogo que, casuisticamente, impôs ao Congresso Nacional. Agora mesmo, com a exigência de dois terços para aprovar emendas constitucionais, quando o Governo se vê a frente com o impasse criado pela mensagem enviada pelo Presidente Figueiredo a esta Casa, mensagem que não correspondia ao anseio nacional, mas servia basicamente para dar uma justificativa para os Deputados e Senadores do PDS não votarem a Emenda Dante de Oliveira e, em segundo lugar, para criar condições de negociação com as Oposições, que não admitiam mexer nas eleições diretas pela via do Colégio Eleitoral em 1985, agora, repito, com esse impasse, sendo obrigado o PDS a aprovar o destaque do artigo que regulamenta o Colégio Eleitoral, vem aí a notícia que o governo pretende retirar a sua mensagem. E o Sr. Deputado Nilson Gibson, conhecido pelas suas posições de absoluta subserviência ao regime, não tem pejo de vir da tribuna e pedir para que retire o Presidente da República a mensagem enviada a esta Casa. Isso demonstra que eles não querem negociação; demonstra que não aceitam sequer,

como disse antes, as regras do jogo que impuseram. E quando V. Exª falou na Seleção Brasileira de futebol, isso lembra, Deputado, até mesmo o tipo de jogo que o Governo quer implantar, no qual só pode haver vitória para o seu lado. Quando a coisa complica, lembro a velha história do garoto dono da bola. Se não se montar o time de acordo com a sua vontade e o jogo for ganho com o score que ele desejar, ele retira a bola e leva embora para casa. É isso que pretende fazer hoje o Presidente Figueiredo. Mas eu fico surpreso porque será a primeira vez na história, meu caro Deputado Tobias Alves, que um General vai tocar o toque de retirada antes que a batalha comece. Parabéns a V. Exª.

O SR. TOBIAS ALVES — Ouço o nobre Deputado Farabulini Júnior.

O Sr. Farabulini Júnior — V. Exª marca, em nome de Goiás, um ponto alto da história brasileira, que é exatamente o fracasso a que chegou esta Nação em face dos 20 anos de autoritarismo. Examine V. Exª, em seu brilhante pronunciamento, o fato de um Deputado do Partido Democrático Social ter ocupado a tribuna agora, ter negado aparte aos Deputados da Oposição, da qual faço parte e V. Exª também, para pedir a retirada da proposta. S. Exª, o Deputado Nilson Gibson, é conhecido nesta Casa como malufista inveterado e quer fazer aqui o jogo do Sr. Paulo Salim Maluf. Entende S. Exª que, retirado o projeto, as armas da Oposição estarão totalmente descaracterizadas. Ao contrário, retirada a emenda, o Presidente da República descenderá a rampa, entrará, como já disse na lama de seus pecados e aí o débito será maior. Mas temos aqui outros recursos e outros mecanismos. Temos a emenda do Deputado Theodoro Mendes, um exemplo que poderá manter viva a chama das eleições diretas, quer queira ou não o Presidente da República. Parabênico V. Exª pelo brilhante pronunciamento que faz.

O SR. TOBIAS ALVES — Muito obrigado, Deputado Farabulini Júnior. Incorporo o aparte de V. Exª ao meu modesto discurso.

Falam na legitimidade do Colégio Eleitoral. Não são necessários mais do que dois itens para provar e comprovar a sua ilegitimidade. Observem V. Exªs. Primeiro atribui aos pequenos Estados brasileiros em população, em eleitores, é claro, o mesmo número de delegados que os grandes Estados da Federação. Segundo, as Oposições, em 1982, obtiveram mais votos do que o partido oficial — cerca de sete milhões de votos. Como o partido do Governo pode forjar o Colégio Eleitoral ao seu bel prazer? Bastam esses dois itens, Srs. Congressistas, para provarmos a ilegitimidade desse Colégio Eleitoral, que, mais do que espúrio, é até imoral, pois como uma minoria flagrante vai representar toda a sociedade brasileira?

E vemos ainda cidadãos brasileiros, principalmente pertencentes ao partido do Governo, dizerem de boca cheia "Revolução de 1964". Quem conhece um pouco de política não diria isso, de maneira nenhuma. O que quer dizer revolução, politicamente falando? É um cidadão chegar ao Poder através do voto popular, através do apoio do povo. Mas o que é golpe de Estado, politicamente falando? É alguém assumir o Poder através da coerção, da força, das armas. Foi assim que eles chegaram ao Poder em 1964. Então, em 1964, não houve revolução no Brasil. Nem aqui, nem em lugar nenhum, poder-se-ia denominar aquilo de revolução! Foi um golpe de Estado. E quem conhece um pouquinho de política sabe que esta é uma verdade cristalina.

Então, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, hoje é a grande data para este País, é a sua grande oportunidade. Alguém do PDS pode dizer: pertencem ao Governo. Mas, esse alguém deveria pensar que foi eleito pelo povo, e não pelo Governo. Ele foi eleito por um partido, e no

bojo de cada partido, neste País, está-se falando em eleições diretas.

Esta é a grande oportunidade para todos, Sr. Presidente, Srs. Congressistas. Se a deixarmos passar, francamente — temo eu — vamos assistir a fatos horríveis nesta Nação. E já contamos com alguns fatos concretos, já citados aqui. Não é à — toa que trabalhadores rurais do interior de São Paulo, trabalhadores urbanos do Rio de Janeiro, e mesmo de outros Estados, já começaram a fazer quebra-quebra. Não desejamos isso. Queremos um País pacífico, ordeiro, e a sociedade tem dado prova disso.

No meu Estado, em Goiás, 500 mil pessoas se reuniram na Praça Cívica; no Rio de Janeiro, 1 milhão de pessoas; em São Paulo 1 milhão e meio, e ninguém ouviu dizer que houve um mínimo tumulto. Então, está provado que a sociedade brasileira é mais do que ordeira e pacífica. Mas pequeno grupo que se encontra à frente desta Nação, parece-me, está querendo levar-nos para um lugar que ninguém deseja, para uma situação em que a sociedade entraria numa briga sem fim, irmãos matando os próprios irmãos. Isto não pode acontecer, e este Congresso, hoje, tem a grande oportunidade de evitar fatos que, tenho certeza, serão dos mais desaconselháveis possíveis, e que poderão ocorrer se frustrarmos a sociedade e lhe negarmos o direito de escolher o Presidente da República.

Então, faço esta advertência como irmão brasileiro, acima de qualquer partido político, porque, na realidade, no Brasil não existem partidos políticos. Partidos políticos são aqueles criados de baixo para cima, criados nas bases; e os que estão aí foram criados na cúpula, foram criados de cima para baixo. No dia em que redemocratizarmos esta Nação, estou certo de que não serão criados apenas cinco siglas, mas 20, 30, 50 siglas partidárias, quantas forem necessárias para comportarem todo o pensamento da sociedade, toda a ideologia política.

Concedo ao nobre Deputado Jacques D'Ornellas o aparte.

O Sr. Jacques D'Ornellas — Nobre Deputado Tobias Alves, estamos ouvindo atentamente o seu discurso. Gostaríamos de fazer um comentário às palavras de V. Ex^a, quando se refere à questão de irmão matar irmão. Este regime que aí está, este regime dos generais do Alto Comando, essa ditadura sangüinária não tem feito outra coisa, em 20 anos, senão matar os irmãos brasileiros. Basta citar uma cifra, aventada pelo próprio Ministro da Saúde, Dr. Waldyr Arcoverde, para que se constate o assassinato pela fome, a morte pela fome, de 300 mil crianças, apenas em 1984. Se considerarmos 4 anos de alongamento do regime dos generais, da ditadura militar, e projetando a média mencionada pelo Ministro, de 300 mil crianças, teremos a cifra de 1 milhão e 200 mil crianças assassinadas por um Governo genocida, assassino que é, de fato, dos irmãos brasileiros. Qualquer levante popular, qualquer revolução mataria muito menos, em qualquer circunstância. Este Governo tem seus dias contados, não resta dúvida. A colocação das diretas já era apenas uma alternativa pacífica para essa situação, mas, na medida em que o Governo se mantém no propósito de não aceitar negociação, não aceitar as diretas já, não aceitar a vontade popular expressa nas ruas, ele apenas causa um impasse, que o povo terá de revidar com um levante concreto contra este regime, para varrer do poder esses generais fascistas e traidores e para implantar aqui o poder popular, o poder democrático das amplas massas brasileiras e acabar com esses genocídios, esses assassinatos assumidos das crianças nordestinas e de todos os brasileiros deste País.

O SR. TOBIAS ALVES — Concluo, Sr. Presidente, agradecendo ao nobre Deputado Jacques D'Ornellas o aparte e fazendo um apelo.

Esta oportunidade é histórica, será inesquecível para a Nação brasileira. Temos certeza de que sairemos todos de cabeça baixa deste Congresso se parte dos Srs. Congressistas rejeitar as eleições diretas já, porque só elas abrirão um novo caminho para a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Manoel Gonçalves.

O SR. MANOEL GONÇALVES (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, fiel aos reclamos de minha consciência, coerente com a minha conduta na vida política e procurando interpretar a vontade soberana do povo, votei, no dia 25 de abril último, a favor da Emenda Dante de Oliveira, que propunha o restabelecimento de eleições diretas já, para Presidente da República.

Deixei, naquela oportunidade, de atender a muitos pedidos, em sentido contrário, de ministros, de lideranças do Governo, do meu partido e do próprio Presidente da República, o que muito me sensibilizou pela maneira cortes, atenciosa, aberta e verdadeiramente democrática com que ouviu as minhas ponderações.

Entre o Governo a que pertenço, entre o PDS sob cuja legenda me reelegi e o povo, preferi ficar com este último, porque tem o direito de não ser defraudado, por seus representantes, em suas legítimas reivindicações.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Wilmar Palis.

O Sr. Wilmar Palis — Nobre Deputado Manoel Gonçalves, a fala de V. Ex^a engrandece este Parlamento. Entre o Governo e o povo, V. Ex^a preferiu ficar com este, votando, no dia 25, nas diretas já. Assim também nós ficamos com o povo votando nas eleições diretas no dia 25 e votaremos hoje. Com bravura, com destemor indômito, não se importando com nenhum favorecimento pessoal, parta de onde partir, V. Ex^a prefere ficar ao lado dos reclamos da Nação. Nós temos o dever indeclinável de votar nas eleições diretas já. Só eleições diretas já tirarão o País do caos político e administrativo em que se encontra. Não há outra forma. V. Ex^a, nobre Deputado Manoel Gonçalves, merece os aplausos deste Parlamento. V. Ex^a o engrandece, e esperamos que continue nessa jornada cívica em favor dos reclamos desta Nação. Diretas já, sem conchavos, sem arreglos, sem nenhuma negociação por baixo do pano. Não temamos o Governo, não temamos o Presidente da República, não temamos ninguém, com a nossa consciência tranqüila, ao lado do povo brasileiro. Agradeço a V. Ex^a e parabeno-o pela brilhante oração que vem fazendo.

O SR. MANOEL GONÇALVES — Agradeço sobre modo a V. Ex^a o aparte, que faço inserir no meu pronunciamento.

Continuando, Sr. Presidente:

Por 22 votos, infelizmente, não foi aprovada, naquela histórica noite de 25 de abril, a Emenda Dante de Oliveira. As esperanças, entretanto, permanecem vivas nos corações brasileiros.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, hoje, como no dia 25 de abril, o povo, nas suas mais justas e legítimas aspirações, continua a exigir dos seus representantes no Congresso Nacional, eleições diretas já, para Presidente da República.

Assim, nada abalará nossa esperança de que, apesar dos percalços, ainda está em nossas mãos modelar o futuro do País e, como fiéis mandatários da vontade popular, interpretar os anseios coletivos de eleições diretas já, para Presidente da República.

Vivemos, no momento, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, um impasse político de enormes proporções. A Nação precisa encontrar-se com o Estado, o povo com o Governo. Caso contrário, mais do que o limiar de um retrocesso político, estaríamos à beira do caos social.

Para que isso não ocorra, é imprescindível que saibamos assegurar ao povo a plena satisfação de seus anseios democráticos.

Ouço o Deputado Chagas Vasconcelos.

O Sr. Chagas Vasconcelos — Deputado Manoel Gonçalves, na qualidade de conterrâneo de V. Ex^a, já conhecia sua formação democrática, o seu passado, a sua origem de homem do povo, nascido no pé da serra de Santana, ligado, por laços de parentesco, ao maior poeta popular do Nordeste, que é a Patativa do Açaré E V. Ex^a, com esta origem, com esta formação, não teria outra posição senão esta, ao lado do povo, ao lado do programa do seu partido, ao lado, enfim, da moral e da decência, da dignidade do homem público. Sinto-me honrado e satisfeito em ser seu colega e sei que a bancada do PDS, tendo V. Ex^a como exemplo, haverá de engrossar ainda mais a legião daqueles que lutam para dar ao homem público da nossa terra a dignidade de que ele precisa, para imprimir a confiança do povo brasileiro. Porque, Deputado Manoel Gonçalves, o que entristece a nós, homens públicos, é justamente isto: o povo está descrente dos seus líderes. Quando uma revista nacional faz uma enquete e nós, homens públicos, recebemos o índice mais baixo de aprovação, isto nos deixa tristes, porque não vemos esperança para o povo. E um povo desesperançado, Deputado Manoel Gonçalves, é um povo capaz de atos de loucura, que podem levar esta Nação a dias difíceis, como o próprio Senador Amaral Peixoto, com sua experiência, na presidência do seu partido, alertava todos nós num programa de televisão. Sinto-me satisfeito em ver o meu Estado, em ver o nosso Açaré, que conheci na campanha de Senador, o Açaré da Patativa que a própria França, de joelhos, honra com um estudo da sua poesia. Sinto-me horrado, Deputado Manoel Gonçalves, em ver V. Ex^a da tribuna dizer que está ao lado da oposição, ao lado das diretas já, ao lado do povo brasileiro, neste momento de desesperança e desencanto.

O SR. Manoel Gonçalves — Nobre Deputado Chagas Vasconcelos, V. Ex^a muito me sensibilizou não só pela eloqüência do aparte, mas sobretudo porque foi às origens a que estou ligado. V. Ex^a falou da minha serra de Santana, como eu falo, nesta oportunidade, da sua santana do Acaraú. Falou V. Ex^a do meu Açaré, do grande poeta Patativa, o meu primo; falsa do Açaré, cujo prefeito é meu irmão, como falo do Santana do Acaraú, cuja Prefeita é sua filha. O aparte de V. Ex^a engrandece o meu pronunciamento, nobre Deputado Chagas Vasconcelos. V. Ex^a é Deputado do PMDB, partido de que sou egresso. Sempre fizemos campanha juntos, V. Ex^a para Senador da República e eu, para Deputado Federal. Depois passei para o PDS. Não vim puxado pelo braço de ninguém. Estou no PDS com os mesmos princípios que defendi na Oposição. Vim para o PDS para atender ao pedido do Presidente João Figueiredo, quando disse que queria fazer deste País uma democracia. Mas eu disse isso ao Presidente da República, quando, antes do dia 25 de abril, S. Ex^a me pedia que não votasse a favor da Emenda Dante de Oliveira. E S. Ex^a me pedia democraticamente. Nem pelo gabinete de S. Ex^a eu passei quando saí da Oposição e vim para o PDS. Assim agi para ter a independência que tive no dia 25 de abril e nos dias da votação dos Decretos n^{os} 2.024 e 2.065, como também terei hoje, dia 27, para vermos — e as esperanças estão conosco — de vez atendidos os anseios legítimos do povo brasileiro que são as eleições diretas já.

Concedo o aparte com muito prazer ao nobre Deputado Farabulini Júnior

O Sr. Farabulini Júnior — Deputado Manoel Gonçalves, desejo cumprimentá-lo menos porque V. Ex^a está afirmando que está na tricheira, do lado de cá, e mais vis maior, como homem que sabe estabelecer, na dialética, a verdade da história, acaba de referir-se às mãos estendi-

das do Presidente. O povo também estendeu a S. Ex^a, o Sr. Presidente, as mãos, justamente no instante em que teve problemas de saúde. Aí o povo brasileiro, confrangido, estendeu-lhe a mão. E agora, Deputado, V. Ex^a, que é das hostes do Partido Democrático Social, poderá fazer um trabalho dos melhores daqui para as horas subseqüentes da votação. Procure atrair deputados do Partido Democrático Social. Falar bem de Cristo aos cristãos seria perder tempo, mas V. Ex^a poderá falar bem de Cristo aos ateus e, principalmente, à hoste malufista que está no Partido Democrático Social e que pretende a retirada da Emenda. Já se sabe, está pressionando o Presidente da República para que o faça, mas estamos certos de que S. Ex^a não pretende resvalar rampa abaixo com esta atitude, o que, na verdade, o deslustraria. Parabéns, Deputado Manoel Gonçalves. V. Ex^a é o arauto da democracia e agora diz bem alto do seu entusiasmo, do seu idealismo e da sua combatividade, enquanto afirma não estar atrelado à maquininha partidária, mas aos seus próprios ideais.

O SR. MANOEL GONÇALVES — Muito Obrigado, Deputado Farabulini Júnior. Agradeço sobremaneira a V. Ex^a o seu aparte. No momento em que V. Ex^a me solta que peça adesão aos meus companheiros, concitaria agora a Frente Liberal, cujos participantes — cerca de 18 que não votaram a Emenda Dante de Oliveira — que não votaram em 25 de abril, votassem hoje a subemenda, porventura destacada, estabelecendo eleições diretas já. Não posso entender que, sendo da Frente Liberal, não tenham liberdade total para que, nessa oportunidade, venham-se juntar a todos nós. Se faltaram 22 votos no dia 25 de abril, certamente hoje, com a Frente Liberal teremos aprovada a subemenda, porventura destacada, estabelecendo as eleições diretas já. Agradeço a V. Ex^a, sensibilizado, o aparte.

Não são os partidos, sozinhos, que devem comandar o processo político. Isso seria ir contra o testemunho e a lição da História.

Os partidos políticos no Brasil, nos dias atuais, estão sendo conduzidos mais pelo povo do que pelas suas lideranças. Daí reconhecermos que somente o povo, na sua sabedoria ou na sua intuição, deve inspirar os caminhos a serem percorridos pela Nação, porquanto as conquistas sociais e políticas duradouras são aquelas que não se mostram desvinculadas das genuínas aspirações coletivas e têm a espontânea solidariedade da opinião pública.

É por isso que leio aqui, num jornal de Brasília, editorial em que o editorialista diz: "A Explosão Geral". A respeito do PDS o editorialista escreve:

"PDS: SEM LIDERANÇA

O PDS, depois da renúncia de Sarney é um partido sem liderança. Ou antes, com muitas lideranças. Por isso mesmo, é um partido sem rumo. Cada candidato puxa-o para um lado. Cada interesse em conflito empurra-o para outro. Se o Senador Filinto Müller ou o ex-ministro Petrônio Portella estivessem vivos, não reconheceriam mais a antiga Arena, tão dócil e passiva a todas as ordens emanadas do Planalto, exatamente como as ordens unidas dos quartéis."

Sobre o PMDB, o editorialista comenta:

"Desde o dia 25 de abril, quando a emenda Dante de Oliveira foi rejeitada, o PMDB é um partido indeciso e sem rumos; que deixou na orfandade seus milhões de seguidores em todo o Brasil. O seu discurso liberal e radical, impede que a sua prática aceite o convite para deitar-se no leito espúrio do Colégio, mesmo que seja para desfrutar dos prazeres que ele promete. Entre o dever e o querer, consuma-se o drama opositor ainda sem decisão."

Esta é a situação, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Os partidos políticos, neste País, estão perdidos dentro de si mesmos. Os partidos políticos estão a reboque do próprio povo. É o povo, na sua sabedoria, defendendo as suas aspirações mais legítimas que, ordeira e pacificamente, está levando os partidos de Oposição, as lideranças opositoristas aos palanques, porque jamais as lideranças opositoristas teriam condições de levar milhões de pessoas às praças públicas.

Sr. Presidente, continuo meu pronunciamento.

A nacionalidade reclama, o povo exige, nos seus mais variados segmentos, a sua participação livre e soberana na escolha em eleições livres e diretas do próximo Presidente da República.

Com esta convicção, venho à tribuna, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, para assumir, de novo, o compromisso com o povo no sentido de votar, nesta sessão do Congresso Nacional, a favor de qualquer proposição ou destaque que venha a restabelecer eleições diretas já, para Presidente da República, decisão que, se aprovada, representará marco fundamental nessa árdua e fascinante caminhada rumo à verdadeira democracia que, com a responsabilidade que deve ter cada parlamentar e a determinação do nosso povo, haveremos de alcançar.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado João Divino.

O SR. JOÃO DIVINO (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há um princípio ético segundo o qual "a lei deve estar de acordo com a moral, ao lado da moral, conforme a moral mas nunca, jamais, contrário à moral.

Partindo desse milenar princípio, chega-se a uma conclusão, inegável, de que o Congresso Nacional, nesta sessão histórica, está reunido para discutir uma emenda, imoral, que tem por objetivo remendar outro ato de agressiva imoralidade, isto é, a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, cuja modificação o Presidente Figueiredo está propondo.

Se não, vejamos. A Emenda Constitucional nº 1, de 1969, que deu origem à atual Constituição, foi imposta ao povo brasileiro por um triunvirato militar destituído de qualquer legitimidade para a elaboração de uma Constituição para o povo brasileiro.

Esse triunvirato militar, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, usurpou do povo brasileiro o seu poder constituinte para eleger, soberanamente, através do voto direto e secreto, legítimos representantes seus para a elaboração de uma carta política democrática e sociologicamente adequada à situação do País.

Esse triunvirato militar, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, não dispunha, por outro lado, além de legitimidade política, de conhecimentos filosóficos, sociológicos e políticos para a elaboração de uma Carta Magna para o País.

A partir daí, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, o povo brasileiro passou a ser vítima do casuísmo, da prepotência, da imposição de um processo econômico desumano, cruel e criminoso, e, em consequência, o Poder Legislativo passou a conviver com propostas que preservam em seu bojo a continuidade da imoralidade instaurada no País pelo regime dominante.

Por tudo isto, discutimos, hoje, outro ato de imoralidade que nos oferece o Poder Executivo através da Emenda Figueiredo.

Se não, vejamos. Um dos principais objetivos da Emenda Figueiredo, ora em discussão, era frustrar a aprovação da Emenda Dante de Oliveira, que previa eleições diretas já, frustrando, conseqüentemente, a esperança e o entusiasmo de mais de 96% do povo brasileiro, que, uníssono, pede eleições diretas já.

A Emenda Figueiredo, ora em discussão, tem por objetivo preservar o imoralismo e desfigurado Colégio Elei-

toral, composto por Senadores biônicos, para garantir a nomeação do próximo Presidente da República, contra a vontade de 96% do povo brasileiro, num desrespeito acintoso ao princípio constitucional de que — todo poder emana do povo e em seu nome é exercido".

V. Ex^a tem o aparte, nobre Deputado.

O Sr. Valmor Giavarina — Nobre Deputado João Divino, acho que é oportuno fazer uma colocação ao brilhante discurso que profere nesta Casa. Paro para refletir sobre o que estamos fazendo ainda nesta Casa, hoje, quando, pelos corredores, Líderes do governo já têm como certa a retirada da Emenda presidencial proposta à apreciação desta Casa. O sintoma está aí. Olhem para aquele lado: o lado da Bancada do PDS está quase que vazio. Olhem para aquela tribuna: foi usada uma ou duas vezes na manhã e na tarde de hoje. E nós, das Oposições, estamos aqui a pregar as nossas idéias, as nossas convicções, a tentar convencer cadeiras, e não Deputados, porque eles não estão aqui. Mas tudo isso, Deputado, a meu ver, nada mais é do que o pano de fundo pretendido pelo Sr. Presidente da República. Pano de fundo para quê? Porque ele está a tentar construir, através da nossa presença, através da nossa palavra, um enterro de primeira classe, porque enterrado este Governo já está e não aceita enterro de segunda e de terceira. Eles já chegaram à convicção de que estão perdidos e só têm uma saída: correr do Plenário, batendo em retirada.

O SR. JOÃO DIVINO — Agradeço a V. Ex^a o brilhante aparte e o incorporo ao meu pronunciamento. Prossigo, Sr. Presidente.

A Emenda Figueiredo significa também um recurso, imoral, para que o regime continue, contra a vontade soberana do povo, perpetuando-se no poder, pois quem poderá garantir que, ao aproximar o ano de 1988, o regime não invente outro casuísmo, outro fechamento do Congresso, para mudar as regras do jogo?

O regime é mantido por atos de imoralidade e, em consequência, Sr. Presidente, faz com que o Congresso brasileiro passe a decidir sobre atos de imoralidade.

O regime dominante, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, quer que tudo continue como está, tanto é assim que, diante da mínima possibilidade de ser derrotado, hoje, nesta Casa, já se prepara para retirar a emenda que ora discutimos.

O povo, por outro lado, está pedindo, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, eleições diretas já como única perspectiva contra a impunidade de Delfim Netto, um dos maiores algozes do povo brasileiro.

Como única perspectiva, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, contra a impunidade dos responsáveis pelos vergonhosos, imoralíssimos e criminosos escândalos do petróleo, da usina nuclear, da compra da Light, do Projeto Jari, da Dow Chemical/Golbery, da Ferrovia do Aço, do caso econômico, do caso Laureano, do caso Corroa Brastel, do caso Lume, do caso Delfin, do caso Luftalla, do caso CAPEMI, do caso polonetas etc. etc.

O povo está pedindo diretas já, Sr. Presidente, como única perspectiva contra a impunidade dos que mataram centenas de jovens, jornalistas e intelectuais nos cárceres da ditadura do Brasil.

O povo quer eleições diretas já, Sr. Presidente, como única perspectiva contra a impunidade dos assassinos da Sr^a Lyda Monteiro da Silva, funcionária da Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro; ou contra a impunidade dos assassinos do jornalista Alexandre Von Baumgarten, dos seqüestradores do jurista Dalmo Dallari.

O povo quer eleições diretas já, Sr. Presidente, como única perspectiva contra o FMI, desumano, cruel e sádico gestor da massa falida brasileira.

O povo quer eleições diretas já, Sr. Presidente, como única solução contra o desemprego, o arrocho salarial, a

fome, o desespero e a miséria que se impõem a toda a comunidade brasileira.

O povo não aceita mais, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, nem pintado de ouro, vestido de cordeiro ou em trajes de monges de instituições filantrópicas, esse regime composto de feras antropóides, lobos vorazes, que trai o Brasil e desonra o seu povo.

Sou povo e como tal caminho com minha gente pelas estreitas veredas da liberdade, por onde todos passamos em busca da axiomática libertação de nossa Pátria, em busca das Diretas já.

Concedo o aparte ao nobre Deputado José Genoíno.

O Sr. José Genoíno — Nobre Deputado João Divino, V. Exª tem razão quando diz que o que se quer fazer nesta Casa é brincar, é tripudiar em cima dos interesses do povo brasileiro, o Governo envia uma emenda e ameaça retirá-la. E aquele da Oposição que for conivente com isso pagará um preço diante da intransigência popular, porque o povo brasileiro que vai à praça reivindicar a eleição direta para Presidente da República que está sofrendo com o achatamento salarial, com a repressão, com a fome, com o desemprego não perdoará, de maneira alguma, que mais uma vez tripudiem e brinquem em cima dos seus interesses. Não perdoará este Governo que está transformando as suas iniciativas institucionais num verdadeiro circo, como também não perdoará aqueles da Oposição que sejam coniventes com esse circo, que sejam coniventes com essas jogadas, que mais uma vez tentam, na História do Brasil, colocar debaixo da mesa de negociações os interesses dos trabalhadores e do povo brasileiro.

O SR. JOÃO DIVINO — Muito obrigado, nobre Deputado. Incorporo o aparte de V. Exª ao meu pronunciamento.

Para encerrar. Sr. Presidente, vou dizendo:

Companheiros amigos, tudo vai mal.
A pena do povo está vazia.
No Governo só se vê General.
E na mais irônica das ironias,
Só se fala sobre democracia
E em progresso com justiça social.
Com a avarenta da multinacional
E a militar autocracia
Quem não é pobre já virou marginal.
Falta emprego até para o bóia-fria
E a fome e o desespero é geral.
O remédio é simples e natural:
Ou votamos em eleições diretas já,
Ou jamais teremos paz ou moral.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, aguarda a Nação brasileira, com séria expectativa, a decisão que esta Casa tomará hoje. Mas entre a decisão que a Casa tomará e o momento de agora há também outra expectativa, que é a da possibilidade, por parte do Governo, da retirada da emenda que leva o nome do Presidente da República. Não é possível que esta Nação brasileira, que se mobilizou por mais de seis meses, comparando de Norte a Sul, de Leste a Oeste, às praças públicas e às manifestações, seja frustrada neste momento em que toda ela se une a manda para esta Casa representantes deste Brasil inteiro, na pessoa de vereadores, Prefeitos, universitários, médicos e homens da mais humilde origem do povo brasileiro. Não se aceita, Sr. Presidente, que durante todo esse período se tenha feito um jogo de empurra com a classe política do País. Constituiu-se uma Comissão Mista, presidida por um parlamentar da nossa agremiação partidária e tendo como Relator

um Senador da República, escolhido nas hostes do PDS. Foram ouvidos vários segmentos da sociedade. Os parlamentares se sucederam na apresentação de emendas, estas ora de cunho político, ora de cunho social. E agora, Sr. Presidente, o Governo chega à conclusão, tardiamente, de que pode vir a ser derrotado. Desde a tarde de ontem, tem havido uma verdadeira enxurrada de pressões, chantagens, ameaças e notícias, umas, com certa lógica, outras, sem nenhum fundamento, na tentativa de desestabilizar ou pressionar os Congressistas do Brasil. Mas está aqui o Congresso Nacional de pé, pronto para cumprir o seu chamamento, o seu dever. Temos a certeza de que, a partir das 19 horas, estaremos votando não mais uma emenda, não mais um projeto, não mais um sonho, mas a realização e concretização de toda a aspiração do povo brasileiro, aguardada há mais de 20 anos de escuro casuísmo.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, vejam como é diferente o trânsito e o tráfego dos homens públicos neste País. Enquanto Tancredo Neves transita calmamente neste Plenário, abraçado e cumprimentado por companheiros, os outros se escondem e se omitem, porque não resistem a vaia e ao protesto da Nação brasileira, representada não só pelos Parlamentares aqui presentes, mas pelas pessoas que estão nas galerias.

Com muito prazer concedo o aparte ao nobre Deputado Wall Ferraz.

O SR. WALL FERRAZ — Em ajuda a V. Exª, devo declarar que, neste momento o nobre Deputado Heráclito Fortes fala em nome da Bancada do PMDB do Piauí, representada por três Deputados Federais que lutaram em praça pública e percorreram o Estado, conseguindo reunir milhares de pessoas em defesa das eleições diretas já. Estes princípios nos unem e com eles marcharemos até o final. V. Exª interpreta o pensamento do Piauí, e dou-lhe integral apoio.

O SR. HERÁCLITO FORTES — Agradeço a V. Exª o valoroso aparte.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado José Genoíno.

O Sr. José Genoíno — V. Exª tem razão quando diz que hoje poderemos votar não apenas um projeto, mas um sonho de milhares e milhares de brasileiros, as diretas já. Este sonho, que devemos transformar em realidade, nega, como vem sendo feito em praça pública, o espúrio e corrupto Colégio Eleitoral. O sonho das diretas já é a negação da armadilha casuística e ditatorial do Colégio Eleitoral, porque este é a imagem e semelhança do regime que aí está, é a imagem e semelhança do malufismo. Qualquer tentativa de a Oposição ir ao Colégio Eleitoral representará não só o risco de ser derrotada pelo malufismo, mas o risco de legitimá-lo, ou a qualquer outra alternativa de ditadura militar. Por isso, nobre Deputado Heráclito Fortes, para ser coerente com a aspiração de milhões de brasileiros por diretas já, exige de nós este sonho uma resposta: negação a esta instituição corrupta e já negada em praça pública, que se chama Colégio Eleitoral (Palmas.)

O SR. HERÁCLITO FORTES — Agradeço ao nobre Deputado José Genoíno o aparte, e ouço com muito prazer, o nobre Deputado Agenor Maria.

O Sr. Agenor Maria — Deputado Heráclito Fortes, há um fosso profundo entre a Nação e o Governo. De um lado está o povo nas ruas, faminto, sem perspectiva — a economia nacional está toda ela em estado préfalimentar. Do outro lado, dois modelos anti Brasil, anti Pátria: um, o modelo econômico que privilegia o estado de ociosidade, que penaliza o setor de produção; o outro, o modelo tributário, que acabou com a Federação. Este Congresso não pode continuar a compactuar com um Governo que o que tem feito é cavar mais profundo ainda o

fosso entre o Estado e a Nação. V. Exª precisa afirmar que esta Casa não pode conviver com a improbidade. Muito obrigado a V. Exª

O SR. HERÁCLITO FORTES — Agradeço ao nobre Deputado Agenor Maria o aparte. Ouço o nobre Deputado Farabulini Júnior.

O Sr. Farabulini Júnior — Deputado Heráclito Fortes, não poderia deixar de apartear-lo, não em seu socorro, mas para cumprimentá-lo, porque V. Exª estabeleceu, na sua medida, desde a origem desta legislatura, medidas democráticas. E quando ocupa a tribuna, ouvimos um democrata, um liberal. É de V. Exª a emenda que quebra a fidelidade partidária. E V. Exª verifica que, no bojo dessas negociações políticas, a emenda de V. Exª é mais do que necessária: é essencial. V. Exª verifica que no Partido Democrático Social há, indubitavelmente, elementos democráticos ativos, forças vivas da Nação que querem vir em apoio às oposições brasileiras e que desejam as eleições diretas para Presidente da República. Então, V. Exª, com sua emenda, propiciaria a grande oportunidade para que aproveitássemos os liberais e os pró-diretas do PDS e votássemos a emenda já.

O SR. HERÁCLITO FORTES — Agradeço ao nobre Deputado Farabulini o aparte e ouço o Sr. Deputado Walmor Giavarina.

O Sr. Walmor Giavarina — Nobre Deputado, notei que V. Exª estranhou quando pedi o aparte através deste microfone da direita. E devo explicar: é para evitar que este microfone enferruje por desuso. Por esse motivo vim pedir o aparte. O segundo motivo, é para congratular-me com V. Exª pelo brilhante posicionamento e brilhante discurso que profere nesta tarde de hoje. Meus parabéns, nobre Deputado, V. Exª somente engrandece as hostes do PMDB. Perdoe-me por tê-lo aparteadado do lado errado

O SR. HERÁCLITO FORTES — Mas, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a Nação brasileira espera hoje que o bom senso prevaleça sobre os interesses assentados no medo, sobre os interesses assentados naquilo que é de mais ilegítimo, naquilo que de mais espúrio existe. E lamentando, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que os alquimistas do Governo venham sendo tão impiedosos com seus companheiros de partido. Como será que amanhã, eles irão, no retorno às bases, justificar-se ao povo brasileiro de que participaram, muitos deles inocentemente, deste engodo, de que vieram para cá, neste dia, para votar, uns contra e outros a favor, a emenda do Presidente Figueiredo, e, por acaso vieram a ser surpreendidos por mais uma química, montada e elaborada no desejo e no interesse de mais uma vez procrastinar a manifestação soberana do povo, através dos seus representantes nesta Casa.

Ouçó o nobre Deputado Luiz Sefair.

O Sr. Luiz Sefair — Nobre Deputado Heráclito Fortes, instalou-se no Palácio do Planalto, faz tempo, o sindicato da mentira, o sindicato da corrupção, o sindicato do impatriotismo e da falta de escrúpulo para com a coisa pública, por parte daqueles que desgovernam este País e desgraçam a vida da família brasileira. Nesta Casa, desde a manhã de hoje, estamos apreensivos e tensos ante a já agora praticamente quase decidida determinação do Governo de fazer retirar a sua emenda, que viemos hoje aqui discutir, para afinal votar, simplesmente por ter sentido que a confusão se espalhou e prolifera dentro do seu partido, acabará por nos oferecer, a nós, da oposição, o subsídio e o apoio necessário para que pudéssemos sair daqui, hoje, ou amanhã, e restituir ao povo o direito que lhe é próprio de voltar a escolher, pelo voto direto, o Presidente da República. Mas, caro Deputado, em cumprimentando V. Exª pelo brilhante

discurso, quero dizer provavelmente irá consumir-se notícia que temos, de que a emenda será retirada. E este Governo do General João Batista de Figueiredo, que tantos desserviços tem prestado a este País e à população brasileira, apesar da arbitrariedade, apesar, diria até, da irresponsabilidade com que agirá no caso presente, de retirada desta emenda, acho que S. Ex^a, o Presidente da República, ainda poderá prestar um grande e valiosíssimo serviço a este País e a este povo. Tenho certeza de que deus irá iluminá-lo, para que ainda nestes dias, ou nas próximas horas, ele possa prestar esse serviço derradeiro, que certamente será o único em toda a sua jornada, no curso do seu mandato, que será o grande serviço de deixar a Presidência da República, largar este Governo e Salvar este País, ainda que durante alguns meses apenas, deste caos, desta infelicidade, desta desgraça, que é termos um Presidente da República de costas voltadas para o povo e para a Pátria. Parabéns, Excelência, pelo seu discurso, e perdão por ter-me alongado nesta parte.

O SR. HERÁCLITO FORTES — Agradeço-lhe o aparte.

O Sr. Marcondes Pereira — Gostaria de pedir licença a V. Ex^a, a fim de formular uma questão de ordem à Mesa.

Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem V. Ex^a a palavra, para um questão de ordem.

O Sr. Marcondes Pereira — Pedi licença ao orador para indagar a V. Ex^a, Sr. Presidente, se já chegou a esta Casa a notícia da retirada da emenda do Governo, porque todos estamos realmente perplexos diante desta situação. Queria que V. Ex^a informasse à Casa se esse assunto já é do seu conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Absolutamente, Sr. Deputado. A Mesa tem a esclarecer a V. Ex^a que, até o presente momento, não recebeu ofício algum comunicando ou solicitando qualquer medida com relação à tramitação da matéria que estamos discutindo no presente momento.

O SR. HERÁCLITO FORTES — Mas, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, entendo e compreendo a apreensão do nobre companheiro, até mesmo porque se vai buscar na sabedoria popular aquele velho ditado que diz: onde há fumaça, há fogo. O que estamos vendo é todo o Plenário tranqüilo. Já se discute, inclusive, o resultado de um escore que terá como resultado a retirada da emenda, com a derrota do Deputado Nelson Marchezan e do Ministro Leitão de Abreu. Acabam de me passar aqui este aviso. Mas é lamentável que isso tudo aconteça. Qual será, amanhã, a condição que teremos nós, da Oposição, de fazermos acordos com o partido do Governo, como foi feito agora, no caso da emenda que leva o nome do Presidente da República, se, na hora da votação, depois das discussões e de esgotados os prazos, vem o Governo e concretiza a retirada de sua emenda? Sr. Presidente, Srs. Congressistas, vamos admitir até que o pior aconteça. Não devemos desestimular-nos, porque outras emendas com o mesmo objetivo estão aí tramitando. Existem as emendas dos Deputados Airton Sandoval, Theodoro Mendes e várias outras que têm por objetivo principal restabelecer as diretas já para a Presidência da República neste País. E temos a certeza de que, mais dias menos dias, teremos a aprovação dessa emenda, consagrada através do desejo da maioria soberana do povo brasileiro. Insistiremos nisso e estaremos aqui para votar a emenda que devolva ao povo o direito de escolher o seu Presidente. Não acataremos a decisão que vier ou que está por vir. Mas iniciaremos, amanhã mesmo, uma nova luta, porque, Sr. Presidente, por mais escura, por mais negra, não há noite tão longa que porfie contra o dia. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Genebaldo Correia.

O SR. GENEBALDO CORREIA — (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, na mensagem que encaminhou a esta Casa, diz o Presidente da República que, na nossa Constituição, foram “introduzidas diretrizes que, se tiveram suas razões de ser em cada momento histórico vivido, se tornaram incompatíveis com a ordem democrática que, desde o início do meu mandato, me comprometi solenemente a instituir no País, visando a estabelecer a soberana expressão da vontade popular e a coexistência harmônica dos Poderes da República”.

Vejam bem, Srs. Congressistas: “restabelecer a soberana expressão da vontade popular e a coexistência harmônica dos Poderes da República”. Este é o desejo manifestado pelo Sr. Presidente da República. E qual o caminho para se restabelecer a soberania da vontade popular senão o das eleições diretas para Presidente da República? Qual o caminho para a coexistência harmônica dos Poderes da República senão o de se fazer respeitar a decisão soberana deste Congresso?

Eis aí, portanto, a incoerência absoluta do Sr. Presidente da República. Ele não deseja, na realidade, o restabelecimento da soberania da vontade popular e muito menos a coexistência pacífica dos Poderes da República, porque os seus liderados, o seu partido nesta Casa, pela sua maioria, não deseja as eleições diretas. Mais que isso, surge agora a ameaça de que, se esta Casa encontrar, pela forma regimental, o caminho de aprovar em destaque as eleições diretas, S. Ex^a retirará a proposta que apresentou, o que constitui uma falta de respeito à coexistência harmônica dos Poderes da República.

E o que deseja de nós o Governo? O que deseja a Liderança do PDS dos partidos de Oposição? Deseja que renunciemos a um compromisso assumido com a Nação brasileira — o de lutar por todos os meios ao nosso alcance para conquistar a eleição direta para a Presidência da República. A Liderança do Governo propõe que os partidos de Oposição desistam do destaque para a votação do art. 183, porque considera que não é legítimo que a Oposição, com recurso regimental, consiga restabelecer as eleições diretas para Presidente da República.

Ora, Sr. Presidente, esse partido que a todo instante está a defender o Colégio Eleitoral, considerando-o legítimo porque é legal, agora se recusa a aceitar o comportamento da nossa bancada dentro do Regimento, consequentemente, um comportamento legal, que deve ser acatado e respeitado.

O Sr. Tidei de Lima — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GENEBALDO CORREIA — Com muito prazer, Deputado Tidei de Lima.

O Sr. Tidei de Lima — Deputado Genebaldo Correia, V. Ex^a toca num ponto realmente importante, que é o desejo daqueles que querem fazer democracia pela metade. É impossível fazer democracia pela metade. E a prova disso é o PDS, que, não afeito à democracia, neste momento da vida nacional, querendo fazer média, como se diz na gíria, com a opinião pública, envia a esta Casa uma emenda para desmobilizar todo o trabalho feito em torno da Emenda Dante de Oliveira. E essa emenda, como foi feita às pressas, é toda ela cheia de vícios e defeitos. E agora, ao ser votada pelo Congresso Nacional, está sujeita a ser reformulada e termos, então, a conquista do grande anseio nacional — a aprovação das eleições diretas. E isso o PDS não quer, porque as eleições diretas significam, antes de mais nada, abrir mão do poder — de forma democrática, mas abrir mão do poder. E eles não admitem que as Oposições brasileiras, que as forças democráticas possam, através do que lhe confere o Regimento do Congresso Nacional, fazer o seu jogo político, defender os interesses a que se propõem nesta Casa, que são os interesses da Nação brasileira, e assim fazer o destaque do art. 183 das Disposições Transitórias. Fazendo este destaque, poderiam as Oposições ganhar as eleições

diretas para a Nação brasileira. Nem isso admitem o PDS e o Governo, e por isso decidiram retirar a Emenda do Gen. Figueiredo esta noite. E só vai retirar depois de terminado o comício do Rio de Janeiro, que se inicia por estes momentos, preocupado com as repercussões que possa ter a retirada. Então, a partir das 8 horas da noite, quando o comício se encerrar, o PDS retirará a emenda e, certamente, o povo brasileiro, mais uma vez, verá frustrado o seu anseio de ver restabelecida a grande prerrogativa da cidadania nacional, as eleições diretas. E V. Ex^a coloca o dedo na ferida quando aborda este problema. E certamente, merece V. Ex^a os nossos parabéns por isto, nobre Deputado.

O SR. GENEBALDO CORREIA — Agradeço ao nobre Deputado Tidei de Lima o aparte. Não conheço as fontes que transmitem essa informação, mas, a ser verdadeira a notícia de que o PDS e o Governo já decidiram retirar esta emenda, ela é da maior gravidade, porque significa que o Presidente da República está brincando com a vontade do povo brasileiro, das suas angústias e das suas dificuldades, enfim, está debochando desta Casa. E devemos, a ser verdadeira esta notícia, nobre Deputado, lembrar-nos de que, quando S. Ex^a encaminhou sua mensagem a esta Casa, em abril, já naquela época circulavam notícias nos corredores desta Casa de que aquela decisão tinha o propósito deliberado de esmaecer o movimento pelas eleições diretas e dar uma justificativa ao seu partido para deixar de votar nas eleições diretas. Se se confirmar, portanto, esta decisão lamentável sob todos os aspectos, Sr. Presidente, o General Figueiredo, que não merecia a consideração, o acatamento da Nação, a partir deste instante deixa de merecer o respeito dos homens de bem deste País, porque o seu comportamento não dignifica o cargo que ocupa.

Concederei o aparte inicialmente ao Deputado Cunha Bueno, que me havia pedido anteriormente, e logo após a V. Ex^a, Deputado José Genoíno.

O Sr. Cunha Bueno — Agradeço a V. Ex^a a concessão do aparte, nobre Deputado. É com tristeza que estou tomando conhecimento de que V. Ex^a informa a este Plenário que a mensagem do Governo será retirada pelo Presidente João Figueiredo. Entretanto, também devo dizer, nobre Deputado, a bem da verdade, que isso só foi possível graças a um acordo feito com a Oposição, a mesma Oposição que deseja lançar um candidato pela via indireta à Presidência da República.

O Sr. Tidei de Lima — Não é verdade.

O Sr. Cunha Bueno — Esse acordo teria sido feito e, portanto, aquele que é o candidato das oposições pela via indireta estaria também de acordo com retirada da mensagem para que pudesse alcançar o poder através do Colégio que, ontem, diziam espúrio, mas do qual participaram para contando com a traição de alguns elementos do PDS, alcançar a Presidência da República. Portanto, eu, que estive de plantão o dia inteiro aqui, quero protestar contra esse acordo da Oposição com o Governo no sentido da retirada da Mensagem que restabelece eleições diretas para a Presidência da República.

O SR. GENEBALDO CORREIA — V. Ex^a faz jus ao Presidente que representa e justifica muito bem o comportamento desse partido, porque, numa hora grave como esta que a Nação vive, V. Ex^a vem aqui com intrigas mesquinhas, que não dignificam, de forma alguma, esta Casa. Não é com intrigas desse tipo que haveremos de encontrar solução para os problemas do nosso País. Lamento profundamente ter perdido meu tempo ao conceder-lhe o aparte.

Concedo um aparte ao nobre Deputado José Genoíno.

O Sr. José Genoíno — Nobre Deputado Genebaldo Corrêa, nós, da Oposição, repudiamos aqueles desta

Casa — e vamos dar nome aos bois — os os malufistas, que estão espalhando guerrilha porque são os que mais têm interesse, neste País, em manter a situação como está, pois assim estarão garantindo seus privilégios, estarão garantindo tudo aquilo que o povo brasileiro repudia. É muito importante que nesta hora todos da oposição, diante dessas guerras e guerrinhas, venham a plenário desmentir esses falsos boatos, que representam mais uma vez querer pescar em águas turvas, tripudiar sobre o sentimento do povo brasileiro. Não admitimos. Nós, do Partido dos Trabalhadores, que temos uma posição clara no sentido de defesa das eleições diretas, de repúdio ao Colégio Eleitoral, de não aceitarmos candidatura única, temos obrigação de repudiar os malufistas desta Casa, que buscamos tirar partido de alguns problemas e erros da oposição. É nossa tarefa repudiar, porque, se o Governo retirar sua emenda, ficam duas lições para a Oposição. Primeira: a de não ter intensificado as mobilizações, porque com a crise institucional e as grandes mobilizações teríamos hoje mais condições de aprovar as eleições diretas. Segunda conclusão: com o Governo que af está, não podemos aceitar nenhum tipo de conciliação, principalmente os trabalhadores e o povo brasileiro, que sentem na própria pele o que representa a ditadura militar. E fica uma conclusão, nobre Deputado Genebaldo Correia: quem deve estar triste com esta situação é o malufismo, porque através da mobilização, através da luta o povo brasileiro leva a ditadura militar de roldão e aqueles que representam esta ditadura com juros e correção monetária. Muito obrigado.

O SR. GENEBALDO CORREIA — Agradeço a V. Exª o aparte, Deputado José Genoino. Tem procedência o aparte de V. Exª Durante todo o dia de hoje a área malufista do PDS esteve aqui a espalhar intriga e boato. Ouvimos muitos Deputados desta corrente do PDS, dizendo, alto e bom som, que já tinham comunicado à Liderança do seu partido que, se não retirasse a emenda, eles votariam pelas eleições diretas já, uma forma de instituir o terrorismo e de ensejar, de facilitar a retirada da emenda, porque ninguém seria capaz de admitir que o Sr. Paulo Maluf deseja a aprovação das eleições diretas já. Isso seria praticar o haraquiri. Como pode um candidato que não tem condições de ir à praça pública desejar ou concordar com eleições diretas?

Concedo o aparte ao nobre Deputado Fernando Santana.

O Sr. Fernando Santana — Meu nobre colega, ouvi há pouco o aparte de um colega de São Paulo, o Deputado José Genoino, do Partido dos Trabalhadores, que condenava a decisão do candidato único das oposições. Neste momento quero registrar que, a nosso ver, esta é uma opinião equivocada, errada, porque as oposições só terão possibilidade de mudar o sistema e o continuísmo se forem capazes, nobre Deputado, de se juntarem de maneira monolítica. Divididas continuarão dando vitória ao continuísmo. Quero deixar bem claro que a posição do PMDB, pelo menos a minha, é a de nos somarmos a todos os partidos de oposição, inclusive aos dissidentes do PDS, se houver. Muito obrigado.

O SR. GENEBALDO CORREIA — É lúcido o raciocínio de V. Exª

A mudança que o povo brasileiro deseja só se efetivará se os partidos de oposição tiverem a competência necessária para costurar a sua própria unidade. E isto só não é suficiente — é necessário ainda contar com as dissidências do PDS, com aqueles que, mesmo pertencendo ao partido do Governo, estão dispostos a contribuir para que se restaure a democracia neste País, para que se restabeleça, aí sim, a soberania da vontade popular.

O Sr. Nelson do Carmo — Permite-me um aparte?

O SR. GENEBALDO CORREIA — Ouço V. Exª

O Sr. Nelson do Carmo — Nobre Deputado Genebaldo Correia, terminou há pouco uma reunião das Lideranças e nada resolveram, a não ser transferir a tomada de uma decisão para uma reunião de amanhã, às nove horas. Este País continua na indecisão. Saí de lá fazendo um apelo às Lideranças para que pegássemos o que temos em mãos, que são as prerrogativas que o emendão de Figueiredo está oferecendo a este Congresso. Mas o radicalismo estapafúrdio das oposições não admite que a Emenda do Presidente Figueiredo seja aprovada. Isso traria as eleições nas Capitais daqui a dois anos, permitiria a esta Casa legislar sobre matéria financeira. (Apu-
pos). V. Exªs perderam a razão. Esta Casa está sem senso de responsabilidade. É de todos sabido que se o substitutivo das diretas já não for retirado, o Governo retirará a sua emenda que nos facultará legislar com mais liberdade, dando a este Congresso prerrogativas que no momento não temos.

(Tumulto.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Solicito ordem aos Srs. Congressistas. Vamos continuar em ordem. Nobre Deputado Genebaldo Correia, o tempo de V. Exª está esgotado. Peço que conclua.

O SR. GENEBALDO CORREIA — Para concluir, Sr. Presidente, o nobre Deputado que me aparteu neste instante está profundamente equivocado. Reconhecemos que a Emenda do Governo tem alguns aspectos positivos, mas não podemos sacrificar aquilo que é essencial para a luta do povo brasileiro: eleições diretas para Presidente da República. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está reaberta a sessão.

Solicito aos Srs. Parlamentares que tomem assento em seus lugares e deixem o corredor central livre, a fim de evitar tumulto.

Tem a palavra o nobre Deputado Denisar Arneiro.

O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, neste dia 27 de junho de 1984, o Congresso Nacional, reunido, discute a emenda que o Sr. Presidente da República encaminhou a esta Casa, para que daqui saiam soluções que esperamos sejam as melhores para a nossa Pátria. Inicialmente, temos de lamentar o ocorrido neste plenário, porque considero que esta é uma Casa que representa o povo brasileiro. E a Casa que representa o povo brasileiro devia demonstrar a sua imagem de povo pacífico e ordeiro. O que estamos vendo aqui, no entanto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, são ânimos exacerbados. E por que, se não chegamos ao momento crucial, que se aproxima, mas que ainda não chegou?

Queríamos dizer aos Srs. Parlamentares que o Brasil atravessa, neste momento, uma crise bastante grave, aguda. E, se não tivermos a cabeça no lugar, jamais poderemos levar esta Nação ao rumo desejado, da tranquilidade, da paz, da democracia, se possível a democracia social.

Sr. Presidente, ocupa a Presidência da República o General João Batista de Oliveira Figueiredo, homem que há 20 anos se encontra no poder. Não na Presidência da República, mas no Poder Central, porque era homem da Inteligência, homem que tinha informações sobre tudo o que se passava neste País. Não podemos, de forma alguma, Sr. Presidente, achar que este homem não tenha inteligência aguçada para ver que o povo brasileiro foi às ruas dizer que desejava mudança, que desejava que o país caminhasse para uma democracia plena, como S. Exª prometeu, quando de sua posse. Teremos de lembrar a S. Exª que o Brasil de forma alguma pode caminhar no caos em que esta. O Brasil segue todas as orientações do Fundo Monetário internacional. O Brasil segue todas as orientações que partem dos banqueiros

americanos. No entanto, aquilo que existe nos Estados Unidos de mais importante, que é a sua total democracia, aqui não é seguido.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a seguir, lerei um pequeno trecho do **Jornal do Brasil**, para que V. Exª conheçam o que é o poder do Congresso americano sobre o Governo dos Estados Unidos:

“O Senado aprovou ontem, por 82 votos a 6, orçamento militar recorde de 291 bilhões de dólares para o ano fiscal de 1985 — de 1º de outubro de 1984 a 30 de setembro de 1985 — depois de rejeitar uma emenda que pretendia reduzir em 90 mil o número de soldados americanos na Europa, se os aliados europeus da OTAN não aumentassem suas despesas com as forças de alianças.”

No final, Sr. Presidente, a nota diz o seguinte:

“Apesar da posição do Senado para que o Governo se empenhe pelo desarme, os Senadores evitaram tentativas de cortes radicais no programa, como o do míssil MX — reduzindo a 40 unidades pedidas pela Casa Branca para 21 bombardeiros B-1, mísseis Pershing-2 e “Guerra nas Estrelas”, o escudo espacial de Raios laser.”

Sr. Presidente, nada aconteceu contra o poder do Governo do Presidente Reagan, quando o Senado americano reconheceu que, embora lhe desse o maior orçamento militar, modificava o tipo das armas que deveriam ser fabricadas, como dizem eles, para garantir a democracia do mundo. E nós, Sr. Presidente, como salientei de início, fazemos questão de seguir a orientação do Fundo Monetário Internacional, fazemos questão de seguir a orientação dos banqueiros americanos, mas não fazemos questão de seguir a democracia americana. Por que, Sr. Presidente? O nosso País ainda não está maduro? Não. O nosso País já está maduro, porque a Nação demonstrou, nas praças públicas, ouvindo os seus Governadores eleitos diretamente pelo povo, ouvindo os seus Deputados eleitos diretamente pelo povo, qual era a sua reivindicação, aquilo que realmente desejava: a democracia plena. E é sobre isto que aqui estamos hoje discutindo.

Será, Sr. Presidente, que virá realmente uma emenda à emenda ou a retirada da emenda do Sr. Presidente da República, e as eleições só serão concedidas num determinado tempo? Para quê? Para tirar a possibilidade de este Congresso agregar aquilo que já conseguiu.

Ouço o nobre Deputado Francisco Dias.

O Sr. Francisco Dias — Nobre colega, Deputado Denisar Arneiro, ouço V. Exª com muito interesse e quero parabenizá-lo pelo brilhante pronunciamento que faz. V. Exª tem razão. O Presidente Figueiredo, por ocasião de sua campanha eleitoral, já se contradizia. O Brasil todo conhece aquela famosa frase: “prefiro o cheiro de cavalo ao cheiro do povo”.

Terminada a campanha eleitoral, ao assumir o Governo, em seu discurso de posse, prometeu S. Exª — e toda a imprensa noticiou seu discurso — que haveria de fazer deste País uma democracia. S. Exª fez várias declarações, em muitas das oportunidades que foi à televisão, uma delas a de que encheria a panela do povo. Pois bem. Esse homem, que dizia preferir cheiro de cavalo ao de povo, que dizia que haveria de fazer deste País uma democracia, que dizia que encheria a panela do povo, é o mesmo que, à frente da Nação brasileira, faz com que haja, atualmente, a maior inflação já verificada neste País, o maior índice de desemprego, o maior abandono no setor da educação, haja vista o que está acontecendo com os professores, que há mais de quarenta dias estão numa greve reivindicatória (Palmas nas galerias), e não conseguem nem mesmo falar com a Ministra da Educação ou com o Presidente da República. Tudo isto vem aconte-

cendo no Governo do Sr. João Baptista Figueiredo. Mas S. Ex^a poderia redimir-se de tudo isto se, por ocasião da eleição direta para eleger os Governadores, naquela mesma época, tivesse enviado ao Congresso a proposta de reestabelecer, na sua inteireza, o poder democrático neste País, e também a de eleições diretas para a Presidência da República. Pois bem, não sabemos por que razões S. Ex^a deixou tudo de lado. O homem que prometera dar a este País tudo de bom termina seu Governo melancolicamente, dando exatamente tudo de ruim, de pior. O Brasil todo sabe que seus Ministros não têm nenhuma condição, na sua grande maioria, de executar qualquer tipo de atividade ministerial, mas insiste em que eles permaneçam. Tudo isto acontece. Portanto, não será surpresa, meu caro colega, se ocorrer agora a retirada da emenda. Não será surpresa. Vimos acompanhando todas as contradições do Governo e não seria agora que ele iria ser coerente. Ainda esperamos que isto não ocorra, porque é a oportunidade de redimir-se o Governo de todos os pecados cometidos durante todo este tempo. Nosso apelo é para que S. Ex^a olhe para a Nação. A questão atinge não somente os Deputados, representantes do povo, mas ao povo, que se levantou, que foi às ruas, às praças, que diz "queremos eleições diretas para Presidente da República já". A Nação não espera; quer as diretas agora. Vamos dar o que a Nação quer! Isto é o que deveria fazer o Presidente da República. O nosso apelo é no sentido, caro Deputado — e desculpe-me pelo demorado aparte — de que S. Ex^a reflita muito bem, porque isso poderá causar um tremendo caos social. E é isso o que não queremos. Ninguém tem interesse nisso. Queremos que o Brasil se levante e se coloque, no concerto das grandes nações deste mundo, não como Nação derrotada, mas como uma nação de pé, capaz de levar ao mundo um exemplo de dignidade. É isto o que esperamos. Parabéns, Deputado. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. DENISAR ARNEIRO — Eu diria mais, Deputado Francisco Dias — a quem agradeço o aparte — quem sabe ainda S. Ex^a o Sr. Presidente da República tenha a oportunidade de se redimir, porque ainda não chegou à Mesa o pedido de retirada de sua emenda. Temos certeza de que S. Ex^a, antes disso, vai pensar em seu pai, aquele homem a quem disse que venera como um dos maiores democratas que esta Nação já teve, e tenho a certeza de que, se ele estivesse aqui, jamais deixaria que isso acontecesse. Estaria, sem dúvida, pedindo para que o povo brasileiro tivesse as eleições diretas a que tem direito.

Concedo o aparte ao nobre colega.

O Sr. Raimundo Leite — Nobre Deputado Denisar Arneiro, a anunciada retirada da Emenda Figueiredo, que convençamos chamar de emenda madrilena, não surpreende a ninguém, pois já veio eivada de dois atos condenáveis. O primeiro deles, um ato impatriótico: a exemplo do que ocorre com a economia brasileira, que hoje é decidida no exterior, coordenada pelo FMI, a Emenda Figueiredo foi elaborada em Madri. O Ministro-Chefe da Casa Civil deslocou-se do nosso País, foi para Madri e lá elaborou esta emenda que hoje se encontra em discussão. O outro ato, também condenável, reveste-se de inteira má fé. Má fé, sim, porque ela foi anunciada no dia 16 de abril, quando um milhão e setecentas mil pessoas deixavam o Vale do Anhangabaú fazendo coro com toda a Nação, que queria eleições diretas já. Foi um ato de má fé, sim, pretendendo ludibriar a opinião pública e este Parlamento, pois a 25 de abril se votaria a Emenda Dante de Oliveira. E ainda mais: em chegando aqui, verificou-se que nela estavam inseridos dispositivos de interesse de vários segmentos da sociedade brasileira com o firme propósito de que acontecesse o que está agora acontecendo, nobres Deputados e Senadores. Poderemos até aprová-la, mas desde que o art.

183 não estabeleça as eleições diretas em 1988, mas sim já. Foi por isto que ensarilhamos armas, tiramos da gaveta o símbolo das eleições diretas já, o símbolo marcante da luta de Dante de Oliveira, que está aqui para dizer, mais uma vez, alto e bom som, a todos os brasileiros e Deputados bem intencionados que aqui estão no firme propósito de desempenhar seu mandato fielmente, que só aceita a Emenda Figueiredo ou a emenda madrilena, se é que assim se possa chamá-la, com as eleições diretas já. Muito obrigado, nobre Deputado Denisar Arneiro, pela oportunidade que me deu de apartear V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nobre Deputado Denisar Arneiro, a Mesa solicita que encerre o seu discurso. O tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. DENISAR ARNEIRO — Desejaria somente dar um aparte ao Deputado Márcio Macedo.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Desde que rápido, por gentileza.

O SR. DENISAR ARNEIRO — Agradeço a V. Ex^a

O Sr. Márcio Macedo — Ilustre Deputado Denisar Arneiro, começo por me congratular com as colocações feitas por V. Ex^a de maneira muito feliz. Queria dizer que estamos vivendo sob a égide da ameaça. Na verdade, isso é muito próprio de um regime autoritário, ditatorial, que tenta mais uma vez ameaçar este Congresso Nacional dizendo da possibilidade de mandar retirar a emenda constitucional que pretendemos votar nesta Casa. Ora, ilustre e nobre Deputado, se isso realmente acontecer, vai ficar caracterizado mais uma vez o quê? Uma grande farsa, um grande engodo à Nação brasileira. E nós já nos acostumamos, infelizmente, a esse tipo de iniciativa deste Governo que ao longo dos anos vem justamente enganando a Nação brasileira, esta Nação que ainda acalenta uma esperança muito grande no sentido de que nós, aqui no Congresso, possamos realmente aprovar esta emenda constitucional, de maneira que o povo possa participar dos destinos da Nação, mas já, neste momento sem procrastinação, sem protelações, porque ninguém agüenta mais, a sociedade brasileira não suporta mais tanta incompetência, tanta corrupção. Por isso, a eleição direta já há de ser o instrumento maior das mudanças a que o povo brasileiro aspira e defende nas práticas públicas. Por isso, ilustre Deputado, queria aproveitar a ocasião para prestar homenagem a este povo que, nas manifestações populares e em todos os quadrantes deste País, deu inequívoca demonstração do seu civismo, da sua formação democrática e do seu interesse em participar verdadeiramente dos destinos deste País.

O SR. DENISAR ARNEIRO — Para concluir, Sr. Presidente, desejo fazer um apelo sincero a toda a bancada do PDS para que reflita no momento de votar, a fim de que o povo brasileiro não perca a oportunidade de obter, através das várias subemendas inseridas na Emenda Figueiredo, os benefícios propugnados, ou seja, aquilo que o povo está nas ruas a exigir: eleições diretas já. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra à nobre Deputada Cristina Tavares.

A SRA. CRISTINA TAVARES (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não temos dúvidas, a discussão desta matéria é a da natureza do poder. O que fazemos, aqui e agora, é o exercício da representação da vontade popular. O que o Congresso decide, hoje, é, na verdade, o resgate da vontade nacional pelas eleições diretas já, negadas na votação de 25 de abril. O Congresso Nacional foi há pouco considerado como a instituição de menor credibilidade pela opinião pública. Com a derrota da Emenda Dante

de Oliveira, em realidade, este Congresso se transformava em anti-Congresso, anti-representação popular, pois a insensibilidade de parlamentares do partido oficial — ressalvados os 55 Deputados Federais que enfrentaram a lógica do sistema autoritário, que quebraram as amarras ao sistema militar ofereceu à Nação um espetáculo de deprimente traição.

Não temos ilusões. O poder não se conquista com artifícios regimentais. O poder resulta de uma composição de forças sociais, e a sua ilegitimidade advém desta ausência de representatividade. O poder autoritário do General Figueiredo sustenta-se nos quartéis. Evidentemente, não me refiro aos comandantes que afiançam e sustentam este sistema, contra a expressa vontade nacional. Se o fazem, são cúmplices desta traição, são réus de lesapátria. Serão julgados pelo Tribunal da História. Serão julgados pelo voto popular.

É justamente esta a natureza da questão que hoje examinamos.

Por que o fazem, estes militares e seus subservientes porta-vozes civis? Não teria o Líder Nelson Marchezan sensibilidade para saber-se impopular? Não, o Líder Nelson Marchezan, eleito por 238.847 cidadãos e cidadãs no Rio Grande, é um político hábil, ambicioso e, diria até, talentoso. O que falta ao Líder da bancada do PDS nesta Casa é autenticidade, coragem cívica, saúde moral.

Ouçó, com prazer, o Deputado José Fogaça.

O Sr. José Fogaça — Nobre Deputada Cristina Tavares, o pronunciamento que V. Ex^a vem fazendo bem demonstra a retidão da sua conduta, como parlamentar, no combate sistemático a esse regime antipopular e antibrasileiro instalado no Brasil desde 1964. Veja V. Ex^a, temos um Presidente que lembra, na condução que vem dando aos negócios públicos deste País, uma antiga e tradicional figura do folclore brasileiro, uma figura saída das matas — o famoso Curupira, cujo corpo está voltado para a frente, mas os seus pés andam para trás. O Presidente Figueiredo envia uma emenda constitucional a este Congresso e, na sua justificativa, diz textualmente que não há limite de poder de emenda. Se não há limited de poder de emenda, o Congresso é soberano; portanto deve ter autonomia para decidir. No entanto, o Presidente da República, que é o Presidente-Curupira da Nação, que tem o rosto para a frente, mas os pés voltados para trás, trata agora de retirar a emenda, repetindo uma prática que vem adotando há muito tempo, que é o de jogar a confusão nos meios políticos e no seio da sociedade brasileira para permitir o prolongamento e a continuidade do regime que ele representa. Por isso, nobre Deputada Cristina Tavares, é importante que neste momento denunciemos que o Governo ficará com a responsabilidade pelo caos que ele mesmo instalou. Este Governo está completamente desprovido de qualquer senso, de qualquer sentimento de grandeza. Vivemos o maior momento histórico da vida deste País, e o Governo dá sempre a este momento histórico uma conotação mesquinha, uma atitude anã, de pigmeu. A retirada da emenda representa um retrocesso político. Saiba V. Ex^a, nobre Deputada Cristina Tavares, que, quando percebemos o surgimento de uma ameaça ao futuro e à sobrevivência da democracia, que é o crescimento do presidenciável Paulo Maluf — que nada, como um peixe dentro d'água, no Colégio Eleitoral, que está no seu próprio habitat, no seu próprio elemento dentro do Colégio Eleitoral — neste momento, para nós é responsabilidade, e dela não podemos abrir mão, destruir o Colégio Eleitoral na sua natureza, porque ele é espúrio, é próprio de homens que surgem em momentos como Este. É bom lembrar que o Pacto de Versalhes, no princípio do século, estrangulava a Alemanha, assim como os banqueiros internacionais agora estrangulam o Brasil. Se aquele foi o caldo de cultura, o meio fértil onde nasceu o nazismo de Hitler, tal-

vez estejamos reproduzindo o mesmo momento histórico para impedir a ascensão desse Deputado que deseja controlar o Brasil para entregá-lo ainda mais aos interesses espúrios das multinacionais. Só nos cabe fulminar o Colégio Eleitoral, através de eleições diretas já.

A SRA. CRISTINA TAVARES — Deputado José Fogaça, o General-Curupira a que V. Ex^a se refere — que é usurpador do poder, porque o detém há dezesseis anos, sem a outorga da vontade popular — não faz por ignorância política esta confusão a que toda a Nação assiste, mas porque quer a continuidade do seu próprio mandato. Ele tem uma estratégia deliberada: a prorrogação do mandato do General Figueiredo, do General-Curupira, como V. Ex^a, de maneira muito definida, o chamou.

Pois bem, a Nação está contemplando o Congresso Nacional agora para ver se ele se comporta novamente com a mesma indignidade dos 25 de abril, quando vinte e dois votos faltaram para que se aprovasse a Emenda Dante de Oliveira pelas eleições diretas para Presidente da República.

Ouçó, com prazer, o Deputado Luiz Henrique.

O Sr. Luiz Henrique — Nobre Deputada Cristina Tavares, é fato conhecido neste País, que provocou mal-estar e ira dos governantes, a afirmação feita nesta cidade, pelo General de Gaulle, então Presidente da França. Na expressão de De Gaulle, o Brasil não era um país sério “*C'est ne pas un pays erieux*”, afirmou o General. Errou, quando disse que o País não é sério. Quem não é sério é o Governo. O povo deste País deu demonstrações inequívocas, nas ruas, de não concordar com este Governo biônico; não quer referendá-la, deseja mudança — e deseja mudança já. Este é o País do “bóia-fria”, o País do trabalhador com arrocho salarial; o País do pequeno e médio empresário afogado nos juros e na recessão, o País das concordatas e falências; o País do mutuário do BNH sem condições de pagar as prestações. A Nação é séria e quer mudança. O que não é sério é este Governo, que até hoje não cumpriu nenhum pacto que fez com as oposições e a sociedade brasileira. Com relação à retirada, acordada conosco, do projeto de lei que aumentava a alíquota de contribuição dos trabalhadores, depois, por meio de decreto-lei, voltou atrás por ocasião do acordo dos supérfluos, conveniu no Ministério da Justiça, com as oposições uma lei para as coligações partidárias e, no mesmo dia, editou o pacote do voto vinculado. Este Governo não é sério, merece ser substituído. E a palavra, a alavanca para substituí-lo chama-se eleições diretas, eleições diretas, e já.

A SRA. CRISTINA TAVARES — De fato, Deputado Luiz Henrique, a falta de seriedade do General Figueiredo e da maioria da bancada do partido oficial estão muito claras e definidas hoje, quando se ameaça retirar a Emenda. E é sobre este assunto que gostaria de continuar um pouco mais no meu discurso, antes de conceder o aparte ao nobre Deputado Farabulini Júnior.

Ameaçar com a retirada da Emenda Figueiredo diante da ameaça de uma eventual derrota na votação não é apenas cinismo cívico, é um ato de violência. E a Nação, estarecida, assiste pela televisão a este ato de diarréia governamental.

A rigor, não poderíamos nos escandalizar. O regime usurpador de 1964 encontra-se em fase final de degeneração — e os filhos degenerados do sistema são: Paulo Maluf e Mário Andreazza, candidatos à Presidência da República.

Por que candidatos? Porque representam a continuidade e a impunidade dos governantes. Por que este temor pelas eleições diretas? Por representar justamente a rutura do modelo. Os sanguessugas se agarram ao Poder, que para eles é vital, até para se livrarem da cadeia.

O amoralismo do deputado Paulo Maluf, a filosofia crônica do Ministro Mário Andreazza escandalizam o

povo. Mas o povo está impedido de votar. Exatamente por isto.

Não vejo contradição ou escândalo, vejo com naturalidade que sejam exatamente estes dois — os mais degenerados da trupe do PDS — os que mais prestígio angariaram entre os seus pares.

Pois, com quem, senão com eles no poder, se poderia dar continuidade a este mar de lama que encobre os negócios deste País? Coroa-Brastel, Capemi, Delfin — multiplicam-se praticamente em cada anexo de qualquer Ministério desta República. Suas conseqüências sociais são as feridas da Nação: hoje são 35 mil professores universitários, 350 mil alunos, médicos residentes, servidores, que estão há 60 dias em greve, praticamente nenhuma solução, houve, diria mais ainda, nenhum encaminhamento. A Sr^a Ministra da Educação mais preocupada com o grife de seus vestidos, nada pode fazer, como se não fosse ela própria Ministra do Governo Figueiredo. Não seria melhor dizer do desgoverno Figueiredo.

O Sr. Farabulini Júnior — Deputada, V. Ex^a representa, indubitavelmente, uma das reservas morais deste País, a combatividade, a eficácia, a eficiência e o espírito público. Agora, Deputada, V. Ex^a enfoca o problema da rampa abaixo. Enfoca a retirada da Emenda. Se o Sr. Presidente da República de fato determinar a retirada da emenda, não sei como poderá S. Ex^a voltar a falar à Nação brasileira, sob pena de ele próprio desmoralizar-se mais uma vez por inteiro. Ele próprio descerá a rampa e estará na lama, porque a retirada da Emenda é uma ofensa à dignidade da República, a este Congresso Nacional.

A SR^a CRISTINA TAVARES — Mais uma ofensa, Sr. Deputado.

O Sr. Farabulini Júnior — E se S. Ex^a pensa que as oposições não têm mecanismos para opor a toda essa imoralidade, está enganado, porque aqui, vigilantes, as oposições vão retirar, nem que seja das sombras, as eleições diretas para Presidente da República.

A SR^a CRISTINA TAVARES — Agradeço o aparte a V. Ex^a

Prossigo, Sr. Presidente:

Assistimos, hoje, à Biafra nordestina: 3 milhões de brasileiros mortos durante 5 anos de seca. Causa mortis: fome. E a SUDENE, órgão criado para promover o desenvolvimento inter-regional, financia duas dúzias de latifundiários, exatamente nestes 5 anos de seca, com recursos, praticamente a fundo perdido, que vão além de 100 bilhões de cruzeiros.

Alguns desses latifundiários, eleitos Deputados Federais e Senadores da República, estão hoje neste plenário votando contra as eleições diretas. São eleitores do Ministro Mário Andreazza, naturalmente.

Os milhões de desempregados deste País querem eleições diretas. Os trabalhadores espoliados também querem votar. Os aposentados, as mulheres, os negros, os índios, os que migram dos campos para a prostituição e degeneração urbana, os malditos da Terra querem mudar. As classes médias sabem que isto não pode continuar. Os empresários que efetivamente acreditam na produção, e sabem que a produção é punida, a especulação premiada, querem mudanças, que somente ocorrerão legitimamente, efetivamente, através de uma Assembleia Nacional Constituinte, com a quebra do poder pelas eleições diretas.

Srs. Deputados, Srs. Senadores: não proibam o Brasil. Este, alás, é o desesperado apelo do Presidente da ABI-COMP, Edson Fregni, diante da mais iminente ameaça da entrega do futuro do País, ao longo do século XXI, às empresas multinacionais, na área de informática e do importantíssimo setor da telemática. Uma tecnologia de ponta, que determinará o destino dos povos, e que se tenta negociar com as multinacionais, como o FMI.

O Brasil, que assiste estarecido à negociata da sua hegemonia, sua cultura, sua inteligência, quer votar, para que não seja a Câmara de Comércio Americana quem comande o nosso grau de autonomia e a busca de autonomia tecnológica.

Abriu o mercado na área de informática não e tese econômica. É ideológica. Abriu o mercado é geopolítica defendida por um certo Senador de Mato Grosso que nos acusa de pretender curral tecnológico, quando no máximo ele entende de curráis eleitorais. De que outra maneira poderia eleger-se Senador por Mato Grosso, por um povo que nem sequer entende o seu sotaque?

As eleições diretas impediriam que ações despidoradamente antinacionais, como a quebra da reserva de mercado, se consumassem. Mas nos gabinetes fechados dos Ministérios econômicos — e até diria, sem medo de cometer injustiça, dos Ministérios das Comunicações, das Minas e Energia — a reserva é vista como uma alternativa a menos para as práticas de corrupção.

Eleições diretas para a reforma agrária, que se faz ao contrário neste País de demagogos e tecnocratas. Na década de 1970, os 14 milhões de camponeses que migraram dos campos para as cidades não o fizeram por uma decisão voluntária. Resultou do dilema: sobreviver ou perecer? Eles querem eleições diretas.

Ouçó o nobre Deputado Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy — Nobre Deputada Cristina Tavares, V. Ex^a coloca o significado do que será a eleição direta para o povo brasileiro, do que significa essa esperança que mobiliza milhões de brasileiros em todos os recantos, não apenas aqueles que hoje estão na praça do Rio de Janeiro, mas por todos os rincões da Pátria, esperando a decisão do Congresso Nacional, para varrer, de uma vez por todas, a impunidade daqueles que não têm qualquer respeito pelo povo, para varrer do poder aqueles que o galgaram sem qualquer legitimidade, para varrer do poder aqueles que não prestam contos dos seus desmandos, na forma de enriquecimento, que fizeram com que até as mais altas autoridades acabassem por se locupletar, em função das decisões que algumas pessoas detêm, como as que estão nos Ministérios do Planejamento e da Fazenda. Deputada Cristina Tavares, amanhã irei enviar ao próprio Ministro da Fazenda mais um documento indicador de irregularidade gravíssima, que denota, com um indício sério, a maneira como autoridades se locupletaram em função das operações entre as instituições oficiais e o grupo Coroa-Brastel.

A SRA. CRISTINA TAVARES — Agradeço o aparte, Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy. A contribuição de V. Ex^a no capítulo da denúncia da corrupção na economia tem sido um dos pulmões deste País.

Sr. Presidente, para concluir, eu gostaria de dizer: Eleições diretas para a moratória; para que não sejam o sangue e as lágrimas do povo brasileiro os avalistas desta dívida estúpida, que reflete uma ordem econômica internacional iníqua.

Eleições diretas pela vergonha nacional. Para que seja encerrado e enterrado o movimento de 1964, como profetizou ontem, no grande comício de São Paulo, uma senhora de mais de 80 anos, a mãe Cristina.

Não ao Colégio Eleitoral, porque é, na jucomposição e natureza, um instrumento de reprodução do regime que aí está.

O poder nós conquistaremos, por todas estas razões históricas, razões econômicas, razões sociais, éticas e nacionais.

Poderemos até admitir que não será hoje.

O Presidente Figueiredo perdeu o juízo ao ameaçar com a retirada da Emenda. Mas perdeu sobretudo a compostura política. Conquistaremos o poder, como instrumento de mudanças, com a modificação da correlação das forças em jogo. Não perdem por esperar os

nobres e honrados parlamentares que votam contra a eleição direta, pois 1986 os arrazará.

Este partido oficial desfigurou-se, automutilou-se e será finalmente soterrado pela grande avalanche popular de 1986.

Se hoje formos derrotados, continuaremos servindo aos interesses nacionais, em rígida e feroz oposição a estes filhos degenerados do regime.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — O tempo de V. Ex^a está esgotado.

A SRA. CRISTINA TAVARES — Concluo, Sr. Presidente, para dizer a V. Ex^a à Mesa do Congresso Nacional, às Lideranças do partido do Governo e às lideranças dos partidos de Oposição que nós queremos votar essa Emenda hoje e agora. (Muito bem! Palmas.) A não-votação da Emenda, hoje, possivelmente significa uma trégua para que este Governo degenerado venha a retirá-la, para que não possamos derrotá-la.

Apelo às Lideranças da Oposição e do Governo para que votemos a Emenda hoje à noite. Ficaremos aqui por toda à noite, mas queremos votar, para sermos os vencedores ou os vencidos. Não queremos omissão. Queremos votar hoje a Emenda. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ademir Andrade.

O Sr. Jorge Arbage — Sr. Presidente, com fulcro no Regimento Comum solicito a V. Ex^a a palavra para, como Líder do Partido Democrático Social, discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem.

O Sr. Itamar Franco — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem.

O Sr. Itamar Franco — (PMDB — MG. sem revisão do orador.) — Pedi a palavra pela ordem, Sr. Presidente, para saber de V. Ex^a qual o prazo de duração desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — A sessão terminará exatamente às 19 horas.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, como o Líder do PDS possivelmente falará durante 20 minutos, com base no art. 23, peço a V. Ex^a a prorrogação desta sessão pelo prazo de 4 horas, para que possamos, inclusive, tentar a votação ainda nesta noite. (Manifestação das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Pede o eminente Senador Itamar Franco a prorrogação do prazo da sessão por quatro horas. A Mesa não pode, de ofício, aceitar o pedido de prorrogação. Terá que consultar o Plenário. E a Mesa vai fazer consulta ao plenário para decidir se prorroga ou não a sessão.

O Sr. Jorge Arbage — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Dou a palavra ao nobre Líder Jorge Arbage, do PDS.

O Sr. Jorge Arbage (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o nosso propósito era dividir o tempo com o Deputado Ademir Andrade. Nós iríamos falar durante dez minutos. No entanto, para evitar qualquer quebra na disciplina e na cordialidade que vem presidindo os trabalhos desta sessão, a Liderança do PDS retira o pedido, desde que o eminente Senador também o

faça. Assim V. Ex^a poderá conceder a palavra ao nobre Líder Ademir Andrade.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Já tínhamos concedido a palavra ao nobre Deputado Ademir Andrade, quando V. Ex^a pediu a palavra, pela ordem.

O Sr. Itamar Franco — Por abséquio, Sr. Presidente, desejo referir-me ao problema da prorrogação que encaminhei a V. Ex^a respeitosamente.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Vou pôr a matéria em votação. Solicito ao nobre Deputado Ademir Andrade que aguarde a decisão do Plenário, para que eu possa conceder-lhe a palavra.

A votação vai começar pela Câmara dos Deputados.

O Sr. Itamar Franco — Sr. Presidente, a votação pode ser simbólica. (Pausa.)

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, queria apenas lembrar a V. Ex^a que, em se tratando de um pedido de prorrogação, a votação poderá ser simbólica.

O Sr. Freitas Nobre — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. FREITAS NOBRE (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, indago de V. Ex^a se, havendo a prorrogação, será para cumprir o tempo restante dos oradores ou se V. Ex^a pode realizar hoje a votação?

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — A questão de ordem formulada pelo eminente Senador Itamar Franco é no sentido de pedir pura e simplesmente a prorrogação da presente sessão por mais 4 horas.

O SR. FREITAS NOBRE — Sr. Presidente, indago de V. Ex^a, em questão de ordem, se essas 4 horas serão para discussão da matéria ou se V. Ex^a pretende colocá-la em votação.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — É só para discussão da matéria. O Regimento é muito claro.

O Sr. Itamar Franco — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, entendo a preocupação do Líder Freitas Nobre a quem me cabe devotar o maior respeito. Mas é evidente que, se estou pedindo a prorrogação para discussão, nada impede de, posteriormente, quatro senadores, tendo usado a palavra, pedir a V. Ex^a o encerramento da discussão. O nobre Líder está preocupado com o fato de votarmos ou não esta matéria hoje. Nós queremos votá-la hoje. E vamos tentar isso. Nós, o PMDB, todos da Oposição estamos na obrigação de fazer essa tentativa.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — O art. 38 do Regimento diz o seguinte, Senador Itamar Franco: na discussão, os oradores falarão pela ordem de inscrição, pelo prazo máximo de 20 minutos, concedendo-se a palavra, de preferência, alternadamente, a congressistas favoráveis e contrários à matéria.

O Sr. Jorge Arbage — Art. 39, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — É o art. 39. “A discussão se encerrará após falar o último orador inscrito. Se, após o término do tempo da sessão, ainda houver inscrição a atender, será convocada outra” — o que já se fez: esta que já se está concluindo — “ao fim da qual estará a discussão automaticamente encerrada. Isto é, com esta sessão, que se ia encerrar às 19 horas, automaticamente estaria encerrada a discussão da matéria. Tenho sobre a mesa um documento...”

O Sr. Jorge Arbage — Sr. Presidente, para contraditar, V. Ex^a já citou os artigos 38 e 39, que se aplicam ao caso. Mas vou mais além. O art. 40 diz: “Não será admitido requerimento de adiamento de discussão, podendo, entretanto, ser adiada a votação, no máximo, por 48 horas, a requerimento de Líder, desde que não seja prejudicada a apreciação da matéria no prazo constitucional”. V. Ex^a já determinou ou vai determinar a convocação de sessão para amanhã, às 10 horas. Se não o fez, a Liderança do PDS requer que seja exatamente adiada a votação por prazo de 48 horas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Srs. Senadores, Srs. Deputados, vou decidir a questão de ordem...

Antes de decidi-la concedo a palavra ao nobre Líder Freitas Nobre.

O SR. FREITAS NOBRE (PMDB — SP — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, devo dizer ao Plenário e à Casa que houve uma reunião das Lideranças de todos os partidos nesta Casa com a presença de todos os Presidentes ou Vice-Presidentes dos partidos representados nesta Casa. Neste encontro, realizado hoje, aguardávamos uma resposta do PDS, tendo em vista que não concordamos em renunciar a qualquer dos nossos direitos aos requerimentos de destaque para a votação em separado ou de preferência. (Palmas.)

Ocorre, Sr. Presidente, que as lideranças do PDS pediram que a reunião fosse realizada amanhã, às nove horas da manhã, e que a sessão para a votação se realizasse às dez horas. Não somos intransigentes, não admitimos que nos impeçam o direito de usar todos os recursos do Regimento; mas, se há possibilidade de propostas do Governo para o entendimento, as lideranças, sem exceção, com as direções partidárias, aceitaram essa solução. É por esta razão que estamos com a reunião para a votação amanhã, às dez horas da manhã. Agora, se houver a prorrogação dos trabalhos para a continuidade do debate da matéria, não há impedimento de nossa parte: só o haverá sentido de que a votação se processe agora, porque, como acentuei, foi resultado do entendimento havido entre todas as Lideranças, partidárias para que ela se realize amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Peço ao nobre Senador Itamar Franco que aguarde. Concedo a palavra ao nobre Líder Nelson Marchezan.

O SR. NELSON MARCHEZAN (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, antes que V. Ex^a decida, apenas para confirmar as palavras em boa hora proferidas pelo Líder do PMDB, Deputado Freitas Nobre, tive oportunidade de chegar à Mesa, quando, ainda, então, a presidência do Senador Moacyr Dalla, e, juntamente com o Senador Affonso Camargo Neto, para comunicar a S. Ex^a, o Presidente do Congresso, que todos os partidos, por suas Presidências e suas Lideranças, haviam chegado ao entendimento de propor o adiamento da sessão de votação para amanhã, a fim de ensejar tempo para que se criem condições — assim esperamos — para salvar esta emenda e os entendimentos enriquecedores que fizemos até aqui. Portanto, as minhas palavras são as mesmas do Líder Deputado Freitas Nobre confirmando esse entendimento. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Vou responder ao nobre Líder do PDS, Deputado Nelson Marchezan. Quando assumi a Presidência, comunicou-me o Moacyr Dalla que havia recebido uma comunicação de todos os Líderes Partidários. Vamos anunciar, neste momento, esta comunicação. Atendendo a este acordo, seria, como será, convocada uma sessão conjunta para amanhã, a se realizar às 10 horas, neste Plenário, destinada à votação da proposta de emenda à Constituição. Portanto, isto é assunto vencido, fruto de um acordo das lideranças nesta Casa. Vamos decidir, agora, a questão da prorrogação.

O Sr. Humberto Lucena — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Tem V. Exª a palavra como Líder.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, diante das últimas ocorrências nesta sessão do Congresso Nacional, que culminaram com a apresentação de um requerimento de prorrogação da sessão pelo Senador Itamar Franco, que é um direito que lhe assiste, de acordo com o Regimento, tendo em vista as considerações feitas da tribuna pelo nobre Líder Freitas Nobre, que subscrevo integralmente, faço, neste instante, um apelo caloroso ao nobre Senador Itamar Franco, no sentido de que retire a sua proposição para que possamos honrar o compromisso interpartidário. (Palmas.)

O Sr. Itamar Franco — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Tem a palavra o nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, lamento a decisão da Liderança do meu partido, tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado da República, mas não posso deixar de atender ao apelo do meu Líder, mesmo protestando contra essa atitude, porque entendo que, se durante 24 horas, o Governo não chegou a um acordo com a Oposição, não será durante a madrugada que vamos fazê-lo. Lamento, Sr. Presidente, que nós, que estamos aqui para votar, ainda hoje, esta matéria, tenhamos que atender ao apelo do Governo, que não quer votá-la. E não quer votá-la porque sabe que hoje correria o risco de termos eleições diretas neste País, lamento, portanto, a atitude da Liderança do meu partido, mas não posso, como liderado do Senador Humberto Lucena, de atender ao seu apelo. Porém protesto veementemente contra essa manobra, que não quer dar eleições diretas ao nosso País, inclusive a Liderança do meu partido.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — O eminente Senador Itamar Franco, atendendo ao apelo da sua Liderança, retira a sua questão de ordem.

Faltam 10 minutos para as 19 horas e eu concedo a palavra ao nobre Deputado Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é realmente lamentável que tenha sido feito esse acordo entre as lideranças. É lamentável, Sr. Presidente, porque sabemos que os serviços de informações do Regime sabiam da possibilidade concreta de perderem na votação, hoje, no Plenário desta Casa. E o que eles querem exata-

mente é ganhar tempo para praticar o terrorismo com seus Congressistas, com os Senadores do PDS, tentando convencê-los a não votar os destaques do art. 183. É lamentável, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que a nossa liderança, mais uma vez transigindo, tenha confiado na liderança do PDS, ou tenha confiado num apelo que, naturalmente, deve ter vindo do Planalto, para tentar convencer os Congressistas do PDS a não apoiarem o nosso pedido de destaque que apresentaremos amanhã. Só a inocência só a boa vontade, só não se vendo o passado de traições, o passado de palavras voltadas atrás, é que se pode conceber a concessão feita pela nossa liderança nesta tarde.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quem conhece o General Figueiredo, quem percebe a sua história ao longo desses cinco anos de Governo, não cairia jamais no atendimento de uma solicitação como esta. Não duvido de que ele tenha pedido este prazo. Se S. Exª não conseguir convencer os seus senadores e alguns dos seus deputados, não duvido de que ele amanhã venha retirar a sua emenda, porque sabemos das suas traições. O General Figueiredo jamais teve respeito pelo Congresso Nacional; em momento algum do seu Governo ele teve a mínima consideração para com esta Casa.

Lembro-me bem, ainda não era Deputado, este Congresso rejeitou um projeto de lei que aumentava a contribuição previdenciária dos trabalhadores brasileiros. O General Figueiredo, ao voltar dos Estados Unidos, desrespeitando o Congresso Nacional, aumentou a cota da Previdência, através de um decreto-lei. Com relação também à mudança das sublegendas para governadores de estado, que esta Casa recusou, o Presidente Figueiredo, num desrespeito absoluto, impôs a vinculação do voto e a reforma eleitoral. No ano passado fez acordo com o Fundo Monetário Internacional, sem consultar o Congresso Nacional, como manda a Constituição brasileira. Atendendo a interesses do imperialismo econômico internacional enviou a esta Casa decretos-leis absolutamente inconstitucionais, que, sob o tacho do estado de emergência, violência praticada contra o povo e contra a Nação, fez aprovar nesta Casa, com a conivência dos seus Deputados do PDS e de uma parcela de Deputados do PTB. Vimos que, naquela ocasião, ele traiu os seus próprios Deputados do PDS, quando, por exigência desses, retirou o art. 44 do Decreto-lei nº 2.065, que condicionava o aumento dos aposentados da Previdência à arrecadação dessa mesma previdência. E, em função disso, o PDS aprovou o Decreto-lei nº 2.065. Logo em seguida, após o recesso, o General Figueiredo traiu esta Casa, desrespeitando os congressistas do PDS. Enviou um novo decreto-lei recolocando aquele mesmo artigo retirado do Decreto-lei nº 2.065. Como é, então, que se pode confiar num Governo como este? Como é, então, que se pode confiar num Governo que manda uma emenda para desmobilizar a emenda do dia 25 de abril, que era a Emenda Dante de Oliveira? Ora, Sr. Presidente, eu não cairia nessa. Tomara que a nossa Liderança tenha sorte — tomara, porque eu não acredito nessa sorte. Acredito, sim, que eles vão chamar os senadores lá hoje e vão intimidá-los, coagi-los, pressioná-los, ameaçá-los de perderem as suas mordomias nesta Casa etc. para que eles, amanhã, não votem pelo nosso destaque. Mas tenho confiança em que a nossa Liderança se manterá firme na posição de que não aprovaremos a Emenda Figueiredo, sem que tenhamos a possibilidade de votar o destaque que retira o art. 183 e, conseqüentemente, a eleição direta em 1984 e a regulamentação do Colégio Eleitoral. Que a Liderança tenha esta posição clara, pois tenho certeza de que é a vontade de toda a bancada do nosso partido, porque do contrário, ela não será atendida.

Nós não consideramos vitória as pequenas conquistas que se apresentam nessa Emenda, como a eleição direta para Prefeitos das Capitais, eleição de 8 deputados para o Distrito Federal. Essas são algumas reformas insignificantes que não mudam o essencial na vida brasileira, que é a questão da política imposta pelo Fundo Monetário Internacional, que é a questão da política de exportação, porque tudo que fazemos nesta Pátria, hoje, é para exportar, para pagar a dívida externa.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Comunico ao nobre orador que seu tempo está esgotado.

O SR. ADEMIR ANDRADE — Sr. Presidente, pergunto a V. Exª se eu não teria direito a 20 minutos, já que meu tempo foi tomado pelas questões de ordem apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — O horário da sessão já se extinguiu. Mas V. Exª tem mais dois minutos para concluir o seu pensamento.

O SR. ADEMIR ANDRADE — Agradeço a gentileza a V. Exª, Sr. Presidente. Temos ainda esperança de que amanhã façamos passar a eleição direta para Presidente da República. Se não conseguirmos isso, pelas pressões do Planalto, pelas pressões dos militares de extrema-direita que comanda este País, haveremos de sair às ruas, conchamar o povo a radicalizar, a paralisar esta Nação, a fazer greve geral, porque este é o único caminho que nos resta

Não podemos aceitar mais o continuísmo, não podemos aceitar mais o entreguismo desta Pátria em mais quatro anos de governo ilegítimo. Não sei o que nos restará. Portanto, nosso caminho é sair às ruas, convocar o povo a paralisar esta Nação e radicalizar contra o regime militar. Trata-se de conquistar a liberdade e a democracia para este País. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Srs. Senadores e Srs. Deputados, esgotado o tempo regimental da sessão, a discussão da matéria está automaticamente encerrada, nos termos do disposto no art. 39, *in fine*, do Regimento Comum

Atendendo a acordos das Lideranças, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 10 horas, neste Plenário, destinada à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 1984, e a discussão das de nºs. 13 a 28/84, que com ela tramitam.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Antes de encerrar a sessão, nos termos do art. 55 § 1º, *in fine*, da Constituição, esta Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 30 minutos, neste Plenário, destinada à apreciação dos projetos de Decreto Legislativo nºs. 17, 18 e 19, de 1984 (oitava sessão), nº 22, de 1984 (sétima sessão) e nºs. 21 e 23, de 1984 (sexta sessão).

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Está encerrada a sessão

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 5 minutos)

Ata da 180ª Sessão Conjunta, em 27 de junho de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Lomanto Júnior

ÀS 19 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargó — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arlindo Pôrto — PMDB; Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randalfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curio — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PDS; Eptácio Cafeeira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado —

PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Tomaz Coelho — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfóra — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Alvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darclio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Franciso Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Ruben Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB;

José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccharini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oscar Corrêa Júnior — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Aírton Sandoval — PMDB; Aírton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Cheidde — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Glória Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Orácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novae — PMDB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoíno — PT; Maluly Neto — PDS; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Ramundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB;

Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Loures Bueno — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Eptácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Viana — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugoardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Junior) — As listas de presença acusam o comparecimento de 68 Srs. Senadores e 442 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Hermes Zaneti.

O SR. HERMES ZANETI (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, volto a esta tribuna para tratar de um grave problema nacional, qual seja o da greve dos professores das universidades autárquicas, da greve dos servidores, da greve dos médicos residentes, da greve dos servidores da Previdência Social.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, os professores da Universidade brasileira estão em greve há mais de 40 dias, e até este momento o Governo Federal não apre-

sentou nenhuma proposta capaz de resolver este impasse. Ainda ontem, tivemos uma audiência com a Sra. Ministra da Educação, que comunicou a um grupo de Parlamentares e às lideranças dos movimentos grevistas que o Governo estava dando sua última palavra, que não dialogaria mais e não avançaria naquilo que já havia dito aos movimentos grevistas.

Eu quero dizer, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que é uma irresponsabilidade do Governo Federal atentar contra a universidade brasileira, paralisando-a, que é sua a responsabilidade pela perda do ano letivo, pelas graves consequências da destruição do patrimônio cultural do Brasil. Nós, que, desta tribuna, por várias vezes já acusamos o Governo, a ela voltamos para dizer ao Governo Federal que não pense que os grevistas se atemorizam com ameaças, que os grevistas recuam, temendo o Governo Federal.

Não, Sr. Presidente, Srs. Congressistas. Tenho informações de que a greve dos servidores, dos professores, dos previdenciários, dos médicos residentes está mais sólida, mais forte e mais determinada do que nunca, e de que eles, na salvaguarda do melhor patrimônio do Brasil, que é seu sistema educacional, persistem determinados a levar este movimento até as últimas consequências, para exigir do Governo Federal que assuma a sua responsabilidade, adote uma atitude coerente e apresente uma solução, antes que seja tarde demais, antes que a Universidade, já fechada, seja destruída.

Por isto, desta tribuna, quero fazer um apelo a V. Ex^a, Sr. Presidente e Srs. Congressistas. Amanhã, votaremos aqui a Proposta de Emenda Constitucional nº 11. A esta Proposta de Emenda Constitucional foram apresentadas mais de 200 subemendas, dentre elas algumas tratando do reajuste semestral e do 13º-salário para os servidores públicos. Defendemos que os partidos aqui representados, que esta Casa — o Congresso Nacional, representante do povo brasileiro — todos juntos, amanhã, aproveamos a subemenda que trata do 13º-salário e do reajuste semestral para os servidores públicos. Que nesta Casa, que é a casa do povo brasileiro, este movimento social encontre guarida e que aqui demos a solução que o Poder Executivo se tem negado a dar até agora.

Estou seguro de que amanhã, se aprovarmos aqui a subemenda que trata do reajuste semestral e do 13º-salário para os servidores públicos, estaremos contribuindo de modo decisivo para a solução das greves dos servidores, dos professores, dos médicos residentes, dos servidores da Previdência Social e de todos os funcionários públicos do País, já que esses servidores estão sendo explorados por um Governo que manda as empresas pagarem esses direitos, e ele mesmo não os paga aos seus funcionários, que são os servidores públicos.

Esta Casa, amanhã, ao fazer justiça à Nação, ao devolver ao povo brasileiro o direito de eleger o seu Presidente da República, deve também fazer justiça ao fazer justiça aos servidores públicos e reconhecer-lhes o direito ao reajuste semestral nos mesmos índices pelos quais são reajustados os salários dos trabalhadores, sem as restrições do Decreto nº 2.065, e também dar-lhes o décimo terceiro salário, para que se reponha, por dever de justiça, aquilo que, irresponsavelmente, o Poder Executivo sistematicamente vem-lhes negando, tornando-se, por isso mesmo, responsável pela paralisação da universidade brasileira, pelo fechamento dos hospitais, pelo fechamento do serviço da Previdência Social e pelo caos que este Governo criou nesta Nação.

Era este o apelo que queria fazer, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no sentido de que, amanhã, esta Casa faça justiça aos servidores públicos e aprove a subemenda do décimo terceiro salário e do reajuste semestral.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Dias.

O SR. FRANCISCO DIAS (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em perfeita consonância com o ensino evangélico e apostólico de que “o trabalhador deve ser o primeiro a gozar do fruto do seu trabalho” (Segunda Epístola a Timóteo, capítulo dois, versículo seis), a Prefeitura Municipal de São Paulo, sob a competente administração do Prefeito Mário Covas, instituiu, organizou e está pondo em prática o programa do Supermutirão de Limpeza e Serviços, que foi aplicado com excelentes resultados nas áreas das Administrações Regionais de Pirituba, Perus e Campo Limpo. Mais recentemente, o terceiro supermutirão foi realizado, com o mesmo e cada vez mais crescente êxito, na Região de São Miguel Paulista e de Ermelino Matarazzo.

Com 2.300 servidores, a presença maciça do moderno maquinário recém-adquirido pela Prefeitura e a participação ativa de centenas de moradores, realizou-se, por uma semana, no mês de maio próximo passado, o terceiro supermutirão deste ano.

Supervisionado diretamente pelo Prefeito Mário Covas e pelo Secretário das Administrações Regionais, Sampaio Dória, esse terceiro supermutirão realizou naquela região da Grande São Paulo, Sr. Presidente, os seguintes serviços:

- regularização mecânica e cascalhamento em 320 ruas de terra, numa extensão de 100 quilômetros;
- implantação de 15 novas praças em áreas municipais e preparação de terreno para outras 14 praças;
- capinação de 849.860 metros quadrados de terreno;
- varredura de 316.660 metros quadrados;
- desobstrução de 5.397 bocas-de-lobo;
- remoção de 3.571 metros cúbicos de detritos;
- reparos hidráulicos, elétricos, pintura e limpeza nas 42 escolas da região; e
- pinturas de guias, numa extensão de 180 quilômetros.

Esses significativos serviços, que jamais seriam feitos ou, na melhor das hipóteses, demoraria tempo considerável para que fossem feitos, Srs. Congressistas, foram programados pela Prefeitura de acordo com indicações da Sociedade Amigos de Bairro daquelas localidades, além de outras entidades de serviço, e mobilizaram o seguinte e impressionante aparato de equipamentos: 112 caminhões basculantes, 134 caminhões de carroceria, 132 coletores, 29 carros irrigadores, 43 motoniveladoras, 15 retro-escavadeiras, 34 pás carregadeiras, 12 tratores, 32 rolos compressores, 10 guinchos, 12 cavalos mecânicos e 188 veículos leves.

Esse terceiro supermutirão foi realizado numa região (São Miguel-Ermelino Matarazzo) que abrange uma área de 70 quilômetros quadrados e abriga uma população de cerca de um milhão de almas, sendo que sua maioria se compõe de famílias de baixa renda. É, portanto, serviço direto para o povo em sua melhor expressão.

Era o que tinha para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Tem a palavra o nobre Deputado Aldo Arantes. (Pausa.) Não está presente S. Ex^a

Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson do Carmo.

O SR. NELSON DO CARMO (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, dei um aparte ao discurso do dinâmico Deputado Genebaldo Correia, quando fui impedido de expor algumas ideias que gostaria fossem melhor analisadas pelas Oposições. Trata-se do seguinte: estive nas reuniões de Lideranças e fiz um apelo aos líderes oposicionistas para que aproveitassem o que o Emendão Figueiredo tem de bom, tais como eleições dos prefeitos das capitais daqui a dois anos; prorrogação da atual legislação dos pequenos partidos por doze anos; poderes para que este Congresso legisle sobre matérias tributárias e financeiras, enfim uma

série de prerrogativas que nos serão benéficas. Pergunto: por que não aproveitarmos isso, aprovamos o que o Emendão tem de bom e partimos, daqui a dois ou três meses, para uma nova campanha pelas eleições diretas? É por demais sabido que, se não for retirado o substitutivo das diretas já, o Emendão Figueiredo será retirado e perderemos a oportunidade de aprovarmos essa série de boas medidas que facilitarão o nosso trabalho.

O País está em crise econômica, crise política, crise social. Não existem palavras no nosso vocabulário que possam descrever com exatidão o que o País está passando. Portanto, faço apelo às oposições para que reflitam bem e não deixemos escapar a oportunidade de poderemos legislar sobre matéria financeira, dando-nos prerrogativas que jamais nos foram dadas por este sistema de governo. Faço um apelo à razão, ao bom senso, para que não deixemos escapar a oportunidade que ora se apresenta a esta Casa. Sou favorável à emenda das diretas já. Vou votar pelas diretas já, daqui a dois, três ou seis meses, mas digo e repito que se agirmos com a cabeça fria, sem radicalismos, se agirmos com bom senso, conseguiremos trazer a esta Nação, a este povo tão carente medidas que, pelo menos, facilitarão nosso trabalho. Poderemos legislar sobre matéria financeira, o que não nos é permitido. Portanto, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, o problema está em nossas mãos. Não concebo excessos ou radicalismos, que não levam a nada e são exageros que trazem a penúria a este povo, o desemprego, a fome e a marginalização. E isso não será — eu pergunto — um excesso de radicalismo? Ora, vamos conversar, vamos dialogar. Por que não retirar o atual substitutivo das diretas já, para que esse “Emendão” o Sr. Presidente Figueiredo não o retire das nossas mãos? É uma questão de bom senso, Sr. Presidente, Srs. Congressistas. É uma questão de razão. Não se concebe, sob hipótese alguma, ou não se admite deixarmos escapar a oportunidade que ora se nos oferece aprovando medidas que facilitam o nosso trabalho dentro desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (MPDB — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tenho pelo Deputado Nelson do Carmo, do PTB de São Paulo, o maior apreço pessoal, porém eu não poderia deixar de dizer nesta noite; a esta Casa, que viveu uma tarde de expectativa, uma tarde de esperança, que é lamentável, por todos os aspectos, a pregação aqui feita há pouco pelo Deputado petebista de São Paulo.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, só há duas justificativas para o gesto de acusar as Oposições, numa hora destas: ou inocência por excesso, ou má fé. E em nenhuma dessas condições eu gostaria de colocar o nobre Deputado Nelson do Carmo. Ninguém buscou mais o entendimento e o diálogo de que as Oposições brasileiras, discutindo exaustivamente, nas Comissões Mistas, a Emenda de S. Ex^a o Presidente Figueiredo. É lamentável que o Deputado Nelson do Carmo, que aqui hoje critica a linguagem oposicionista, não tenha tomado esses mesmos caminhos quando percorreu São Paulo de Norte a Sul na cauda do fenômeno Jânio Quadros, em busca de voto para sua eleição. Devia S. Ex^a ter dito ao povo de São Paulo que a Oposição era responsável pelo custo de vida, pela fome e pela miséria, e não enganá-lo, prometendo vir para cá seguir a doutrina do Chefe maior, Sr. Jânio Quadros, este, sim, talvez um dos grandes responsáveis por estarmos aqui, noite a dentro, discutindo e tentando aprovar uma aspiração brasileira interrompida depois do seu gesto treslocado. Seria bom que o Deputado Nelson do Carmo tivesse percorrido o interior de São Paulo dizendo isso, e não, depois dos acordos e desacordos entre o PTB e o governo, vir aqui dizer desta tribuna

que a Oposição é culpada pelo fato de o PDS ter reconhecido, na véspera da votação — minutos antes — que seria derrotado e as eleições diretas seriam restabelecidas. De quem foi o radicalismo? Onde está o radicalismo, nobre Deputado Nelson do Carmo? É lamentável. Tenho certeza de que aquele povo de São Paulo que mandou V. Ex^a para cá, naturalmente acreditando na mensagem que V. Ex^a pregava às vésperas do pleito, vai dormir entristecido ao saber da traição feita pelo comandante, por aquele a quem confiara o que tinha de mais sagrado, que era o depósito do seu voto na urna, ao saber que foi, traído numa hora em que toda a Nação está coesa, tendo-se unido na Praça da Sé ou na Candelária, no meu longínquo Piauí, nas Minas Gerais do Deputado Carone, por esse Brasil a fora, num grito único e indivisível, nobre Deputado Nelson do Carmo. Estão-nos negando o direito de escolher livremente um Presidente da República, que é o mínimo que a Oposição brasileira quer neste instante. Como poderemos confiar em promessas de melhoria de renda, como V. Ex^a aqui pregou, se nos enganaram durante 60 dias com o engodo da Emenda Figueiredo? Como é que podemos aceitar isto e vamos dizer aos eleitores deste Brasil a fora que aceitamos a proposta do Deputado Nelson do Carmo de aceitar a Emenda Figueiredo agora, para discutirmos as eleições diretas depois.

Pediria ao companheiro Nelson do Carmo, brilhante nos seus projetos, dinâmico nas suas ideias, que aproveite a noite de hoje e se debruce no seu travessão, desabafe suas mágoas e angústias, pense no povo que confiou em S. Ex^a e o enviou para cá. Entretanto, peço-lhe que não siga o seu orientador, mas renuncie à ideia de trair o povo e se some às nossas fileiras, às fileiras da Oposição, votando a favor das diretas já. Aqui, nobre Deputado, somos apenas os representantes do povo brasileiro; estamos aqui para falar por ele e estamos apenas às ordens do Brasil.

O Sr. Nelson do Carmo — Sr. Presidente, fui citado nominalmente, várias vezes. Peço a V. Ex^a que me conceda a palavra para contraditar, na devida forma.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Na forma regimental, tem V. Ex^a a palavra, por cinco minutos, para contraditar e explicar.

O SR. NELSON DO CARMO (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Deputado Heráclito Fortes, agradeço a V. Ex^a elogios, mas discordo dos pejorativos. Quanto ao Sr. Jânio Quadros, a que V. Ex^a se referiu, quero dizer que é o único homem, nesta Nação, pela sua respeitabilidade, pela sua honorabilidade, que teve a capacidade de deixar um general de pé, à sua frente, durante 18 minutos, em continência. Pergunto a V. Ex^a: qual é o político deste País, qual é o homem neste País, no momento, que tem essa condição de impor aos nossos generais esse tipo de respeito, esse tipo de ordem? O que está faltando ao poder civil são as condições do Sr. Jânio Quadros que imponham esse respeito aos nossos militares. Infelizmente, não temos líderes neste País. Pergunto a V. Ex^a: aprovado esse substitutivo das diretas já, qual é o Líder oposicionista que irá aderir a uma campanha pelas diretas já? O Sr. Tancredo Neves não o pode por força de legislação; nenhum Governador o pode, também por força da atual legislação. Já foram prescritos os prazos de registro. Não temos líderes nas atuais Oposições. Digo mais: são quatro os partidos de Oposição. Pergunto: esses quatro partidos de Oposição quantos presidenciais já lançaram, até o presente momento? O lado de lá — um só partido — já tem quatro presidenciais. Então, a Oposição não tem direcionamento, não tem finalização, é uma Oposição frouxa. Temos de ver a realidade: a nossa Oposição é frouxa. Temos de pôr a cabeça no lugar, meu nobre Deputado. Temos de aprovei-

tar o que esta emenda Figueiredo nos está oferecendo. São várias as prerrogativas que dá a este Congresso, tais como a de V. Ex^a legislar até sobre matéria tributária e financeira, o que não é atualmente facultado. Portanto, temos de segurar o que está em nossa mão e partir para as diretas já daqui a dois ou três meses. Sou favorável a elas. Mas não vamos, por excesso de radicalismo, rejeitar aquilo que nos é oferecido, ou seja, a oportunidade de dar a esta Casa a possibilidade de legislar com hegemonia. Discordo de V. Ex^a e dos Líderes opositores. Fiz um apelo patético aos líderes, no sentido de que deixem os radicalismos de lado. Vamos aproveitar o que há de bom na Emenda Figueiredo e, daqui a dois ou três meses, vamos prosseguir em nossa companhia pelas diretas já.

O Sr. Heráclito Fortes — Sr. Presidente, baseado no mesmo dispositivo regimental referido pelo Deputado Nelson do Carmo, peço a V. Ex^a a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Sem nenhuma liberalidade, mas cumprindo o Regimento, V. Ex^a terá oportunidade de responder ao Deputado Nelson do Carmo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB — PI. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ouviu esta Casa, mais uma vez, a proposta do representante do Sr. Jânio Quadros na Câmara, que traz, de todo o passado político de S. Ex^a, apenas o fato de ele ter colocado um general em continência, por 18 minutos, à sua frente. Porém, não foi forte o suficiente para agüentar o primeiro grito, o que o levou à renúncia, deixando esta Nação na rua da amargura. Ainda hoje, justifica a sua decisão pelo fato de ter sido vítima de forças ocultas, mas nunca as esclareceu nem justificou. É lamentável que o nobre orador de São Paulo venha propor à Nação, através da Oposição brasileira, vitoriosa em 1982, que aceite, como quem aceita esmola, esta emenda que nos quer impor o Palácio do Planalto. O povo brasileiro não quer, não pode, não aceita nem jamais aceitará esmolas. O que ele quer é que seja recolocado, no seu devido lugar, uma conquista, um direito histórico que lhe foi tomado, que é o de escolher livre e soberanamente o Presidente da República do Brasil. É lamentável! Como ficará triste, hoje, aquele povo paulista, que acreditou nas palavras de S. Ex^a, que acreditou nas ações e nas promessas de construção dos **Kibutzim**, dos hospitais, na construção de uma melhoria de vida para o povo paulista. Como vai dormir triste a cidade do nobre Deputado ao saber que, escolheu um representante da Oposição para que ele interpretasse aqui os anseios, os desejos e as aspirações daquela população sofrida, mas que hoje, além de sofrida, está frustrada e traída, ao vê-lo nesta Casa do povo defender um acordo com quem vem sempre fugindo do diálogo e do entendimento com a Nação brasileira.

Nobre Deputado, nobre companheiro de São Paulo, continue desenvolvendo seus projetos de construção de **Kibutzim** e outras coisas, mas no Nordeste, porque V. Ex^a estará prestando um grande serviço a este País. Desenvolva seus projetos de Algaroba, mas deixe a democracia ser discutida e defendida por aqueles que sofrem na pele, por aqueles que estão aqui representando o que pensa e o que quer o povo brasileiro neste instante. Lembre-se do exemplo de companheiros seus, paulistas, da vizinha cidade de São José do Rio Preto, do partido contrário, o PDS, que, pelo fato de terem traído as aspirações do povo, tiveram simbólico enterro, festejado e festivo, naquela cidade, que só se diferenciava dos demais pelo fato de, ao invés de lágrimas e choro, via-se a alegria das fanfarras e dos foguetes. Mais uma vez recorrendo a V. Ex^a durma, Deputado, descansa sobre um travesseiro. Ainda é tempo. Siga seu chefe, renuncie ao desejo, de traír a Nação brasileira

O Sr. Nelson do Carmo — Sr. Presidente, tenho direito à réplica

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Desculpe-me, nobre Deputado, o Congresso Nacional não se pode transformar em pingue-pongue. V. Ex^a terá oportunidade de contraditar, em outra sessão.

Mas o Regimento me proíbe conceder a palavra a V. Ex^a

O Sr. Nelson do Carmo — Para uma questão de ordem

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — E eu, para que tenha autoridade nesta Mesa, terei de cumprir o Regimento, custe o que custar, doa a quem doer. Sempre digo que quando me sento nesta cadeira dispo-me até da sigla partidária a que pertencço para cumprir o Regimento e manter a boa ordem dos trabalhos no Congresso Nacional

Tem a palavra o nobre Deputado Francisco Amaral.

O Sr. Nelson do Carmo — Sr. Presidente, S. Ex^a disse que minha cidade me envergonha. Preciso dizer que tenho vinte e seis projetos apresentados e seis discursos feitos, tenho projetos para a região de S. Ex^a. S. Ex^a precisa saber disso. E não tenho vergonha da minha cidade, pelo contrário. A média de cada Deputado é de cinco projetos, e eu tenho apresentados vinte e cinco, vinte e seis. Estou acima da média.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, a aprovação, por parte do Congresso Nacional, de determinadas propostas contidas no bojo da Emenda Constitucional Leitão de Abreu, como já se tem afirmado com constância, principalmente nos últimos dias, será ruínoza.

Por exemplo, o contencioso administrativo alcançará em cheio, entre outros, as empresas energéticas de São Paulo, chegando a, talvez, uma soma astronômica de prejuízos, na ordem de dois trilhões de cruzeiros, conforme rápidos estudos feitos.

Para que se registre nos Anais do Congresso os subsídios que me foram fornecidos, em torno do assunto, solicitamos seja transcrita na íntegra a mensagem que acabamos de receber, do teor seguinte.

612725CDEP BR
1130496CESP BRCCCC
TLX. PT/15457/27-6-84
"Câmara Federal de Deputados
Brasília — DF
Atenção — Deputado Francisco Amaral (Vice-Líder PMDB)
URGENTE

Em relação telex que Vossa Senhoria nos enviou a respeito da perda de direito da ação judicial de resultados a compensar das empresas energéticas do Governo do Estado de São Paulo, após análise de nossa área técnica concluímos ter Vossa Senhoria plena razão ao alerta que nos fez.

No ano de 1982, a valores contábeis, os resultados a compensar foram:

CESP — Cr\$ 171,7 bilhões
CPFL — Cr\$ 4,4 bilhões
ELETROPAULO — Cr\$ 12,3 bilhões
TOTAL — Cr\$ 188,4 bilhões

Em 1983, os dados do balanço das empresas acusaram, a preços de dezembro de 1983, os seguintes resultados a compensar:

CESP — Cr\$ 629,6 bilhões
CPFL — Cr\$ 52,3 bilhões
ELETROPAULO — Cr\$ 109,0 bilhões
TOTAL — Cr\$ 790,9 bilhões

Para 1984, a previsão feita em junho/84, a insuficiência de remuneração acumulada (que significa resultados a compensar) deverá ser:

CESP — Cr\$ 1.665,3 bilhões
CPFL — Cr\$ 132,1 bilhões
ELETROPAULO — Cr\$ 217,5 bilhões
TOTAL — Cr\$ 2.014,9 bilhões

Verifica-se assim que a quantia que poderíamos eventualmente perder tal qual previsões de Vossa Senhoria, seria de aproximadamente 2 trilhões de cruzeiros. Transcrevemos abaixo parecer elaborado pela Diretoria Jurídica, dirigida pelo Dr. Maurício dos Santos, sobre os impactos da referida emenda na área energética:

"Sobre o alcance da emenda dos Profs. Miguel Reale e Leitão de Abreu, a ser votada no próximo dia 28, com relação à questão suscitada no telex do Deputado Francisco Amaral, ou seja, se suas posições implicam ou não em que o crédito das concessionárias de serviço público de energia elétrica na conta de resultados a compensar, seja cobrado através de procedimento administrativo, no âmbito do respectivo contencioso, temos a dizer o quanto segue:

1 — A situação atual, nos termos da emenda constitucional número 1/69, é a seguinte:

a) artigo nº 111 da mencionada emenda, com a redação que lhe foi dada pela emenda, constitucional número 7, de 1977, admite que a lei ordinária crie contencioso administrativo, atribuindo-lhe competência para o julgamento das causas mencionadas no artigo nº 110, ou seja: nos "... litígios decorrentes das relações de trabalho dos servidores com a união, inclusive as autarquias e as empresas públicas federais, qualquer que seja o seu regime jurídico"...

b) a redação dada ao parágrafo quarto do art. nº 153 da emenda constitucional número 7 de 1977, restringiu a apreciação, pelo poder judiciário da lesão ao direito individual, através do, condicionamento, conforme prescrição de lei ordinária, de prévia exaustão das vias administrativas, "... desde que não exigida garantia de instância, nem ultrapassado o prazo de 180 dias para decisão sobre o pedido".

c) o artigo nº 203 anexado à emenda constitucional 1/69 pela emenda constitucional número 7/77, admite a criação de contencioso administrativo, federal e estadual, sem poder jurisdicional para a decisão de questões fiscais e previdenciárias, inclusive relativos a acidentes de trabalho".

d) vê-se que, pela situação atual mantém-se em suas linhas gerais a hegemonia do poder judiciário, no dirimir conflitos e decidir sobre quaisquer lesões ao direito individual.

As restrições retro-mencionadas nas alíneas, a e b supra não descaracterizam a hegemonia do poder judiciário.

E com relação à pretensão de criação do contencioso administrativo, nos termos do artigo nº 203, a lei ordinária não cuidou do assunto.

A emenda constitucional dos profs. Miguel Reale e Leitão de Abreu (proposta de emenda constitucional número 11 de 1984, publicada no **Diário do Congresso Nacional** do dia 25-4-84, pela mensagem nú-

mero 35 de 1984 pags. 703/707) altera a situação nos seguintes termos:

a) o artigo nº 153, parágrafo quarto da atual emenda constitucional nº 1/69, com a nova redação da aludida emenda sofre alteração substancial excluindo da apreciação do poder judiciário as lesões de direito individual que sejam submetidas a decisão de contencioso administrativo ou de juízo arbitral.

b) a redação adotada pela nova emenda para o parágrafo quarto do art. nº 153 combinada com a nova redação proposta para o artigo nº 203 da atual emenda nº 1/69, resulta em retirar do poder judiciário sua prerrogativa de poder do Estado desguarnecendo as lesões individuais da devida proteção.

c) a afirmação feita na alínea anterior fica melhor esclarecida com a transcrição da redação proposta pela emenda Miguel Reale e Leitão de Abreu para o mencionado art. nº 203:

“Art. nº 203 — poderão ser criados contenciosos administrativos, federais e estaduais, sem poder jurisdicional, para a decisão de questões fiscais e previdenciárias, inclusive relativas a acidentes do trabalho.”

2 — Confrontando a redação atual do art. 203 da Emenda Constitucional 01/69 com a redação proposta, vê-se que a nova redação propõe retirar a expressão “Sem poder Jurisdicional” do mencionado artigo.

3 — A retirada de tal expressão é de suma gravidade, pois exclui, como foi visto, do Poder Judiciário sua expressão de poder do Estado, permitindo que o poder executivo passe a enfeixar, além de funções legislativas amplas várias das funções jurisdicionais, no âmbito do contencioso administrativo, através de prepostos seus (Funcionários Públicos). **E a negação da Justiça, desguarnecendo o direito individual de suas garantias constitucionais.**

4 — Passamos agora a responder à questão se a nova redação proposta impede a cobrança, por via judicial, pelas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, dos valores lançados na conta de resultados a compensar. A nova redação proposta para o artigo 203, acima transcrito, refere-se à decisão de questões fiscais e previdenciárias, inclusive, relativas a acidentes de trabalho. A nova redação proposta para o artigo 204 da emenda constitucional 01/69, determina também que a parte vencida na instância administrativa, só poderá recorrer ao poder judiciário para dirimir questão de natureza constitucional ou promover ação rescisória.

5 — No entanto, o atual artigo 205 da Emenda Constitucional nº 01/69 não foi alterado. Transcrevemo-lo a seguir:

“Art. 205 — As questões entre a União, os Estados, o Distrito Federal, os municípios e respectivas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, ou entre umas e outras, serão decididas pela autoridade administrativa, na forma, da lei, ressalvado ao acionista procedimento anulatório dessa decisão”.

6 — A nosso ver, do cotejo entre as disposições constitucionais acima mencionadas, propostas pela emenda nº 11/84 e a redação atual do artigo 205 pode-se afirmar que, se a **Lei ordinária criar um contencioso administrativo** nos termos assinalados, **A cobrança dos créditos** das concessionárias de serviços de energia elétrica, **na conta de resultados a compensar, deverá ser feita no âmbito do contencioso administrativo**, visto ser questão entre a união e sociedades, de economia mista (no caso das concessionárias de energia elétrica sob controle acionário do poder público estadual).

7 — Equivale dizer que, **criado o contencioso administrativo, as concessionárias de serviço público de energia elétrica deverão submeter o seu pleito a funcionários do poder concedente que irão compor o contencioso administrativo.**

Da decisão proferida nesse contencioso, dado o seu caráter jurisdicional, fazendo, portanto, coisa julgada, só cabe recurso em matéria de índole contencioso ou então a propositura de ação rescisória do julgado.

8 — Para propor ação rescisória do julgado, sempre no pressuposto da criação do contencioso administrativo, as concessionárias de serviço público de energia elétrica ver-se-iam na contingência de depositar 5% do valor da ação, nos termos do artigo 488, inciso II do código de processo civil. Assim sendo, é inaceitável o grave prejuízo que poderá ser causado, não só as concessionárias de serviço público de energia elétrica, mas a qualquer pessoa física e jurídica, face à quebra de hegemonia do poder judiciário na defesa do direito individual lesado”.

Verifica-se, assim, que pelo item 8 do parecer do Dr. Maurício dos Santos, que as empresas do Governo do Estado de São Paulo teriam ainda que depositar 5% do valor (cruzeiros, 100 bilhões) se quisessem propor ação rescisória do julgado, o que é entre outras impossível na atual conjuntura.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado João Divino.

O SR. JOÃO DIVINO (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é extremamente injusto, para não dizer cruel, o tratamento dispensado pelo Governo, nos últimos dez anos, à classe dos funcionários públicos. A política de pessoal discriminatória, reiteradamente adotada pelo Poder Público, corresponde a um verdadeiro confisco salarial, empobrecendo enorme contingente de pessoas, inclusive os possuidores de alta qualificação profissional, cuja remuneração não chega, às vezes, sequer à metade da auferida por profissionais de igual formação na área empresarial.

O arrocho salarial impiedoso imposto ao funcionalismo, seja da órbita federal, estadual ou municipal, torna-se tanto mais detestável e arbitrário quando se considera estarem os prejudicados inteiramente à mercê da truculência dos governantes, impedidos legalmente que são de recorrer à greve e de levar à mesa de negociações o padrão omissivo e explorador.

A situação, contudo, tornou-se insustentável. Algo precisa ser feito para que as autoridades contemplem com um máximo de sensibilidade o angustiante problema que afeta a categoria de trabalhadores, de indiscutível importância no contexto produtivo da Nação.

Não lhes restando outra alternativa, os servidores públicos das três esferas de poder, representados pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, com sede em Salvador, Bahia, resolveram declarar Dia Nacional de Luta o dia 30 de maio último, ocasião em que manifestaram ordeira e pacificamente o seu repúdio à política de desvalorização da classe, política que se resente do mais elementar princípio de equidade.

Como a categoria não tem vez nem voz, não foram ouvidos os protestos, não se deu atenção às justificadas reivindicações da massa de servidores marginalizados, destituídos de condição financeira para prover às próprias necessidades básicas e às de suas famílias.

As expectativas eram alvissareiras, entretanto, nos idos de 1978, quando o Presidente João Figueiredo, no início do seu mandato, prometeu empreender uma revisão geral na situação dos servidores públicos, reparando antigas injustiças. Nessa oportunidade, o Chefe da Nação condenava a defasagem dos salários da classe em

relação à inflação e referia-se ao Estatuto dos Funcionários como “velho de 26 anos”.

Pois bem, Srs. Deputados, a remuneração entendida, em 1978, pelo Presidente da República, como inferior à inflação sofreu, no decurso destes cinco anos e meio, uma corrosão sem precedentes. Em abril último, os salários estavam reduzidos a 36,32% do valor percebido em março de 1979. Quanto ao Estatuto, tornou-se hoje um “velho de 32 anos”, enclausurado nas gavetas dos tecnocratas.

Outras vantagens deferidas por lei aos demais trabalhadores, como 13º salário, direito à sindicalização, reajuste semestral, continuam sendo negadas ao funcionário público, em verdadeira afronta à dignidade profissional da categoria e desrespeito inadmissível ao princípio de equidade que deve vigorar entre todos os que trabalham e vivem de salários neste País.

O centralismo autoritário que deteriora os pilares humanos do Estado conta com dois órgãos — o DASP e a SEPLAN — reconhecidamente inflexíveis, cínicos, mesmos, ante a aflição dos servidores, acabrunhados pelo aviltamento dos seus ganhos, deprimidos e desmoralizados socialmente pela incapacidade financeira de sustentarem um padrão de vida decente.

Para restabelecer o poder aquisitivo do funcionário público, permitindo-lhe atender à alimentação da família e à educação dos filhos, faz-se mister a concessão de um reajuste da ordem de 233%, em julho próximo.

O servidor do Estado, que estudou arduamente e se submeteu a concurso para função pública, que está constantemente empenhado em aprimorar-se, pela frequência de cursos ministrados com esse objetivo, por vezes em horário reservado ao descanso, esse heróico trabalhador que, apesar de tudo, cumpre com assiduidade e competência seus encargos, não pode ser sumariamente abandonado pelo Poder Público, não merece o descaso com que se recebem suas justas reclamações.

Honrar e valorizar o exercício da função pública, conforme preconiza o Decreto-lei nº 200/67, implica também em assegurar aos seus integrantes salários compatíveis com a conjuntura econômica insólita que atravessamos.

Apelo à compreensão e à sensibilidade dos governantes no sentido de que relaxem essa política desumana, revisem as posições intransigentes mantidas até hoje e dêem começo a uma estratégia de apoio à classe, através da concessão de um reajuste substancial a vigorar no próximo mês de julho.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Está encerrado o período destinado para breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Passa-se a

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1984-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 24, de 1984-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.089, de 27 de dezembro de 1983, que prorroga a vigência de incentivos fiscais (incluído em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 8ª sessão).

A discussão da matéria foi encerrada na sessão conjunta de 12 do corrente, às onze horas, ficando a votação adiada por falta de quorum.

Incluído em Ordem do dia, nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição, o Projeto deixou novamente de ser votado por falta de quorum para o prosseguimento dos trabalhos, em 7 Sessões.

Passa-se à votação do projeto.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — **Item 2.**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1984-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 27, de 1984-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.090, de 27 de dezembro de 1983, que reajusta os atuais valores de vencimentos e proventos dos funcionários da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, e dá outras providências (incluído em ordem do

Dia nos termos do § 1º, **in fine**, do art. 55 da Constituição — 7ª sessão).

A discussão da matéria foi encerrada na sessão conjunta de 14 do corrente, às onze horas, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Incluído em Ordem do Dia, nos termos do § 1º, **in fine**, do art. 55 da Constituição, o projeto deixou novamente de ser votado por falta de **quorum** para o prosseguimento dos trabalhos, em 6 sessões.

Passa-se à votação do projeto.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à promulgação.

O Sr. SINVAL GUAZZELLI — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. SINVAL GUAZZELLI — Na forma do disposto no Regimento Comum, sendo evidente a falta de **quorum**, tanto no Senado quanto na Câmara, requeiro a V. Exª o encerramento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Tem absoluta procedência a questão de ordem de V. Exª de acordo com o Regimento, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 5 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes – Caixa Postal 07/1.203 — Brasília — DF
CEP 70 160

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00